



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 77

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 06 de setembro de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Os trabalhos iniciaram-se com a [sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentada pela Representação Parlamentar do IL.

Assim, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Alexandra Manes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Gabriel Eduardo (*PS*), José Pacheco (*CH*) e Ricardo Vieira (*PSD*).

Para prestar esclarecimentos usaram da palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*), os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), do Mar e Pescas (*Manuel São João*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

A sessão prosseguiu com o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII – “Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores farmacêuticos oriundos da carreira de regime especial de Técnico Superior de Saúde, ramos de farmácia hospitalar, laboratório e genética, entretanto integrados na Carreira Especial Farmacêutica, a adotar pelos serviços e organismos que integram o Serviço Regional de Saúde”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Aberto o debate com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Francisco Coelho (*PS*), Ana Quental (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Procede à organização do trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), Salomé Matos (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Nuno Barata (*IL*).

Para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Salomé Matos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Tiago Lopes (*PS*) e Carlos Furtado (*Indep.*).

Por fim, iniciou-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII – “Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Pedro Neves (*PAN*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 59 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada. Faça favor.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

José Carlos San-Bento

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenzo da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário. Estão presentes 52 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, neste início da nossa III Sessão Legislativa, cumprimento e desejo a todos um bom trabalho, bem como ao Governo Regional.

E permitam-me também um cumprimento especial aos açorianos que nos acompanham, quer através da RTP-Açores, quer através de outros meios, neste início da nossa III Sessão Legislativa.

Vamos dar início, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, à nossa Agenda, com o ponto um: **sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentadas pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Regem esta matéria, os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento.

Esta sessão de perguntas tem um período global de três horas. O proponente, bem como os outros grupos parlamentares, têm direito a fazer duas perguntas por cada objeto e que são três:

- desenvolvimento socioeconómico,
- transportes e acessibilidades,
- investimentos públicos e estruturantes.

As representações parlamentares têm direito a fazer uma pergunta por cada objeto. Como sabem, apenas o proponente tem direito a réplica.

Cada pergunta tem o tempo máximo de três minutos. O Governo tem cinco minutos; para responder, o senhor deputado que faz a réplica tem três minutos; o Governo tem também três minutos para a resposta.

Vamos então dar início a esta sessão de perguntas, tem a palavra para a primeira questão, o Senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nós assumimos, desde o início da legislatura, que iríamos dar voz a todos os açorianos e foi nesta senda que iniciámos um périplo por todas as ilhas, agendando sessões de perguntas, respetivamente, para melhor esclarecermos e definirmos, inclusivamente, políticas futuras. Cumprindo essa missão e pondo na agenda parlamentar a Ilha das Flores, que não foi a última que visitámos, mas é a última que temos oportunidade de trazer aqui nesta sessão de perguntas, começaremos então pelo primeiro objeto e vamos falar de educação.

Numa era em que falamos de substituir livros por tablets, fomos encontrar um edifício escolar extremamente degradado, com problemas estruturais graves, como, por exemplo, um ginásio escolar onde, para se mudar uma lâmpada, é preciso gastar três dias a montar andaimes;

Onde, por exemplo, para a aquisição de material básico, como cadeiras e secretárias, os alunos fazem candidaturas ao Orçamento Participativo da Região;

Onde existe falta de psicólogos, terapeutas da fala e de mais uma série de técnicos fundamentais ao bom desenvolvimento do ensino naquela ilha.

A pergunta que deixa à Senhora Secretária, que não está presente, mas o Governo saberá responder por ela, certamente, é:

O que tem o Governo Regional preparado para, num futuro próximo, responder a essas expectativas da população florentina, relativamente ao ensino e nomeadamente à comunidade escolar?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Sem prejuízo da Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais poder dar uma resposta mais cabal sobre alguns assuntos relacionados com a educação e as infraestruturas educacionais, da ilha das Flores, eu gostaria de deixar aquilo que está na competência da Secretaria Regional das Obras Públicas, ou seja, das infraestruturas e, portanto, no que diz respeito à Direção-Geral de Obras Públicas, e que tem a ver com a reparação da Escola Básica de Santa Cruz das Flores. A intervenção irá incidir sobre o bloco onde funciona a escola primária, que é o bloco D.

Pretende-se reparar infiltrações na cobertura, pavimentos interiores, caixilharias, pinturas, revisão das infraestruturas elétricas e da rede de abastecimento de água.

É uma empreitada estimada em 75.000 EUR, que terá um prazo de execução de 90 dias. Neste momento, o projeto está em execução. O projeto propriamente dito está adjudicado, está em execução. Terminará no final de 2022 e a obra será lançada logo de seguida, ou seja, em 2023, prevendo-se um prazo de execução de 45 dias.

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Percebo que não estando a Senhora Secretária de Educação, nem o Senhor Secretário Regional das Finanças e Planeamento, que tem ou ao seu encargo lidar com o Parlamento, que seja mais difícil de responder às perguntas, mas isto já está programado há bastante tempo e, portanto, o Governo sabia bem que teria que vir aqui responder.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi respondido!

O Orador: O senhor Deputado Paulo Estêvão, em aparte, diz que me vai responder.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse nada!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está a ouvir mal!

O Orador: Senhor Deputado Paulo Estêvão, deve é fazer perguntas ao Governo e não respostas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Disse que foi respondido!

O Orador: Mas em jeito de réplica eu queria dizer que, de facto, as políticas do passado parece que vão continuar no presente, ou seja, a política do betão, em vez da política da solução. E foi isso que a Senhora Secretária veio aqui dizer. Está programado! Está tudo programado para se lançar obra e lançar-se concursos público, mas a questão mais importante da minha pergunta é precisamente a questão dos terapeutas da fala, dos psicólogos escolares e do acompanhamento que aquelas crianças precisam para desenvolver a sua atividade da melhor forma, porque infraestruturas não são a solução única.

E eu dou exemplo aqui bem perto: 18.000.000 EUR foram gastos a investir na escola da Calheta de São Jorge, e não é por isso que a escola é a melhor escola nos *rankings* da Região Autónoma dos Açores, bem pelo contrário.

Betão não é solução!

Mais uma vez é essa a resposta que eu obtenho desta Casa e não deveria ser.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Não foi essa a resposta!

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se o Governo quer usar o direito da réplica?

Não querendo, vamos então avançar para outras inscrições. Tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, o projeto RAEGE começou em 2011 com a assinatura de um memorando de entendimento entre o Governo de Espanha e o Governo dos Açores, para a construção, instalação e exploração de quatro Estações Geodésicas Fundamentais: duas em Espanha e duas nos Açores.

A RAEGE contribui para o Global Geodetic Observing System da Associação Internacional Geodésica através de diversas redes internacionais onde está inserida. O principal objetivo do GGOS é a atualização, expansão e manutenção de uma rede global de Estações Geodésicas Fundamentais, que fornecem dados visando uma melhor compreensão da dinâmica do ambiente terrestre e das condições das alterações globais do nosso planeta para a tomada de decisões no que diz respeito ao impacto social a longo prazo.

A Estação Geodésica de Santa Maria conta com 10 trabalhadores, sendo a maior parte altamente qualificada (o director da estação que é engenheiro aeroespacial;

4 pessoas na equipa de investigação e desenvolvimento: 2 engenheiros de telecomunicações, 1 doutorado em astrofísica e 1 engenheiro aeroespacial;

1 pessoa licenciada em marketing que é a responsável pela comunicação;

1 técnico de informática;

1 técnico de contabilidade;

2 técnicos de manutenção.

Assistiu-se à criação, instalação em Santa Maria e com a aquisição de um terreno na ilha das Flores, localizado na Via Lopo Vaz, na vila das Lajes das Flores, onde era suposto ter nascido uma estação RAEGE. Passados quase 2 anos da atual governação, nada, absolutamente nada, foi conhecido relativamente a esta estação.

Considerando que esta estação poderá ter um papel determinante no desenvolvimento económico-social das Flores;

Sabendo-se que este tipo de investimentos contribui cabalmente para a fixação de jovens e de mão de obra altamente qualificada, sabendo-se que a Ilha Flores tem uma enorme dificuldade em captar e fixar jovens, pergunto:

Qual a razão para este investimento, nas Flores, não passe de um terreno e de poucos equipamentos instalados numa terra?

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. Para responder tem a palavra o Senhor Subsecretário Regional da Presidência. Faça favor.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*):
Obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Tal como a Senhora Deputada, descreveu a RAEGE é uma associação que funciona com base no Memorando de Entendimento entre a Região e a o Instituto Geográfico Nacional de Espanha.

A RAEGE tem a sua atividade na área da geodesia, da rádio Astronomia e da Geofísica. É, portanto, uma instalação com carácter científico.

Foi instalada, em 2017, em Santa Maria.

Na Ilha das Flores, declarado na altura por interesse da Região, foram instalados alguns equipamentos, com o objetivo de também se montar um VLBI e, portanto, uma antena igual àquela que existe em Santa Maria,

simplesmente como uma diferença, é que a de Santa Maria foi efetivamente paga com meios espanhóis, quem pagou a antena de Santa Maria foram os espanhóis. A região assumiu encargos quase nulos até agora.

Para ter uma ideia do que se passou em Santa Maria, que, obviamente tem consequência com a situação das Flores, o próprio terreno de Santa Maria não é da Região.

A Região comprou um terreno nas Flores.

O que é que a Região pretende fazer na Ilha das Flores, no âmbito da RAEGE?

Aumentar as facilidades que já lá dispõe, dentro das possibilidades financeiras da Região. Porquê? Porque não há interesse dos nossos parceiros em investir na Ilha das Flores. A questão está aí.

Portanto, todos os projetos que têm sido desenvolvidos em Santa Maria têm tido efetivamente o acompanhamento dos nossos parceiros internacionais.

No caso das Flores é diferente porque não há efetivamente esse interesse e, portanto, terá que ser a região a assegurar sozinha o aumento das capacidades da estação da Ilha das Flores. É isso que, enquadra a resposta às suas preocupações sobre o trabalho da RAEGE, que é uma associação da região na Ilha das Flores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Subsecretário.

Vamos dar continuidade à sessão de perguntas.

Por momentos pensei que a Senhora Deputada Alexandra Manes tinha direito a réplica, mas não tem.

Deputada Alexandra Manes (BE): Infelizmente!

Presidente: Está inscrita a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, a quem dou a palavra faz favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nesta minha primeira questão, e uma vez que estamos a falar do desenvolvimento socioeconómico da Ilha das Flores, e sendo a agricultura uma atividade económica fundamental naquela ilha, à semelhança de outras ilhas da Região, ou de todos os Açores até, e sendo também muito importante numa ilha com tanto potencial produtivo, com ainda potencial de crescimento, uma ilha em que é classificada como reserva da Biosfera pela UNESCO, e que isso pode ser potencializado também, na valorização dos produtos que lá são produzidos ,desde a carne, desde o leite,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: O leite?!

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário deu cabo da manteiga de São Jorge!

A Oradora: ... dos produtos hortícolas por aí fora, a verdade é que existe ainda um potencial de crescimento que deve ser canalizado e potencializado. Sendo assim, e uma vez também que a formação é fundamental em todas as ilhas e também inclusive na Ilha das Flores, a formação dos nossos agricultores, quer para aqueles que já estão instalados para alargarem os seus horizontes, para terem conhecimento de outras técnicas produtivas, até também para a partilha de conhecimento, até muitas vezes com os próprios formadores, mas também para aqueles que se estão a instalar, abrindo outros horizontes em termos produtivos.

Portanto, a questão que queria colocar ao senhor Secretário era, na Ilha das Flores, que formações é que foram realizadas? Que formações é que se pretende realizar? Qual foi a adesão dos produtores da ilha a essa formação?

Acreditamos que, realmente, a formação no sector agrícola é fundamental para os desafios do futuro que se avizinham todos os dias e que surgem diariamente.

Uma vez que estamos a falar de desafios do futuro e em potencialidades da Ilha das Flores, relativamente à agricultura biológica, tem sido feito um trabalho por parte da Secretaria também de promoção da agricultura biológica e de incentivo à produção, em modo de produção biológica, sendo as Flores, como já disse anteriormente, reserva da Biosfera, mais acrescenta a este tipo de produto.

Queria perguntar-lhe também, relativamente ao número de produtores, se têm surgido novos produtores na agricultura biológica, se tem existido algum crescimento nesta matéria? Sem dúvida, existe um grande potencial em várias ilhas, mas estamos a falar aqui na ilha das Flores, em termos de crescimento de produção biológica, e poderá ser, sim, um nicho de mercado interessante, em que os produtores poderão iniciar a sua atividade, ou reconverter a sua atividade, porque realmente tem este selo de qualidade e de produzir com qualidade e, em agricultura biológica, poderá ser uma mais-valia para os produtores.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É uma pergunta pertinente, que importa a este momento, dar resultados, após quase dois anos de governação, sobre as políticas implementadas.

Sem resultados, as políticas não são avaliadas e todas as políticas públicas, no caso da agricultura, também devem ser avaliadas pelos resultados, pelos bons e pelos maus.

No caso, em concreto, e começando pela sua última questão, desde o orçamento de 2021, que nós inscrevemos, no Plano e Orçamento, uma ação designada de GeoBio Ocidental.

Ora pretendíamos, e pretendemos, porque ainda não concluímos o trabalho, que aquelas duas ilhas, as Flores e o Corvo, sejam ilhas com novas potencialidades no âmbito da produção de agroalimentos com naturalidade.

Pretendemos, no caso em concreto da Ilha das Flores, com um estatuto de Biosfera, que a valorização intrínseca dos produtos tenha uma expressão social e económica que vá muito mais além do aspeto económico e possa marcar os consumidores no âmbito do ambiente, no âmbito da saúde, no âmbito de novos empregos. É este o nosso propósito, é este o nosso objetivo.

Para isso e no âmbito desta ação, foram criadas, anualmente, querem 2021, quer em 2022, ações específicas num programa alargado para todos os Açores (no caso da naturalidade, a agricultura biológica), às produções, transformações e comercializações de produtos com maior naturalidade, levando assim o nome dos Açores e orgulhando assim o nome dos Açores.

Para a Ilha das Flores relativamente a 2021 para 2022, a área da agricultura biológica sofreu um aumento de 92%. Ou seja, este é um bom resultado. Esta é uma boa adesão dos produtores agrícolas. Este é um resultado da política pública implementada.

Nós realizamos uma série de ações e de workshops com a naturalidade, mas não só envolvendo os produtores, envolvendo pela primeira vez os consumidores.

É preciso também formar os consumidores para essa questão da agricultura com mais naturalidade.

Dizer-vos que este aumento de 92% é um aumento benéfico para aquilo que é a estratégia, mas também está previsto para o próximo dia 10 de setembro, já no próximo sábado, um amplo e ambicioso programa, que integra o Dia do Agricultor, na Ilha das Flores, em que mais de 70% do programa é relacionado com a agricultura biológica, por exemplo, “ser bio nas Flores”, “a demonstração e prova de produtos bio nas Flores”.

Isto para vos dizer que temos a adesão dos produtores, temos a adesão de quem produz e certamente que dentro em breve teremos produtos bio à venda, da Ilha das Flores, não só para consumo local, não só para quem visita, mas também para o mercado interno nos Açores.

Mas também na Ilha das Flores a diversificação agrícola, ou seja, a opção por outras culturas agroprodutivas, para além das tradicionais existentes, quer na bovinicultura de carne, quer na bovinicultura de leite, tem aumentado com sucesso, derivado daquilo que é o nosso plano de formação e de insistência para a autossustentabilidade, a progressiva autossustentabilidade alimentar, no âmbito agrícola, da Ilha das Flores.

As candidaturas à área da horticultura, como sabem, estiveram fechadas, em 2018, de 2018 a 2020.

Abrimos novamente, em 2021. Aumentou de 2021 para 2022, 12%, ou seja, há mais área hortícola na Ilha das Flores, produz-se mais horticultura. Dizem é o suficiente. Ainda não é o suficiente, mas é um bom sinal do caminho do progresso.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Mas também a área da fruticultura aumentou 77% na Ilha das Flores. É suficiente? Ainda não é. Mas é um bom caminho. É um progresso para aquilo que é necessário, quer a autossuficiência alimentar, a progressiva,

porque nunca se vai conseguir – tenhamos essa noção – de cada ilha, e da região no seu todo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membros do Governo:

Agradecemos à Iniciativa Liberal por fazer esta sessão de perguntas sobre o desenvolvimento da Ilha das Flores, onde a pandemia, pelo menos, não tocou tão forte na Ilha das Flores, como tocou pelo menos nas outras ilhas, porque até teve um crescimento estável de turismo de 11%.

Tivemos também, comparativamente, de 2022 a 2019, um aumento de 25% e nos últimos 10 anos, 118%. Isso é ótimo, pelo menos para a Ilha das Flores, em termos de desenvolvimento.

Há é um problema. As infraestruturas, a própria logística e os transportes, não estão a acompanhar esse crescimento tão esperado, pelos florentinos.

E, apesar disto ser desenvolvimento, e dentro do desenvolvimento tem que haver, obviamente, um desenvolvimento na parte da educação, mas também tem que haver um desenvolvimento relativamente à saúde, por isso e já fiz essa questão em abril, aquando da minha visita à Ilha das Flores, ao Centro de Saúde da Ilha das Flores, volto a fazer mesma pergunta ao Senhor Secretário Regional da Saúde: já existe cuidados continuados no Centro de Saúde e das Flores? Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Agradecemos a questão colocada e saudando também a iniciativa de podermos, conforme foi referido pelo senhor Deputado Nuno Barata, discutir as questões das ilhas no Parlamento.

Sou do tempo em que os deputados, até noutra configuração parlamentar, no âmbito do Período de Tratamento de Assuntos Políticos, vulgarmente designado por Período Antes da Ordem do Dia, as questões de ilha eram muito debatidas. Havia debates, manhãs inteiras, sobre as ilhas.

Com a configuração parlamentar, e com as condicionantes regimentais, esta foi uma forma, também de fazemos esse debate, essa análise das questões da ilha, o que me parece muito importante.

No que diz respeito à questão colocada, os cuidados continuados, estamos a trabalhar no sentido de reforçar. Há uma nova equipa coordenadora de cuidados continuados, que tem a dupla tutela da saúde e da vice-presidência do Governo, que está a fazer um levantamento de todas as situações, para podermos intervir de forma mais eficaz nesta matéria.

A questão específica das Flores está condicionada pela escassez de recursos humanos que estamos a tentar ultrapassar. De facto, no atual quadro da Unidade de Saúde da Ilha das Flores, não existem meios suficientes para implementar esta necessária dimensão do Serviço Regional de Saúde, que são os cuidados continuados. Estamos a trabalhar nesse sentido, estão a decorrer procedimentos concursais neste momento, exatamente para regularizar essa situação. Só de enfermeiros, são quatro enfermeiros que estão previstos para o quadro, a tempo indeterminado, e esses enfermeiros vão dar capacidade de

resposta, em termos de profissionais de saúde, que permitirá finalmente implementar esse serviço tão necessário na Ilha das Flores, como de resto nas demais ilhas, mas na ilha das Flores muito em particular, juntamente com outros contratos, cujos procedimentos concursais estão a decorrer.

Estamos convictos que isto, aliado ao novo regime de incentivos à fixação de enfermeiros, permitirá, de facto, reforçar o corpo de profissionais de saúde da Unidade de Saúde da Ilha das Flores, que está muito deficitário, que tem funcionado pelo sacrifício dos profissionais de saúde que muitas vezes, para além das suas forças, conseguem dar a resposta e, por isso também uma palavra de agradecimento a esses profissionais de saúde, mas pretendemos, com estes procedimentos em curso, que se possa ultrapassar esta situação que, de facto, é preocupante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Está inscrito o Senhor Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Vou aqui fazer uma breve referência, porque me foi feita anteriormente, ao Senhor Deputado Nuno Barata.

O Senhor Deputado Nuno Barata disse, que eu lhe disse, em aparte, que lhe iria responder.

Não, não lhe vou responder. O que lhe estava a dizer, em aparte, foi que Vossa Excelência fez uma pergunta sobre infraestruturas e a resposta foi sobre as infraestruturas.

Se tivesse colocado sobre a colocação de professores, se tivesse colocado uma pergunta de diferente índole, teria uma resposta diferente. Perguntou sobre infraestruturas, teve uma resposta sobre infraestruturas.

A questão que quero colocar é esta:

Tem sido um grande esforço da parte deste Governo em diversos setores, no sentido de melhorar as coisas. É isso que nós temos que fazer, deixar melhor a situação de todas as ilhas nas diversas áreas e é isso que estamos a fazer.

O que eu lhe pergunto, Senhor Secretário do Mar e Pescas é o seguinte: que melhorias é que foram introduzidas no âmbito da atividade e da sua da área que tutela, tendo por exemplo, em conta e é preciso dar relevância a este aspeto, considero que foi bastante importante e que o Governo Regional, nesta matéria, teve um papel importante ao valorizar a Ilha das Flores no sentido de criar lá uma delegação da Secretaria Regional do Mar e Pescas, que só por si é algo absolutamente referencial, no sentido de que valoriza a dimensão, o potencial, a capacidade da Ilha das Flores nesta matéria e, portanto, à volta de toda a atividade marítima, de toda a atividade no âmbito das pescas, têm sido desenvolvidas várias melhorias.

O que eu lhe peço é que o senhor Secretário as descreva.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): A gestão das quotas está impecável!

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado. Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, relativamente às questões que suscitou, nomeadamente quanto à Orgânica deste XIII Governo ter contemplado a criação de uma Delegação do Mar e das Pescas na Ilha das Flores, nós consideramos que foi de extrema importância, porquanto temos alguém que

in loco consiga fazer o *feedback* daquilo que são as necessidades, por um lado, dos armadores, pescadores, em termos de infraestruturas da ilha, reportando-as à Secretaria e assim ganhando algum tempo em termos de reposição de alguma coisa que eventualmente se encontre menos bem.

Gostaria também de referir, quanto aos investimentos que este XIII Governo fez na Ilha das Flores, nomeadamente, pela sua importância e pelo valor envolvido e que está em fase de conclusão (a obra termina este mês de setembro) o interposto frigorífico das Lajes das Flores, que carecia de uma intervenção que foi efetuada em tempo recorde, digamos assim, tendo em conta a demora que presentemente verificámos na realização de obras por motivos de todos conhecidos. Portanto, foi um investimento de 700.000 EUR, com conclusão neste mês de setembro.

Por outro lado, e também quanto à melhoria de condições nas infraestruturas, temos as obras que foram levadas a cabo no Porto de Ponta Delgada das Flores, nomeadamente com a construção de mais três casas de aprestos. Só existiam três casas de aprestos e presentemente temos cinco armadores no Porto de Ponta Delgada. Aliás, deixar aqui registado que o Porto Ponta Delgada, na Ilha das Flores, tem tido um aumento significativo em termos de descargas. Portanto, tem-se verificado um aumento de captura, precisamente por isto, porque em vez dos três armadores, temos mais dois armadores e houve necessidade de construir mais três casas aprestos que estão em fase de conclusão, por forma a podermos assim, criar melhores condições.

Por outro lado, contratou-se a tempo parcial uma funcionária, para proceder à limpeza da Casa do Moinho e para poder fazer a entrega do gelo aos armadores, o que era também sempre um problema, porque tinham a chave, entravam, depois não fechavam a porta. A Casa do Moinho, estava sempre em deficientes condições de higiene.

Assim, com uma funcionária a tempo parcial, resolvemos este problema e, portanto, a nosso ver, foi uma mais-valia para o Porto de Ponta Delgada das Flores.

Também ainda em Ponta Delgada das Flores, temos o assinalamento marítimo porque, de facto, quando chegámos à Secretaria, o assinalamento marítimo do Porto Ponta Delgada das Flores estava arquivado o respetivo SGC, desde 2016. Portanto, houve necessidade de recomeçar.

Neste momento, aguardamos, durante este mês de setembro, a deslocação da autoridade marítima àquele porto para, *in loco*, fixarmos a localização, porque da informação anterior houve sempre algum desvio, uma luz de enfiamento que apanhava a ponta do cais e, portanto, não oferecia condições de segurança e houve necessidade de visitar este projeto.

Portanto, com a deslocação da autoridade marítima durante este mês, pensamos que, em breve, poderá ser finalmente concluído o assinalamento marítimo daquele porto, que é uma grande melhoria, porquanto vai proporcionar melhores condições de segurança aos armadores que ali operam.

Relativamente ainda a melhorias que estão projetadas, temos a aquisição de uma carrinha climatizada de transporte de pescado, que a LOTAÇOR adquirirá em breve para as Flores, para assim poder proceder ao transporte do Porto de Santa Cruz e do Porto de Ponta Delgada.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Secretário Regional.

O Orador: E por último, relativamente às gruas, porque são sempre um problema em todos os portos, nomeadamente nas Flores, pela distância que implica, enfim, transporte de peças...

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: Termina, já Senhor Presidente.

Só para dar conta que o concurso público para a grua do Porto das Poças ficou deserto por três vezes.

Foi agora pedido parecer à Porto dos Açores para a localização da nova grua e está em fase de lançamento do concurso público, com um valor mais substancial, por forma a podermos acautelar.

Presidente: Muito obrigado Senhor Secretário Regional.

O Orador: Agora só para dizer que foi encontrado...

Sr. Presidente, só para dar nota de que, entretanto, foi encontrada numa lixeira da Câmara Municipal de Santa Cruz, uma grua abandonada que, entretanto, fizemos transportar para o continente, para a empresa a Iberoeleva, e que está em fase de reparação e voltará à Ilha das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes BE): Que bom! Fiquei emocionada com esta história!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado José Gabriel Eduardo. Faça favor.

(*) Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Numa região como a nossa, onde a agricultura ocupa um lugar de destaque na economia das nossas ilhas, sendo também na Ilha das Flores dessa atividade uma das maiores fontes de rendimento, foi com desânimo que assistimos, no dia 26 de fevereiro, às declarações do Senhor Secretário Regional da Agricultura sobre a situação da Cooperativa Ocidental.

Aproveitando-se do momento frágil em que alguns produtores estavam confrontados, o Senhor Secretário colocou em sobressalto 11 produtores que entregavam leite na fábrica e não teve em consideração a possível extensão 17 postos de trabalho (informação à data), colocando em causa, desde o dia das suas declarações, a comercialização de produtos de que são exemplo os iogurtes, o queijo e a manteiga Uniflores, cuja qualidade era reconhecida em inúmeros concursos.

É realmente urgente combater este tipo de atitude de quem se encontra a tutelar uma área tão importante como a agricultura e convém lembrar a palavra do atual Presidente do Governo que, aquando da campanha eleitoral, e à margem de uma reunião com a direção da Cooperativa do Bom Pastor para as eleições legislativas regionais, se comprometeu e cito “em fazer um levantamento das necessidades das cooperativas e conceder o auxílio que for preciso para assegurar que o apoio à capitalização das cooperativas agrícolas pode ser efetuado através das verbas do Fundo de Recuperação Europeu que os Açores vão receber.”

Mais urgente será ainda quando o Presidente do Governo, então nessas funções e no discurso de apresentação do Programa do XII Governo, disse e cito, “a agricultura tem nos Açores, uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão social regional, que marca a identidade e genuinidade de cada uma das nossas ilhas. O aumento e a estabilidade dos rendimentos dos agricultores tem de ser prioridade. Ou ainda, o que disse na mesma intervenção e volto a citar: “as marcas distintivas de cada uma das nossas nove ilhas tem de ser um potencial para as próximas e para o todo regional”.

“Este Governo terá políticas para cuidar com equidade todas as nossas ilhas”, fim de citação.

O que resulta destas declarações e da atitude do Secretário Regional da Agricultura para com a Cooperativa Ocidental é a mais pura contradição e a negação daquelas que são as orientações do Programa do Governo.

Senhor Presidente do Governo, que aqui não está, mas pergunto-lhe por interposta pessoa, se, tendo conhecimento desta situação, vai ou não fazer assegurar que os mesmos produtores que se debatiam com dificuldades e continuam a debater-se, irão receber os incentivos que o Senhor Secretário foi oferecer e que se traduzem na reconversão do valor das ajudas do leite para a carne, para direitos de vacas aleitantes, que acelere o procedimento para que os produtores recebam o pagamento de cerca de 260.000 EUR referentes aos 25 cêntimos por litro de leite produzido e entregue na cooperativa em 2021, mais o montante de 110.000 EUR referente ao leite entregue de novembro de 2021 até 15 de junho, deste ano, bem como...

Presidente: Agradeço termino, Senhor Deputado.

O Orador: ... bem como saber se vai mandar realizar a avaliação dos bens da Cooperativa para a assunção das dívidas.

Senhor Presidente, é imperioso que quem consentiu com o “golpe de morte” da Cooperativa trate agora de “pagar o funeral”.

Pelo que a minha questão é se vai ou não o Governo assumir os compromissos que fez com a Cooperativa Ocidental e com os produtores das Flores, que, até à data, ainda não receberam um cêntimo das suas ofertas?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural faz favor, Senhor Secretário.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ora, este é um bom tema para debater hoje aqui, mostrando aquilo que é irresponsabilidade e uma prática de 24 anos de governação que levou à falência da Cooperativa Ocidental e de outras cooperativas, embora o Governo tivesse partido de uma prática, que é atirar dinheiro para cima do problema, sem resolver o problema.

Deputado Alberto Ponte (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora em 2021, este Governo deu o maior auxílio financeiro, à Cooperativa Ocidental, dos últimos 12 anos,...

Deputado Berto Messias (PS): Está à vista!

O Orador: ... 324.500 EUR.

E sabe porquê, Senhor Deputado? Porque há três anos se arrastava uma situação que a 1/01/2021 o Tribunal notificou a cooperativa que iria pagar uma multa de 600.000 EUR ao encerramento da cooperativa. E se nós quiséssemos o encerramento, não tínhamos dado o apoio para a compra da ETAR...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Gabriel Eduardo O que é que isso tem a ver com a ETAR?

O Orador: ... que há três anos estava por resolver e, portanto, nós apoiámos com o maior apoio financeiro de sempre: 324.550 EUR .

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Para quê? Para que a cooperativa continuasse a laborar. Essa é a vossa irresponsabilidade durante três anos, sem resolver o problema da ETAR da cooperativa. Foi notificada pelo Tribunal.

Irresponsáveis! Política irresponsável foi o que senhores fizeram! Deixaram andar.

Depois, no âmbito da responsabilidade, criámos, através do Despacho 2667, um Grupo de Trabalho que fosse à cooperativa, um grupo que levantasse as necessidades, as fraquezas e as potencialidades da cooperativa. Obviamente, o Grupo de Trabalho realizou um relatório. O relatório identificava, por exemplo, “uma estrutura fabril obsoleta e carente de manutenção adequada; peso excessivo dos custos com pessoal na estrutura de custos da fábrica; soluções de tratamento e eliminação de águas residuais e de soro de leite ambientalmente desadequadas; dependência excessiva das subvenções públicas; envelhecimento do tecido produtivo; pouca apetência dos jovens pela bovinicultura de leite; atrasos no pagamento do leite aos produtores; possível redução da produção de leite na ilha.”

O Grupo de Trabalho identificou essas carências todas que existiam na cooperativa.

Não por aí, final de 2021, verificámos que a produção de leite na Ilha das Flores relativamente a 2020, diminuiu 11,16% e em janeiro de 2022, quando comparativamente a janeiro 2021, diminuiu 35,89%.

Deputada Alexandra Manes (BE): E as três cooperativas? O que é que o senhor disse?

O Orador: Ora, perante isso, fizemos uma caracterização dos produtores e reunimos com os produtores; e a caracterização dos produtores significa o seguinte, três produtores com 4 vacas, um com 2 vacas, dos 11 produtores; outros a querer terminar.

E o que é que fizemos? Reunimos os produtores! Reunimos os produtores e dissemos: meus senhores, para haver um compromisso de futuro, tendo em conta aquilo que é o relatório, nós precisamos de matéria-prima.

E nenhum produtor se comprometeu com a matéria-prima.

Depois recebemos a seguinte comunicação da Cooperativa Ocidental: “a Assembleia-Geral dos Sócios da Cooperativa Ocidental, realizada no dia 25/03/2022, deliberou cessar a sua atividade, que se desenvolvia exclusivamente no âmbito do setor de laticínios, tendo em conta as dificuldades que o setor enfrenta na Ilha das Flores, nomeadamente o baixo preço do leite pago à produção face aos custos de produção, custo de contexto elevado com a localização da periferia”.

Portanto, resolveram!... A Assembleia Geral, resolveu!

Perante isto, o nosso compromisso com os produtores:

Publicámos a Portaria 45/2022, de 20/06/2022, que permite a reconversão dos produtores de leite, a bovinicultura de leite para a bovinicultura de carne. Está publicada e todos já se reconverteram. Depois, nós temos, até ao final do ano, o compromisso do pagamento (até ao final do ano!), que foi o que foi deliberado e comprometido.

Portanto, é essa a história; uma história de uma cooperativa que tem cerca de 2.000.000 EUR de dívida, com vários passivos, ao longo dos anos. Portanto, este Governo não esperou pelas verbas do PRR.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está a reescrever a história!

O Orador: Este Governo o que fez foi, de acordo com as declarações do Presidente do Governo, logo em 2021, demos o maior auxílio financeiro à Cooperativa Ocidental dos últimos 12 anos.

Deputado Berto Messias (PS): Mas não pagou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Podíamos ter aproveitado para que fechasse de forma judicial, mas não! Demos o maior auxílio financeiro dos últimos 12 anos,...

Deputado Berto Messias (PS): Deu o maior pagamento e depois mandou encerrar!

O Orador: ... resolvendo um problema que os senhores deixaram durante três anos e que não quiseram resolver que foi a ETAR da cooperativa...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... e que foi notificada de forma judicial para pagar uma multa 600.000 EUR ao encerrar cooperativa.

Essa é a vossa irresponsabilidade; essa é a nossa responsabilidade perante essa situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está inscrito o Senhor Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra para colocar uma questão. Faça o favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente (seu ar sorridente), Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): O senhor vangloria-se com o maior apoio e depois mandou fechar!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Eu não mandei fechar! Ou os senhores queriam que acontecesse como a Lacticorvo? Os lavradores é que é mandaram fecharam!

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: Se os senhores quiserem, podemos sair e ficam aqui a conversar. Está bem assim? OK! Bom dia a todos! Haja saúde, depois destas férias que alguns tiveram.

Eu quero falar de cooperativas das Flores.

Podemos falar da Terceira e de São Miguel. Eu, aliás, tenho uma t-shirt aqui que o senhor Deputado Nuno Barata, que é *I Love Cooperativismo* não é? Temos umas t-shirts aí encomendadas.

Sabemos do que é que estamos falando.

Também não quero falar de portos, porque já se falou, já se foi às Flores, já se fez os requerimentos. Gostei muito da repetição, muito obrigado.

Não sei se os florentinos não gostariam de saber hoje, que é o tema do dia, como os restantes açorianos, mas também não está aqui o Sr. Secretário das Finanças, se aquele chequezinho de 125 euros vai chegar às Flores?

Mas como ele não está cá, também não posso perguntar, não faço ideia.

Aquilo até faz-me lembrar o tempo dos romanos que era cobrava-se impostos, impostos, impostos, e depois, quando a coisa apertava, o que é que se fazia? Fazia-se o circo. E era “pão e circo”, e aquilo ficava tudo mais ou menos.

Agora lembrei-me disto, posso estar perto da verdade, ou completamente dentro da verdade. Na Idade Média também não era, senhor deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas isto é nas Flores ou é no Ilhéu das Cabras?

O Orador: Mas a questão mesmo é: passando pelas Flores, uma das questões que foi levantada, junto das associações, de alguns comerciantes, etc., são as ligações. São as ligações marítimas, as ligações aéreas, de mercadorias, neste caso.

Uma pergunta (eu sei que sim, mas já agora, como eu não posso fazer a pergunta dos cheques, dos 125 euros, aproveito e faço esta e fica a coisa feita)

lançada é do cargueiro aéreo, que até acho uma boa ideia. Há quem não ache, mas eu até acho.

E uma das questões que foi levantada foi se havia algum diálogo, se havia algum trabalho, se havia, enfim, alguma logística já preparada para que a coisa funcionasse? E a questão que deixo ao Governo é: este trabalho está a ser feito, ou vamos deixar voar um cargueiro sem asas?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Senhor Deputado José Pacheco, agradeço a sua questão, mas penso que, de alguma forma essa questão também já foi ventilada, inclusivamente em alguns requerimentos que aqui já foram referidos, e tem a ver exatamente com o próprio calendário.

Nós estamos em pleno verão, a SATA aumentou muito as suas frequências para todas as ilhas.

Não há nota de qualquer reclamação de transporte de pessoas, nem de mercadorias, ao longo deste período mais intenso, que é o chamado Verão Iata. Ainda estamos nessa época. Portanto, não estamos em altura ainda de avançar para qualquer decisão relativamente àquilo que é o cargueiro aéreo.

Uma coisa lhe posso dizer: com a enorme oferta de transporte aéreo realizado para todas as ilhas ao longo deste período, também se oferece mais carga.

E a verdade é que até agora não há uma única reclamação relativamente à falta de capacidade de transporte de carga.

Deputado José Ávila (*PS*): Então arranja-se um cargueiro!

A Oradora: Esta é uma realidade que também temos que equacionar, neste momento, em todos os trabalhos e estudos que vão ser desenvolvidos no sentido de avançar, como foi aqui referido, para a transformação de uma das aeronaves da SATA, de passageiros, em cargueiro, para resolver os problemas de carga.

Deputado José Ávila (PS): Não é preciso um cargueiro, mas vão manter o cargueiro!

A Oradora: Essa questão mantém-se, mas neste momento estamos na fase de estudar como é que o mercado se está a comportar?

E a verdade é que, e digo-lhe com toda a frontalidade, e, aliás, é público: não houve, ao longo deste verão, uma única reclamação, nem por falta de lugares para passageiros, nem por falta de disponibilidade para transportar carga.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Vieira. Faça favor.

(*) Deputado Ricardo Vieira (PSD): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em relação à cooperativa – e isto já é uma novela que se vai arrastando há algum tempo – eu lembro-me de recentemente ver uma entrevista a um dos maiores produtores de leite da Ilha das Flores, que afirmou claramente que a decisão de encerrar a produção devia-se exclusivamente a uma decisão dos produtores e que esta decisão devia ser respeitada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Mas não foi assim!

O Orador: Também, em comissão criada para avaliar a situação da cooperativa, o Presidente desta mesma cooperativa pediu para ser respeitada a decisão dos produtores e que se retirasse essa comissão.

Portanto, a decisão é dos produtores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e a posição do senhor Deputado José Gabriel em colar o fecho da cooperativa a uma responsabilidade do Governo, desrespeita a decisão tomada pelos produtores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Perguntei pelos pagamentos e não me foi respondido!

O Orador: E terminando já, Senhor Presidente a pergunta:

Senhor Secretário da Agricultura, quais foram as alternativas propostas à cooperativa e, caso exista o interesse de um investidor privado nesta mesma área de laticínios, se este Governo está disponível para participar esse mesmo investimento? Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faça favor?

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A decisão de encerrar a cooperativa foi dos cooperantes, única e exclusivamente dos cooperantes. Estamos todos de acordo com isto. Nós não mandamos fechar, nem temos essa prática de mandar nas associações, nem nas cooperativas.

Respeitamos as decisões que vêm de baixo para cima, senão tínhamos um processo igual à LactiCorvo que não interessa aqui recuperar, e recordar, que é um processo muito grave, relativamente a decisões tomadas de investimento e abandono da produção e transformação.

Nesse sentido, naquilo que foi a reunião com os cooperantes da cooperativa, os que lá estavam, é verdade que falou-se sobre várias soluções e eu próprio também apresentei várias soluções: porque não encontrar um parceiro externo que possa dar dimensão económica à cooperativa e ela possa ter efetivamente pontos quer regionais, quer para fora da Região?

A verdade é que quer eu, quer o Presidente da Cooperativa, fazemos esses contactos. Passamos uma semana, mais de uma semana, em contactos para ver se havia alguém interessado na Cooperativa Ocidental, em que pudesse fortalecer uma parceria? Ninguém apareceu. Essa foi a primeira solução. Nós não queremos, obviamente, que o queijo e a manteiga desaparecessem, mas também é irresponsável manter o custo para o erário público daquilo que é a transformação desses produtos, perante aquilo que é um historial de dívida, do passivo e de intervenção do executivo, não sei se da administração regional pela cooperativa, sem uma solução.

A solução é um prejuízo ano após ano.

Ora, a nossa primeira responsabilidade, e nunca foi feito pelas cooperativas dos Açores, foi criar um Grupo de Trabalho que visitasse as cooperativas e pudesse perceber, fizesse uma análise técnica, financeira e prospetiva, mas também historial, daquilo que é aquela entidade, para a receção, transformação e comercialização do leite. E assim foi feito para a Cooperativa Ocidental.

Qualquer que fosse a nossa proposta para os cooperantes foi baseada naquilo que foi um estudo técnico. Não foi uma coisa, a olhómetro, não foi uma política do imediatismo, não foi uma política de atirar dinheiro para o problema sem ter uma solução. Não!... Nós apresentámos soluções, mas analisámos aquilo que tinham sido os prejuízos dos últimos 24 anos, o que é que correu mal. E correu mal!

Continuar com o nível de apoio sem, de facto, a cooperativa ser rentável, é criar também uma desigualdade, por exemplo, com as queijarias que lá estão. Porque é que nós apoiamos a cooperativa e não apoiamos as queijarias, por exemplo?

É tudo setor privado.

Ora, a questão aqui é tão simples como esta: é que existem duas queijarias a laborar na Ilha das Flores, que por transformam o leite, produzem produtos lácteos e estão financeiramente bem, estão a produzir, recebem leite. Por exemplo, a cooperativa da Senhora Ilda recebeu, até julho, 49.000 litros de leite para receção e transformação.

A produção de leite nas Flores não acabou.

A produção de leite nas Flores é uma liberdade de cada produtor. Os produtores podem se candidatar aos fundos europeus e fazer a sua própria transformação, eles próprios ou em agrupamento.

Nada disto está proibido.

O que está proibido, sim, em termos de prejuízo para o erário público, foi aquilo que foi a injeção de dinheiro na cooperativa, sem um plano de

reestruturação que pudesse dizer aos açorianos, “de facto, essa entidade recebe, transforma e comercializa; é uma entidade que o apoio do Governo foi no sentido positivo.”

Não! Todos os anos dava prejuízo.

E os açorianos querem, de facto, um plano de reestruturação. Nós pedimos este plano de reestruturação com base nesse estudo técnico que foi feita à cooperativa.

Os cooperantes!...

Mas há aqui uma questão base! É que os cooperantes não asseguravam o compromisso da matéria-prima. Ora, sem leite, nós não podemos ajudar; ora sem leite não pode haver um plano de reestruturação. É tão simples quanto isto.

Para que pudéssemos ter um plano de reestruturação da cooperativa, primeiro, é verdade, o Governo comprometia-se, como qualquer atividade económica que se compromete, a andar, ou seja, “a engatinhar, a andar” e depois passar, *per si*, a ser sustentável.

Neste caso, nós precisávamos do compromisso da transformação.

Precisámos do compromisso do Governo Regional e precisámos do compromisso dos produtores de leite.

A matéria-prima não estava assegurada. Tem vindo a diminuir e os produtores, tendo em conta quando se fez a caracterização social e económica,...

Presidente: Agradeço que termino.

O Orador: ... há produtores com 4 vacas, há produtores com 2 vacas, há produtores que querem terminar e, portanto, sendo assim, este compromisso da quantidade de leite que precisava aumentar e não diminuir, não foi conseguido.

Eles próprios, os produtores, e muito bem, os cooperantes da cooperativa, decidiram terminar com a sua atividade laboral, que é a produção de leite.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

O Orador: Ora, neste sentido, nós criamos os instrumentos legislativos para que pudessem continuar a produzir em termos pecuários na Ilha das Flores e criámos uma legislação para a transformação da bovinocultura de leite em bovinicultura de carne.

Nesse período de transformação de leite em carne há sempre aqui um tempo improdutivo. Esse tempo improdutivo, é verdade, nós comprometemo-nos, com a indemnização por litro de leite que eu comprometi até 31 de dezembro deste ano. É este o compromisso.

Portanto, nada está fora do prazo. Nada está em incumprido. O que nós estamos a fazer foi tudo o que foi estabelecido e comprometido com os produtores, com a cooperativa e com a Associação Agrícola.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Vamos avançar para a pergunta 2, relativamente ao primeiro objeto.

E para tal dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Para além da educação, a saúde é também um dos temas que é recorrente, em todas as ilhas dos Açores, mas com especial acutilância nas ilhas mais pequenas, cujos centros de saúde se debatem todos os dias com falta de recursos humanos.

A falta de recursos financeiros já é a crónica. A desorçamentação na área da saúde é uma coisa que não vem de agora, que já vem de há muito tempo. Levou, inclusivamente, o Senhor Presidente do Governo, há pouco tempo (não sei se passou despercebido de muitos açorianos), a levantar uma ponta do véu e dizer que provavelmente, o Serviço Nacional de Saúde vai ter que assumir alguns cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores, o que é

uma machadada tremenda na nossa autonomia. Isso é também consequência da sucessiva desorçamentação e da desadequação de verbas, ao longo dos anos, para o sector da saúde.

Na Ilha das Flores não foi diferente aquilo que constatamos de outras ilhas: falta de médicos, falta de fisioterapeutas. Eu lembro que a falta de fisioterapeutas, em ilhas pequenas como as nossas, provoca danos irreparáveis, por exemplo, em doentes com situações de AVC, e que não são acudidos automaticamente, não são acudidos de imediato ao nível da fisioterapia e são muitas vezes condenados a uma cadeira de rodas para o resto da vida.

Há um contrato com a Precise para o fornecimento de mão de obra especializada nos centros de saúde da Região. A Unidade de Saúde da Ilha das Flores, não é exceção. E o que eu pergunto ao Senhor Secretário é que contrato existe?

Quais são as obrigações da Região relativamente a esse contrato?

Quais são as obrigações da empresa relativamente a esse contrato? Se têm sido cumpridas e o que é que o Governo Regional dos Açores vai fazer sem ser apenas abrir vagas?

Isto nós sabemos que é a parte mais fácil. Abrir vagas, nós podemos abrir 500, o que é preciso é garantir que essas 500 vagas são ocupadas, o que não é também fácil.

Mas importa saber se essa empresa tem dado a resposta adequada às unidades de saúde de ilha e o que é que vai fazer o Governo Regional dos Açores no sentido de alterar esse sentido, que não é propriamente, na nossa opinião, o mais satisfatório?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo:

De facto, como já foi aqui referido, é um problema que se alastra a várias ilhas, a toda a região, os problemas da saúde. Os problemas estão identificados e ainda agora, no âmbito do Fórum Saúde 2030, identificámos exaustivamente estes problemas que, de facto, são grande parte deles estruturais e que muito dificilmente se resolvem a curto prazo: financeiros, de recursos humanos, da própria lógica do sistema, da cultura implementada, um conjunto vasto de problemas.

E as Flores, como outras ilhas mais isoladas e distantes e pequenas, tem esse problema de uma forma ainda mais intensa. Ainda há algumas sessões atrás, fiz referência (não terei sido bem interpretado) ao histórico que as Flores tem de cuidados de saúde de qualidade, no âmbito daquilo que foi a instalação da Base Francesa nas Flores, o que faz com que as pessoas, não é que estivessem mal habituadas, mas era importante, tinham uma resposta melhor do que nas outras ilhas e de um momento para o outro deixaram ter essa resposta, o que ainda cria um impacto negativo emocional nas pessoas de insegurança. Isso sente-se, de facto, nas Flores.

O que é que o Governo tem feito? Temos feito um esforço para contratar mais profissionais de saúde, que não se tem ficado apenas por abrir concursos, temos contratado mesmo. Há no Serviço Regional de Saúde, neste momento, mais 73 médicos do que havia a 20/11/2020. Há esses médicos.

Nas Flores, uma das primeiras medidas que tomei, ao iniciar funções, foi contactar diretamente o médico que tinha estado nas Flores, um médico especializado em saúde pública, que tinha saído das Flores, e fazê-lo regressar às Flores. E esse médico regressou às Flores. Foi esse médico, que regressou. Estou a falar de algo concreto.

Esse médico regressou às Flores e temos feito um esforço para atrair, quer seja ao nível do sistema de incentivos à fixação, que já está publicado e em

vigor, quer seja através de contactos diretos que as unidades de saúde fazem com um conjunto de médicos que poderão ter interesse em fixar-se nessas ilhas.

E através desse esforço que é feito diretamente pelas unidades de saúde de ilha e também pelo Departamento do Governo Regional, conseguimos que alguns se fixassem nessas ilhas no que diz respeito a essa empresa.

Infelizmente, em muitos casos, essa empresa não tem cumprido com o que está estabelecido. Tem sido manifestado esse incumprimento e esse incumprimento fez com que, nalguns casos, nalgumas ilhas, os contratos estejam a ser feitos no limite diretamente com o profissional de saúde e não com a empresa. E aí fixa-se o profissional de saúde de uma forma mais direta. É o esforço que está a ser feito.

Gostaria também de dar aqui uma nota sobre aquilo que é o esforço do Serviço Regional de Saúde e como dizia o senhor deputado, há pouco, que não pode ser só betão de maneira nenhuma. Infelizmente, o betão, na saúde, também faltou.

Se há setor em que faltou betão foi na saúde.

Por todas as ilhas, e ao iniciar funções, constatei problemas, do Corvo a Santa Maria. A única ilha que tinham centro de saúde recente, para inaugurar, era as Flores e fiquei descansado. “Olha nas Flores, não vou ter problema nenhum!” Quando vou às Flores, pela primeira vez, vejo que não fizeram a obra como devia ser e a própria fisioterapia, que é um serviço essencial numa ilha como as Flores, está deslocada numa loja que fica, não sei a quantos quilómetros do centro de saúde, onde se paga uma renda (não vou dizer o valor, porque é divulgar algo, que é contratual, que é contratual,...

Deputada Alexandra Manes (BE): Também não há fisioterapeutas!

O Orador: ... e não me parece que seja correto colocar publicamente), só porque não tinham arranjado o chão e o chão está estragado, o teto está estragado e estamos a trabalhar para resolver esse problema.

Outro problema é que fizeram a obra, mas não fizeram o arquivo e o armazém. Então também estão a pagar renda para ter um armazém não sei em que lugar.

Isto é, na única ilha em que eu pensei, “não vou ter problemas, porque tem uma obra nova”, tenho esses problemas todos.

Estamos a tentar ultrapassá-los e a resolvê-los, com um conjunto de outras medidas na saúde, nas Flores:

- contratação de fisioterapeutas: estão a decorrer 2 concursos, neste momento; já está uma prestação de serviço autorizada por uma situação para efeitos imediatos, mais 8 assistentes operacionais; 4 enfermeiros, 1 psicólogo, 1 terapeuta ocupacional, 1 terapeuta da fala, 1 técnico de análises.

Relativamente, aqui à questão dos enfermeiros.

Há pouco tempo estive nas Flores e reuni com todos os enfermeiros.

Uma senhora enfermeira, que está em prestação de serviços, deslocada nas Flores, a ponderar sair das Flores, perguntava-me, porque é que eu não tinha autorizado que ela celebrasse o contrato Covid?

E foi esclarecido à senhora que a autorização e a contratação dos contratos no âmbito da Covid não dependem do Secretário Regional. É da respetiva unidade de saúde. O conselho de administração contrata diretamente, como aconteceu nos Açores todos.

Mas que era dito à senhora era que eu não queria que ela ficasse lá.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Secretário Regional.

O Orador: Termina já, Sr. Secretário Regional.

Imagino o que é lutar contra todos os problemas estruturais da saúde, mas também com esses problemas que vão tentando criar dificuldades na gestão da saúde. Estamos a trabalhar no sentido de ultrapassá-los.

Como digo, são problemas estruturais que não se resolvem a curto prazo, mas, nessa perspetiva, estamos a tentar implementar medidas, quer seja ao nível de recursos humanos, quer seja de financiamento e, sobretudo, quer seja

em termos de ação direta na saúde, em benefício das pessoas, para que quando, sairmos destas funções, deixemos o Serviço Regional de Saúde em melhores condições do que aquelas em que o recebemos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Secretário Regional:

Muito obrigado, pela sua resposta.

Essa sua última frase sobre as teorias conspirativas, não tinha necessidade, porque eu também já tenho ouvido dizer muito disparate, inclusivamente do Governo, que é Bruxelas que não deixa, depois vou tentar saber e afinal, Bruxelas deixa.

Há sempre uma tentativa de alguém arranjar uma desculpa de outrem para não fazer aquilo que precisa de ser feito.

De qualquer maneira, Senhor Secretário, e ainda falando de saúde e em jeito de réplica, foi criado, ainda em pré-Covid, uma espécie de extensão da Unidade de Saúde de Ilha, em Santa Cruz Flores, para as Lajes, com investimentos bastante avultados, nomeadamente um gabinete de medicina dentária que está equipado, e eu diria, para usar uma expressão corriqueira, ao mais alto nível de qualidade e de custo e que não tem sido utilizado. Não é utilizado desde 2019.

O médico que ia à Fajã Grande também já não vai, vai só um enfermeiro.

E a pergunta que deixo Secretário é, se vai o Governo Regional dos Açores, neste momento em funções, manter esse tipo de situação em que existem as

infraestruturas, o tal betão e, neste caso, não é só betão é maquinaria também, de elevado custo que está provavelmente a degradar-se, que não é usada há quase dois anos, na extensão da Unidade de Saúde de Ilha, que está localizada na Casa do Povo, no edifício polivalente das Lajes, ou se vai alterar estas circunstâncias, sem qualquer tipo de teoria conspirativa?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

O objetivo do Governo Regional é dotar as unidades de saúde de ilha de todos os meios humanos que possibilitem uma política de saúde de proximidade que garanta a prevenção o mais próximo possível das pessoas. Isto é, inequívoco!

Só invertendo a pirâmide dos cuidados de saúde... Neste momento, temos cuidados de saúde, literalmente nas urgências.

As urgências são a porta de entrada na saúde na região, quando via ser uma porta extrema, como diz a própria palavra “urgência”, mas as pessoas por qualquer situação, vão à urgência. E aí, põe uma carga sobre os serviços hospitalares que dificultam e condicionam a resposta que deveria ser hospitalar.

Como é que se faz isso? É com prevenção, com cuidados de saúde primários, mais próximo das pessoas?

Devo dizer que ao longo deste tempo tenho aprendido muito.

Havia aquela ideia economicista de que não vale a pena ter pequenas unidades de saúde espalhadas.

Deputado Carlos Silva (*PS*): O Sr. Secretário acabou de falar agora!

O Orador: Estou a falar de saúde, Sr. Deputado!

Deputado Carlos Silva (PS): E ele falou na visão economicista!

O Orador: Que não faria sentido, em termos racionais, ter pequenas unidades de saúde distribuídas pelas freguesias, pelas localidades, junto da população.

E eu estou absolutamente convicto que é o contrário: é preciso que haja, porque há muita resposta que pode ser dada na consulta médica, no acompanhamento, até no contato direto com o doente que, resolvendo-se, previne-se o acentuar de alguma situação de saúde, resolve-se a situação do momento, porque se não fosse isso, a pessoa teria de se deslocar ao hospital, ou uma unidade de saúde mais central, muita vez não o faz, a doença aumenta e cria maiores dificuldades.

Isto para dizer que a aposta é claramente no sentido de cuidados de saúde de proximidade e de, havendo profissionais de saúde suficientes, que é o que estamos a trabalhar para realizar, dotar estes postos de saúde exatamente de pessoal, nomeadamente também os enfermeiros de família, que dê uma resposta o mais localizadamente possível.

Quanto à questão dos equipamentos é, de facto, esta incoerência de, por um lado, falta um equipamento essencial numa unidade de saúde, por outro lado, tem um equipamento que custa milhares, que está parado e que não é utilizado. É esta incoerência que também temos que combater.

E vou dar-lhe um exemplo de uma situação que foi um investimento que foi feito por este Governo: um microscópio laboratorial.

Parece um investimento simples para a Unidade de Saúde Ilha das Flores. Para quê? Para que as análises microbiológicas passem a ser feitas no centro de saúde e uma pessoa que tenha que ir das Flores para Ponta Delgada, ou para Angra do Heroísmo, ou para a Horta, fazer uma cirurgia, ou uma consulta, não tenha que ir para lá, não sei com quantos dias antes, fazer os exames lá, ficar à espera dos resultados, depois ter a consulta ou a cirurgia.

E este pequeno exemplo demonstra a inversão de paradigma, a alteração de procedimentos.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: É ir ao encontro daquilo que é necessário, responder com aquilo que é necessário, investir naquilo que é necessário, para assim dar melhores condições de vida às pessoas.

É o que estamos a fazer, esperando que tenha os resultados pelos quais todos ansiamos?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Senhora Deputada.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu estou em crer que o senhor Subsecretário, na sua resposta anterior, confundiu, sem querer RAEGE, com RAEGE-Az.

A RAEGE não é uma associação. A RAEGE-Az é a entidade criada pelo Governo para gerir e agilizar o projeto nos Açores com a RAEGE, que é a Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais.

Quando o seu subsecretário diz que os espanhóis não têm interesse, isso não é verdade, até porque este interesse está manifestado no Memorando de Entendimento assinado em 2010, entre os Governos da Região e de Espanha.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem! Apoiado!

A Oradora: O Memorando de Entendimento prevê um investimento de 25.000.000 EUR para a construção de quatro estações distribuídos entre os

dois parceiros Açores e Espanha: 20.000.000 EUR da responsabilidade de Espanha e 5.000.000 EUR da responsabilidade dos Açores.

Como podem os espanhóis estar sem interesse nas Flores, visto que o compromisso de investimento da Região Autónoma dos Açores, nas Flores, faz parte do projeto e é uma contrapartida de um investimento da Espanha nos Açores?

A Estação Geodésica das Flores é fundamental, porque é a única que está na placa americana. Este projeto só faz sentido se incluir a Ilha das Flores. Aliás, foi o próprio Subsecretário Regional que disse, e bem, que este é um projeto de geodésia, investigação e desenvolvimento. E sabe muito bem que isto significa que o projeto só faz sentido com a estação das Flores em atividade.

Como poderiam os espanhóis não ter interesse, em parte, de um projeto que foi proposto por eles à Região Autónoma dos Açores e que a Região teve a clara evidência de aceitar e embarcar no projeto.

Agora, Senhor Secretário, é preciso cumprir aquilo com que nos comprometemos e o que parece é que o Governo está a querer desvalorizar este projeto RAEGE, tentando passar a ideia de que o desinteresse é dos parceiros internacionais, o que não corresponde à verdade.

Parece querer desvalorizar o projeto para justificar que não se faça um investimento da região na estação das Flores.

Por isso, é muito importante que nos esclareça, até porque, e isto já se sabe, que já é factual, que parece existir uma falta de comunicação entre os membros deste governo. E a anterior Secretária Regional da Cultura dizia, à altura, numa ida às Flores, num Conselho de Ilha, no ano passado, que havia claras diferenças entre aquela que são as condições atmosféricas nas Flores e Santa Maria...

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: ... e que iria ser lançado um concurso público para encontrar as soluções técnicas.

Portanto, há aqui uma diferença entre aquilo que o senhor Subsecretário nos diz agora e aquilo que a anterior responsável pela pasta dizia.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito bem!

A Oradora: Senhor Subsecretário, como e quando é que o Governo vai concretizar a sua parte do investimento previsto no Memorando de Entendimento?

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra o Senhor Subsecretário Regional da Presidência. Faça favor.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Alexandra Manes, é óbvio que a RAEGE não é o mesmo que RAEGE Açores, mas eu nunca disse que o era.

Simplesmente a RAEGE Açores existe para concretizar aquilo que é a participação da Região Autónoma dos Açores no Memorando da RAEGE que é, como diz e muito bem, uma rede com Espanha, com IGN de Espanha.

Mas, Senhora Deputada, tenho que lhe dizer isso. Eu confirmo aquilo que disse há pouco: os espanhóis nunca tiveram interesse direto (desde o início e isto é um processo que vem, desde 2010) na Ilha das Flores.

Os Açores, sim. Os Açores assumiram um compromisso de que nesta rede haveria, de facto, quatro radiotelescópios, três com interesse direto dos espanhóis, porque não lhe vou explicar tecnicamente como é que funciona, mas para os espanhóis interessa-lhes três.

A Região Autónoma dos Açores entendeu que um quarto radiotelescópio na Ilha das Flores era uma mais-valia ao projeto e por isso mesmo, a Espanha desvincula-se de qualquer investimento direto na Ilha das Flores.

No âmbito da RAEGE, da tal rede que não é RAEGE Açores, é isso que ficou definido e, portanto, tem sido RAEGE Açores que tem feito os investimentos nas Flores.

Como é que RAEGE Açores vive? A RAEGE Açores vive, basicamente de duas fontes de receita: o contrato programa que tem com a região, com o Governo Regional, porque é uma associação, e de algum rendimento que tem de um telescópio SST instalado em Santa Maria e também na Ilha Terceira.

Portanto, não há qualquer desinteresse da Região Autónoma dos Açores em investir nesta área na ilha das Flores. O que há é uma dificuldade diferente daquela que existe em Santa Maria, porque em Santa Maria há efetivamente o interesse dos nossos parceiros. Na Ilha Das Flores temos que assumir que será a Região Autónoma dos Açores a assumir esse encargo, por isso mesmo, está prevista a instalação de um radiotelescópio VLBI na Ilha das Flores, com três pessoas lá.

Agora, como referia há pouco o promotor desta destas perguntas ao Governo, o Senhor Deputado Nuno Barata, isto não pode ser só betão.

Eu compreendo que uma antena VLBI tem um efeito visual muito interessante.

Mas o que interessa é que efetivamente as coisas não sejam feitas por ser feitas. Têm que se justificar.

Deputada Alexandra Manes (BE): Justifica-se!

O Orador: Isto é um projeto científico e terá que ser feito com a consolidação de que ele efetivamente vai ser útil para a Região e não fazer por fazer.

Pelos vistos, a Senhora Deputada está mais interessada em que efetivamente os Florentinos vejam lá uma antena instalada para poderem satisfazer com isso. Não é para isso que os investimentos são feitos, muito mais quando são investimentos deste valor, muito mais quando são investimentos que têm que

ser feitos com muita cautela e muita responsabilidade. E é isso que vamos fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Subsecretário.

Pergunto se há mais inscrições para este objeto?

Senhor Deputado José Gabriel Eduardo, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A saúde, sim, é outro dos setores que mais nos deve preocupar nos Açores e, sobretudo, em ilhas sem hospital, como é o caso da Ilha das Flores, onde, em primeiro lugar, quero deixar uma palavra de reconhecimento a todos quantos lá trabalham e fazem do melhor que sabem e podem para resolver inúmeras situações em prol da saúde dos florentinos.

Pese embora o esforço, como dizia, ainda se continuam a verificar enormes constrangimentos e dificuldades que nos são relatadas por inúmeros utentes florentinos do Serviço Regional de Saúde que passam por algumas destas situações.

E vejamos: faltam profissionais, médicos, enfermeiros, terapeutas da fala, terapeuta ocupacional, faltam fisioterapeutas, técnicos de análises clínicas, psicólogos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Essa gente foi-se toda embora das Flores?

O Orador: Falta a criação de canais de comunicação mais eficientes entre o Centro de Saúde e os serviços de urgência dos hospitais da região.

Falta a criação de equipas devidamente constituídas de cuidados continuados e paliativos.

Falta a melhoria na deslocação dos utentes para fora da ilha para consultas de especialidade para tratamento e falta mais celeridade na deslocação para exames complementares de diagnóstico, que tem implicado meses de espera e que por vezes é demasiado tarde para o diagnóstico de certas e determinadas doenças.

Senhores Membros do Governo, temos que ter mais atenção ao estado da saúde das Flores. Não podemos ficar esquecidos, não se percebe, porque as análises prescritas fora da ilha pelos especialistas...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Acabei de responder!

O Orador: ... não podem ser realizadas no laboratório da unidade de saúde da ilha.

Não se percebe porque um utente a ser acompanhado por um especialista fora da ilha, quando este lá vai, não é chamado à consulta na ilha, implicando outra deslocação do utente.

Não se percebe que se aguarde mais de um mês para fazer uma mamografia solicitada com urgência e que esta mesmo tempo tente sair da ilha para outra consulta, não se tenha agendado a realização da mamografia no hospital para onde ela se deslocou.

Enfim, são estas questões que me vão chegando e que retratam o que infelizmente acontece e que apesar do manifesto eleitoral dos partidos que suportam o Governo ter prometido muitas mudanças, estas ainda não aconteceram e já lá vão dois anos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Está igual ao tempo do senhor!

O Orador: Os florentinos não podem ficar esquecidos, os florentinos não podem sofrer com paciência, merecem o mesmo tratamento que os utentes das outras ilhas.

Senhores Membros do Governo questiona para quando a concretização das medidas prometidas nos manifestos dos partidos que suportam este Governo? Esta questão muito abrangente, pois foram muitas as promessas, não necessita de uma resposta com muitos números e dados hoje, nem de comparação com o passado, que sei que é isso que o Senhor Secretário me vai querer dar.

Precisa de ação, de concretização e de perspetiva de futuro (e de perspetiva de futuro!) que foi para isso que fomos eleitos de perspetiva de futuro...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... que é disso que os açorianos querem saber, do seu futuro, e do futuro dos cuidados de saúde na Ilha das Flores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Senhor Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu percebo que o Senhor Deputado tenha trazido isso por escrito e não tenha tido oportunidade de ler, de ouvir o que eu disse antes, que responde a parte daquilo que me colocou. É que eu respondi, exatamente a grandes questões.

Deputado José Gabriel Eduardo (*PS*): Ouvi, ouvi! Mas tenho todo o direito de perguntar ou não tenho!

O Orador: Sim. Tem todo o direito. Só estou a registar que as perguntas que o senhor trazia por escrito já estavam respondidas antes.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Não estavam!

O Orador: É só para demonstrar aquilo que o senhor veio aqui referir.

E essa descrição que o senhor deputado faz do Serviço Regional de Saúde, em concreto da Unidade de Saúde das Flores, é exatamente o retrato da Unidade de Saúde de Ilha das Flores a 20/11/2020, mas infelizmente nunca ouvi o senhor fazer este retrato nessa altura.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Eu não estava cá!

O Orador: O senhor agora é que fala nisso. O senhor, está a fazer exatamente o retrato de novembro de 2020, quando o Partido Socialista deixou a governação dos Açores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É esse o retrato, mas não é o retrato atualmente. Há grande diferença. Há várias diferenças.

Uma diferença é que o senhor antes, como alguns outros, estavam no silêncio, no silêncio e no silêncio.

Não diziam palavra nenhuma sobre aquilo que sou agora reclamo. E agora o senhor faz ruído sobre situações que de facto estão a ser resolvidas?

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): E os senhores antes faziam ruído e agora não fazem nada!

O Orador: E vou referir como é que estão a ser resolvidas as situações.

Por exemplo, quando fala na terapia da fala: sabe quando é que foi feita a última consulta de um terapeuta da fala na Unidade de Saúde Ilha das Flores?

(Pausa)

Não sabe!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é secretário da saúde!

O Orador: A 1/08/2019! Era o Governo do Partido Socialista.

Em agosto de 2019, deixou de haver terapeuta da fala nas Flores e o senhor agora vem aqui responsabilizar este Governo.

E o que é que este Governo está a fazer? Está a contratar terapeuta da fala.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): E reivindiquei sempre enquanto presidente do conselho de ilha!

O Orador: É este Governo que está a contratar terapeuta da fala, terapeuta ocupacional, técnico de análises, psicólogo, dois fisioterapeutas, quatro enfermeiros, 8 assistentes operacionais.

Já contratou um assistente técnico, um médico, quatro assistentes operacionais, 4 enfermeiros, 5 assistentes operacionais, 1 assistente técnico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É este Governo que está a fazer tudo isto em benefício da população.

Infelizmente, tudo isto não tem um efeito a curto prazo e eu acho estranho, e já o referi aqui noutra oportunidade, que essa crítica que o PS faz a um ano e dez meses de governação, é uma imensa autocrítica a 24 anos de governação, porque querem querer dizer que era possível fazer tudo isso num ano e meio, o que os senhores não fizeram em 24 anos. Isto é uma imensa autocrítica.

Deputado Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Quanto à análises, eu tive a oportunidade de referir e vou voltar a esclarecer o Senhor Deputado:

É este Governo que já adquiriu o microscópico laboratorial para permitir exames de microbiologia para evitar aquilo que o senhor disse que acontecia, que as pessoas tinham que fazer análises para onde iam.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Eu não disse isso!!

O Orador: Este Governo já adquiriu e já em setembro vai começar a existir esse tipo de análises. É este Governo que está a resolver.

Quanto a exames de médicos especialistas nas Flores, só para que o Senhor Deputado também tenha noção, aquele retrato que o senhor fez de 20/11/2020, para perceber que isto não corresponde a 6/09/2022, ... Vou explicar porque é que não corresponde. Porque no primeiro semestre de 2022, foram realizados exames, por médicos especialistas nas Flores, 876 (876),...

Deputado Carlos Silva (PS): E a taxa de mortalidade?

O Orador: ... quando foram realizados em 2018, 518; em 2019, 519.

Estamos a realizar mais exames por médicos especialistas agora do que até 20/11/2020. É essa a diferença.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Por isso Senhor Deputado, e para finalizar, para dizer que agradeço mais um contributo que o Senhor Deputado deu para fazer o diagnóstico do estado de saúde em que o Partido Socialista deixou a Região,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... também agradecendo a oportunidade que me dá para explicar os avanços que em pouco mais de um ano já alcançámos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Vieira. Faça favor.

(*) **Deputado Ricardo Vieira (PSD):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ali, em jeito de aparte, o Senhor Deputado José Gabriel Eduardo referiu um problema de saúde que aconteceu com um familiar meu. Efetivamente aconteceu, mas não tomou proporções muito graves, graças a Deus,

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Ainda bem!

O Orador: Obrigado.

Mas da mesma maneira que acontece com um familiar meu, acontece com outros florentinos. Eu não vou defender a saúde para as Flores, baseado em problemas que aconteçam com familiares meus.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A saúde na Ilha das Flores é uma linha vermelha que não estou disposto a ultrapassar. Eu sei o que é viver com uma doença crónica e consigo sentir os problemas e as preocupações da população das Flores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma das grandes causas apontadas, por exemplo, a nível de professores, o facto de não quererem voltar a concorrer para as Flores ,prendia-se,...

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Não diga coisa que não sabe! São factos!

O Orador: ... com a falta de segurança que sentiam da parte da saúde.

Realmente fez-se obras de remodelação da Unidade de Saúde das Flores.

Penso que apenas serviram para lavar a cara, porque no fim faltaram os médicos, os enfermeiros e os restantes técnicos de saúde.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, é um problema que é transversal aos Açores.

Mas para se fixarem esses mesmos profissionais, existe a necessidade de se criarem condições para a fixação desses profissionais.

E é aqui, na minha opinião, que as câmaras municipais podem e devem ser parceiras na solução.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós temos um Governo que já provou que é amigo do poder local e é mais próximo do poder local. Portanto, numa questão de solidariedade, pede-se que as Câmaras façam o mesmo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Portanto, Senhor Secretário da Saúde, qual é o ponto da situação em concreto da saúde nas Flores? Quantos profissionais de saúde? E quais se estimam colocar na Unidade de Saúde das Flores?

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Já respondeu!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, a minha interpretação vai no sentido de tentar perceber se isto é uma sessão de perguntas ao Governo, se é uma sessão de perguntas e respostas entre as bancadas?

O que nós assistimos agora foi uma resposta do Senhor Deputado do PSD, o Senhor Deputado do Partido Socialista e já antes, e não fiz a interpretação para não parecer chato, assistimos a uma situação dessa mesma natureza. E, se for preciso pedir a distribuição dos diários e distribuição urgente, eu quero poupar esse trabalho aos serviços, acho que todos percebemos isso, todos já assistimos a isso e não é de facto este o intuito dessa figura regimental.

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

O senhor tem razão, mas é evidente que há um enquadramento que a Mesa não pode impedir os Senhores Deputados de fazerem. Portanto, tem dado essa latitude a todas as Senhoras e Senhores Deputados, de fazer o enquadramento e, no final, colocarem a questão.

O senhor Deputado Paulo Esteves tinha pedido a palavra para?

Para uma colocar uma questão. Então para responder, tem a palavra, o Senhor Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A questão colocada aqui tem várias dimensões e uma das dimensões que esta questão coloca, é uma grande preocupação que vamos sentindo nalgumas ilhas, nas Flores em particular, e também no Corvo.

Deputado Nuno Barata (IL): Os senhores gostam pouco de debate!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Secretário Regional responda à questão.

Faz favor, Senhor Secretário Regional.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu que a questão que foi colocada tem uma dimensão que me parece muito preocupante e toca num ponto que condiciona um conjunto de outras atividades ao nível da fixação de profissionais. Tem a ver com questões de alojamento. Não podemos ignorar este problema. Isto acontece de forma muito particular nas Flores, acontece no Corvo, acontece noutras ilhas, mas nestas duas ilhas de forma muito particular, a falta de alojamento que dificulta a fixação de profissionais de saúde, de uma forma mais específica, mas em geral também na educação.

Esse é um assunto que devíamos olhar para ele como uma questão estrutural – este sim, estrutural – que é a questão de criar condições de alojamento para que isso aconteça, mas não é alojamento social.

E foi aqui referido a Câmara Municipal. Em reunião com o senhor Presidente do Município de Santa Cruz, ele manifestou que havia esta ideia, esse projeto, de reabilitar o espaço de alojamento, exatamente para alojar profissionais de saúde.

Mas a questão que está aqui é que esta falta de profissionais de saúde que existe, estamos a tentar combatê-la com os incentivos à fixação dos médicos que já estão regulados, dos enfermeiros que estão praticamente regulados e que entrarão em vigor este ano, em que uma parte desse incentivo é exatamente destinada à habitação, porque identificámos esse como um problema, a questão da habitação. E uma parte do incentivo é exatamente para a habitação, para que um indexante de apoio social, que corresponde a esse valor, para ser mais um incentivo à fixação, para além de outros incentivos, para familiares, incentivos para a deslocação, para transporte, tudo aquilo que faça com que as pessoas se sintam motivadas, para além de um acréscimo remuneratório que me parece, e pelos contactos que fomos tendo no trabalho que temos feito com representantes dos enfermeiros, quer

seja de sindicatos, quer seja de ordem, são suficientemente atrativos para, de facto, fixar esses profissionais.

Não podemos esquecer que estamos a concorrer na fixação de profissionais de saúde com países que têm outra capacidade financeira. Alguns enfermeiros saíram das Flores para a Irlanda, para Dubai.

Agora, o que temos que fazer é encontrar respostas de incentivos que fixem essas pessoas.

Não basta dizer que queremos que eles venham, não basta abrir concursos para eles virem. É preciso que haja a definição de um regime claro, preciso e suficientemente atrativo para que eles venham, é preciso contactá-los diretamente pessoalmente, quase num exercício de *casting*, de procura de médicos que queiram vir

É esse trabalho aturado, que só pode ter bons resultados se for feito de forma concertada entre os Conselhos de Administração da Unidade de Saúde da Ilha, e o Governo Regional, para que, na conjugação de tudo isso, dos esforços dos responsáveis pela saúde da região, dos incentivos à fixação e da capacidade para que possamos fazer com que eles se sintam motivados a fixar na Região, que pretendemos cumprir com aquilo que questionou, que são os profissionais de saúde afixar nas Flores.

Como já referi, há um conjunto de procedimentos abertos, alguns que já foram a concluídos com a contratação de profissionais de saúde. E, como digo, estou certo de que no final desta legislatura teremos mais profissionais de saúde, temos melhores cuidados de saúde nas Flores, como em todas as ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 04 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, estava inscrito o senhor Deputado Paulo Estêvão para colocar uma questão a quem deu a palavra. Faz favor, Senhor Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, o Membro do Governo, a quem iria colocar a questão, não está na sala.

Presidente: O Membro do Governo não está na sala, é isso?

O CDS é único que pretende colocar uma questão. Podemos inverter?

Da parte do CDS, a pessoa que em princípio responderá... Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

No caso da Ilha das Flores, à semelhança de muitas outras ilhas da nossa Região e dos Açores, também de uma forma geral, o turismo tem um grande impacto económico na atividade da Região.

A verdade é que este ano, e uma vez que terminando o mês de agosto, as perspetivas corresponderam àquilo que era expectável. Existia uma grande procura do destino, também da Ilha das Flores. É um destino turístico de excelência, com um produto de turismo de natureza, sem igual e a verdade é

que tem tido sempre uma procura crescente e isso foi notado ao longo desta época alta.

Mas a verdade é que existe este caminho e é isso que tem sido desenvolvido e que é necessário continuar, que é o caminho da qualificação do produto e isso, sem dúvida, é imprescindível para continuarmos a manter os níveis de turismo que temos tido, quer durante a época alta, quer também o grande desafio, e que a Ilha das Flores também enfrenta, que é o desafio da sazonalidade, como tentar colmatar esta dificuldade, que muitas vezes é uma grande dificuldade para os empresários.

A verdade é que o turismo também na Ilha das Flores, tem sido positivo na economia da ilha.

A questão que queria colocar à Senhora Secretária que tutela a pasta do turismo era relativamente à questão do alojamento e à disponibilidade de alojamento. A verdade é que é necessário existir uma resposta também para quem visita a ilha em diversos sectores, desde a restauração, desde os produtos da oferta de animação turística, mas também relativamente ao alojamento, que é imprescindível.

Existem alguns empreendimentos turísticos na ilha das Flores de grande qualidade e a questão que queria colocar era efetivamente relativamente ao número de camas disponíveis, a projetos futuros relativamente ao turismo, que certamente apostam cada vez mais, um bocadinho à semelhança do que acontece em todas as ilhas na qualidade daquilo que tem para oferecer ao turista e como tal, era, efetivamente, qual é essa resposta que tem sido dada também pelos próprios empresários da Ilha das Flores?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder, dou a palavra à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, agradeço a sua pergunta e efetivamente dá-nos aqui a oportunidade para falar um pouco daquilo que tem sido o turismo na nossa região, sobretudo nesta época alta.

Efetivamente em todas as ilhas dos Açores houve enormes crescimentos do turismo e a Ilha das Flores não foi exceção, bem pelo contrário, foi das ilhas que mais cresceu em termos de visitação, em termos de dormidas, em termos de hóspedes, em termos de desembarques.

Tivemos crescimentos na ordem dos 38% nestes meses de verão. Aliás, de janeiro a junho, 38% em termos de receitas de hotelaria, o que é uma coisa muitíssimo significativa;

Tivemos 32%, de janeiro a junho, de crescimento em termos de hóspedes;

Tivemos crescimentos de 23%, de janeiro a junho, de dormidas.

Tudo isto foi correspondido por uma oferta de qualidade, porque efetivamente a Ilha das Flores, como disse e bem, é das ilhas que tem maior capacidade de oferta neste momento.

Tem vários empreendimentos turísticos de alguma dimensão, tem também muito turismo de espaço rural e de alojamento local e conseguiu, obviamente, dar resposta.

Tem cerca de 900 camas instaladas e, às vezes, os alojamentos locais não são muito rigorosos. Portanto, será sempre acima disso.

E, portanto, foi sempre possível dar uma resposta adequada.

Isto não significa que não haja que fazer aqui um grande esforço em todas as ilhas para tentarmos atenuar a sazonalidade.

Cada vez mais o esforço tem que ser nesse sentido: mantermos a nossa estratégia de turismo sustentável, a nossa estratégia de oferecer aquilo que é

nosso, aquilo que é genuíno, aquilo que é autêntico, a natureza, os nossos trilhos, a nossa capacidade de oferecer umas experiências diferentes e que as pessoas cada vez mais procuram, sobretudo ligadas à atividade, ao ar livre. A pandemia trouxe muito esta nova tendência, e nós beneficiámos de alguma maneira de isso, porque é isso que oferecemos e é isso que as pessoas procuram.

Portanto, estamos no caminho certo. Estou segura disso e os resultados que nós aqui apresentámos demonstram isso, mas temos que procurar atenuar e sazonalidade. Esse é o nosso grande desafio a partir de agora: tentar esticar o turismo aos hóspedes, as dormidas, os eventos turísticos, os eventos que captam visitantes para épocas médias e depois, tanto quanto possível, para as épocas baixas, tentando gradualmente fazer esse trabalho.

É um trabalho de todos. É uma estratégia do Governo, mas não é necessariamente um trabalho do Governo. É do Governo na medida em que a promoção tem que incidir de acordo com essa estratégia e sobre esses meses que nós queremos ter maior ocupação, mas é uma estratégia de todos os agentes ligados ao sector e até dos agentes culturais, tentar que os eventos culturais e desportivos (os ralis, etc.) se alarguem em termos de calendário para épocas mais baixas, ou médias, ou intermédias, para podermos ter, em conjunto, estes resultados que desejamos, que é criar valor ao longo de todo o ano.

Uma questão concreta que colocou, foi a questão de novos empreendimentos. Efetivamente foram aprovados nos últimos dois anos, oito novos empreendimentos, criando cerca de 188 camas, nas Flores.

Portanto, estamos em crer que é mais um acréscimo para quem tem 800, 900 camas. Duzentas camas, é muito significativo. Só espero que eles efetivamente se concretizem para podermos ter uma oferta cada vez melhor, cada vez mais adequada à procura, que, felizmente, tem havido relativamente às nossas ilhas.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão o Senhor Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É a última pergunta dentro desta área do desenvolvimento sócio económico da Ilha das Flores.

Eu quero aqui referenciar, em nome da bancada parlamentar do PPM, que nós reconhecemos os avanços e também temos uma atitude que considero que é atitude correta, que é, como aqui já foi feito, por vários membros do Governo, a referência a que existem problemas e que, obviamente, estamos a encontrar as respostas para resolver esses novos problemas, ou problemas que herdámos dos governos anteriores. Mas a verdade é que há uma perspetiva geral de avanço, de melhoria.

Mesmo agora foi aqui referenciado o caso do turismo, em que há um crescimento bastante significativo, mas evidentemente isso também provoca outro tipo de problemas, como problemas a nível da habitação, por exemplo, que por sua vez afeta depois a colocação de profissionais, quer na educação, quer na área do turismo.

Portanto, o discurso, aqui nesta matéria, é um discurso de seriedade, de reconhecer, de não tapar os problemas. Há problemas, mas o que é importante é a convicção que temos, a determinação que temos para os resolver.

A questão específica que quero aqui também referenciar num dos setores que também está em crescimento é a seguinte:

Senhor Secretário do Mar e Pescas, há também uma evolução bastante significativa, que gostava que Vossa Excelência descrevesse do ponto de

vista daquelas que são as descargas, em termos de valor, efetuadas na lota da Ilha das Flores.

Gostava que me referenciasse qual tem sido a evolução em termos de valor nos últimos quatro anos?

O que é que aconteceu? Se também aqui tivemos uma evolução positiva neste sector?

Teve a oportunidade de descrever várias intervenções que foram feitas, faltam outras que são significativas, mas gostava que nos desse o quadro geral da evolução nesta matéria nos últimos 4 anos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Relativamente à questão colocada, a Ilha das Flores, tal como de uma maneira geral todas as ilhas, o cômputo regional tem assistido à manutenção, pelo menos, e nalguns casos até aumento, das descargas efetuadas em lota e com uma maior valorização do pescado.

Nesse sentido tem sido muito benéfico a toda a fileira da pesca, sendo que e daquilo que questiona sobre os últimos quatro anos, portanto, temos desde 2019 a 2022.

2019: total de descargas na Ilha das Flores foi de 76.500 kg, com um valor de 754.000 EUR.

Em 2020, total de descargas, 73.800 kg, um valor de 809.000 EUR.

Em 2021, total de descargas em lota, na Ilha das Flores, 79.400 Kg, 1.096.000 EUR de preço de pescado.

Em 2022, e até 31 de agosto, os dados que dispomos, o total de descargas 69.500 kg e já atingiram 1.010.000 EUR.

Portanto, temos assistido, como disse, a uma valorização do nosso pescado, que também não pode ser dissociado do esforço que temos assistido ao escoamento do mesmo em tempo útil, porque sabemos que se não existir o escoamento em tempo útil e de forma adequada, nomeadamente por via aérea, não temos possibilidade de conseguir estes valores porque os compradores naturalmente não adquiriram as espécies que costumam ser habitualmente capturadas, nomeadamente na Ilha das Flores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o segundo objeto: transportes e acessibilidades. Para colocar a primeira questão tem a palavra do Senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Durante alguns anos e bem, assistimos a um partido que agora integra o XIII Governo Regional dos Açores, a insistir e bem, como disse há pouco, com a necessidade, de se proceder à iluminação e à certificação noturna da pista do aeroporto das Flores. Até como forma de combater a tal sazonalidade que se pretende, é fundamental garantir que as aeronaves podem operar após o pôr do sol naquele aeroporto. E é neste sentido que, mesmo sendo um aeroporto Ana Advanti, como já era no passado, que se pretende saber da parte deste Governo Regional, o que tem feito, o que está a fazer, no sentido de garantir com esta empresa privada internacional, a iluminação e a certificação do Aeródromo de Santa Cruz das Flores, no sentido de garantir melhores

acessibilidades à Ilha das Flores, até mesmo, como disse na minha intervenção inicial, desta pergunta, no enquadramento, para garantir o tal combate à sazonalidade que se quer combater no sector do turismo e da hotelaria.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado. Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Nuno Barata, eu devo dizer que esta é efetivamente uma questão que nos preocupa e preocupa-nos em todos os aeródromos, mas de forma particular neste, uma vez que já está um pouco avançada, mas, infelizmente, não temos tido resposta por parte da ANAC relativamente à homologação. Queria, portanto, dizer que já foram feitos investimentos na sinalização luminosa da pista do aeródromo, das Flores, do aeroporto das Flores, com vista à operação comercial noturna e aguardamos há já algum tempo, e são processos demorados, nós sabemos e, apesar de insistirmos, mas a verdade é que ainda não nos chegou, o parecer, a homologação, da ANAC e sem essa homologação, nós não podemos avançar com outros procedimentos.

Para além da sinalização luminosa, também se remeteu para a ANAC a sinalização de obstáculos, que também tem que ser homologada por causa da aproximação à pista, e após isso procederemos à elaboração dos procedimentos de aproximação em conjunto com a NAV.

Portanto, há aqui um conjunto de dados e de procedimentos que não dependem exclusivamente do Governo que nós promovemos, que nós

enviamos às entidades competentes. Dois deles dependem da homologação da ANAC e o outro depende da colaboração da NAV.

Feito isto, nós poderemos então considerar que a pista tem todas as condições para ser certificada. No entanto, também queria deixar aqui uma nota, porque não é o facto de a pista ser certificada que obriga as companhias a voarem de noite. E o Senhor Deputado sabe isso, tão bem como eu.

A SATA às vezes oferece algumas reticências em relação a isso, algumas resistências também em relação a essa questão. Os aeródromos são difíceis, têm as suas especificidades, mas sem a certificação é que efetivamente, não se consegue.

Portanto nós temos é que trabalhar, continuar a insistir, pedir à ANAC, como temos feito, para proceder à homologação da sinalização luminosa que já foi efetuada, da sinalização de obstáculos na aproximação à pista e depois, em colaboração com a NAV, elaborar o manual de procedimentos.

Feita a certificação fica depois ao critério das companhias operar ou não em período noturno. Muito obrigada.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional. Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nós compreendamos as questões.

Entendemos, que, obviamente, não depende apenas do Governo Regional. Fomos informados de que o Governo tem feito um esforço no sentido de

informar à ANAC e com a ANAC, e a NAV desenvolver as ações necessárias no sentido de resolver a questão da iluminação e certificação da pista.

Senhora Secretária, folgo em saber que isto está tudo em andamento, e espero que o Conselho de Administração da SATA tenha ouvido as suas palavras e que perceba que depois daquilo certificado vai ter que resolver o problema dos florentinos e não continuar a esconder-se na falta de certificação e iluminação da pista para não fazer voos tardios para a Ilha das Flores. Curiosamente, e em jeito de aparte, note-se que é precisamente ao final do dia que normalmente as condições climatéricas na Ilha das Flores melhoram e é por isso que há demasiados cancelamentos. Essa questão da iluminação, e da certificação da pista põe-se precisamente por isso, porque à hora que normalmente cai o vento, as aeronaves já não se podem deslocar à Ilha das Flores, sob pena de não conseguirem de lá sair.

Mas folgo em saber que o Governo Regional está fazendo este trabalho e, no seguimento ainda dessa certificação, tendo em conta que a Ilha das Flores é aquela onde existem mais evacuações aeromédicas e a certificação da pista também pode ser uma melhoria para que essas evacuações não sejam feitas pela Força Aérea, e nomeadamente pelos helicópteros, importa saber se o Governo Regional dos Açores preconiza alterar esse sistema de evacuações aeromédicas no sentido de agilizar todo o mecanismo, uma vez que é da Ilha das Flores que, de facto, mais pessoas precisam de ser evacuadas?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado, claro que a minha resposta é afirmativa. Nós pedimos, ou não, evacuações, em função das condições que temos dentro da Região para

as fazer ou não. Quando não é possível, solicitamos evacuações. Sempre que for possível fazer com os meios próprios e com os voos regulares que a nossa transportadora área regional faz para cada uma das ilhas, tornar-se-á desnecessário pedir essas situações de evacuação de emergência.

Cada situação em concreto ditará aquilo que deve ser feito e a postura que o Governo Regional e as entidades de saúde, designadamente, devem tomar em cada momento. Mas obviamente que uma operação mais alargada, maiores frequências, melhores condições de operação, são sempre melhores em termos de resultado final naquilo que nós pretendemos para servir bem as populações de cada uma das nossas ilhas.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado José Gabriel Eduardo. Faça favor.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Sobre o assunto que irei falar a seguir, muito se falou recentemente, mas nunca será demais falar da obra fundamental e estruturante para a Ilha das Flores e para a Região e que quase dois anos depois deste Governo estar em funções, afinal, ainda se aguarda pelo projeto ficar concluído. Falo, obviamente, do Porto, das Lajes das Flores e daquelas que foram as infelizes atuações recentes deste Governo.

Recapitulamos apenas os últimos episódios. Dia 19 de julho, os florentinos são convidados a estar presentes na apresentação do projeto do molhe.

Não tendo havido tal apresentação, entendi que era necessário, para esclarecer os florentinos, explicar o que afinal tinha acontecido e numa conferência de imprensa, no dia 22, relatei o que ali aconteceu, que não foi a apresentação do projeto e que o mesmo não estava concluído. E o que

assistimos era o mesmo que em agosto de 2020, aquando da apresentação do estudo prévio.

No dia 25, a Senhora Secretária, em reação, vem ao Telejornal, e de uma forma que, a meu ver, não lhe ficou bem, jogando com as palavras, acusa-me dizer duas coisas diferentes e que as duas não podem ser verdadeiras.

E ainda refere, que levará o tempo que tiver que levar, porque um porto leva anos a ser construído e leva anos também a ser projetado.

Os florentinos esperam bem que não.

Por isso, Senhora Secretária, nunca em parte alguma me ouviu dizer de forma diferente o que disse e que lhe vou voltar a dizer hoje: a senhora foi às Flores e não apresentou projeto nenhum.

E se dúvidas restassem, basta verificar a resposta ao requerimento que apresentei e ao qual me é respondido que se perspetiva que a fase correspondente ao projeto de execução seja concluída no primeiro trimestre de 2023, resposta esta que ainda vem piorar as expectativas dos florentinos que ouviram naquele dia 19, que este era o *timing* (primeiro trimestre) para o lançamento do concurso. Não sei agora quem está a dizer duas coisas e as duas não podem ser verdadeiras, mas passemos à frente.

Sobre o preço da obra também já ouvimos várias versões, mas sobre o financiamento é que temos muitas incertezas e esperamos que este arrastar de quase 2 anos para concluir um projeto não seja porque o limite fixado pelo Governo Regional de participação do Governo da República faça agora falta para a prossecução da obra.

Afinal, são menos 68.000.000 de euros que o antigo Secretário das Finanças prescindiu de receber do Governo da República.

Mas ainda sobre o requerimento que fiz e a propósito das prospeções geológicas, é muito estranho que essa obrigação, que recai sobre o Governo Regional, e que este concurso já tenha sido lançado para esse objetivo pela

Portos dos Açores por 120.000 EUR, quando o que tudo indicaria que essa obrigação seria do adjudicatário da obra.

Pergunto, Senhora Secretária: essa extraordinária nova obrigação decorre da eventual falta de financiamento da empreitada mercê da incompetência do Governo Regional no planeamento financeiro do Furacão Lourenço junto do Governo da República?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça um favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado, nós estivemos nas Flores no dia 19 de julho a apresentar aquilo que é o futuro do porto das Lajes das Flores e eu própria lhe disse...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora está com dificuldade em falar em futuro!

A Oradora: Já lhe explico, Senhor Deputado!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas com calma!

A Oradora: ... que hoje, este porto é a obra das obras deste Governo. E esse projeto foi apresentado à população, que ficou satisfeita. O Senhor Deputado, estava lá. Não vi que tivesse feito perguntas. Aliás, as perguntas que foram feitas nem foram sobre o Porto, foram sobre a náutica de recreio, sobre o porto náutico, sobre o porto das pescas, sobre várias outras questões, porque as pessoas ficaram perfeitamente esclarecidas sobre o que foi apresentado nas

Lajes das Flores, no dia em que lá fomos com a Portos dos Açores e com a presença de todas as entidades e forças vivas da Ilha das Flores.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Recapitulando isso, Senhor Deputado, o Governo anterior, deixou-nos algum projeto? Acha que sim?

Pois deixou um esquisso, nem chegou a ser um anteprojecto, mas vamos dar por bom, um estudo prévio.

Deputado Carlos Silva (PS): Dois anos depois o que é que a senhora tem?

A Oradora: Já não é mau! Um estudo prévio! Um estudo prévio que fosse sujeito a ensaios 2D através do LNEC.

Desse estudo prévio e desses ensaios, resulta um conjunto de melhorias que foram introduzidas, e que resultaram no anteprojecto que foi apresentado na Ilha das Flores e foi explicado lá, com todas as letras, por mim, mas fundamentalmente pelo Presidente da Portos dos Açores, que esse anteprojecto seria sujeito, e está a ser sujeito durante este Verão, a ensaios 3D.

E é desses resultados dos ensaios 3D, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que resultará o projeto de execução, projeto esse que se estima que esteja concluído no final deste ano para pôr a obra a concurso, logo que possível, porque como sabe também, o concurso leva algum tempo a preparar todas as peças, a revisão do projeto. Isto é, um projeto muito dispendioso, está sujeito a uma legislação especial, tem que haver revisão especial de projeto.

Essa revisão será feita e o projeto será lançado de modo a que possamos ter o lançamento da empreitada no segundo trimestre de 2023. Essa é que é a questão cronológica da apresentação do projeto e, portanto, foi sobre isso que falámos. Foi sobre isso que se questionou e quem estava presente entendeu questionar, foi tudo devidamente explicado e se há alguma coisa a explicar mais podemos voltar a fazer outra apresentação sem dificuldade nenhuma.

Assim que tivermos o anteprojeto depois dos ensaios 3D, poderemos voltar à apresentação. Não tem dificuldade nenhuma sobre isso.

O que nós queremos dar a certeza a quem nos ouve lá fora e aos florentinos em particular é que esta é uma obra essencial para as Flores e é essencial para os Açores. Portanto, essa obra, é uma obra cara. É a obra mais cara que nós temos neste momento em execução, em andamento e, portanto, estamos todos concentrados nessa obra.

Em relação ao financiamento, quem negociou o financiamento foi o governo anterior, com verbas do Governo da República do Furacão Lourenço.

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não! O corte de 198 milhões de euros foi o Eng.^a Bastos e Silva!

Quem prescindiu dos 198 milhões de euros foi esse governo!

A Oradora: Portanto, eu nesse aspeto, estou tranquila, porque sempre que fazemos despesas e investimentos relativamente a isso, as despesas avançam para a Secretaria das Finanças pedir o desembolso dos fundos do Furacão Lourenço.

Portanto, nós vamos fazendo o nosso trabalho de casa e só esperamos que o Governo da República cumpra aquilo que prometeu, financiando através dos fundos do Lourenço estas obras, que foram obras, obviamente, que resultaram daquela intempérie que, infelizmente, aconteceu nos Açores. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado José Eduardo para? Para interpelação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para corroborar aquilo que acabei de dizer na minha intervenção. Entregarei à mesa, para distribuição pelos Senhores Deputados, o convite, que foi distribuído na Ilha das Flores, bem como o cronograma...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que diz esse convite? Tem de dizer para ficar bem explícito!

O Orador: ... apresentado e também o *slide* idêntico ao apresentado em agosto de 2022.

Solicitar também ao Senhor Presidente se, na resposta ao meu requerimento, os serviços, ou a Assembleia, se esqueceram de colocar os anexos (estou a perguntar à Mesa) que, na resposta número 2 do Governo, diz que “ensaios em modelo físico 2D, esses ensaios foram concluídos em março de 2021 e seguem em anexo”. Não recebi os anexos. Perguntava à Mesa sobre essa questão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Em relação aos documentos, assim que a Mesa os rececionar fará chegar às Senhoras e aos Senhores Deputados. Relativamente aos anexos, terei que verificar se foram rececionados e por que razão não foram distribuídos. Agora não lhe consigo responder a isso.

Vamos dar continuidade.

Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras para colocar uma questão.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Quanto a este objeto de transportes e acessibilidades, como é natural, os transportes aéreos são fundamentais para o desenvolvimento da Ilha das Flores. A verdade e já foi aqui também mencionado, mas não posso deixar de referir que realmente a certificação da eliminação da pista é fundamental. O CDS apresentou, em proposta de alteração de Plano e Orçamento, em 2016 e 2017, essa proposta, na altura chumbada pela maioria socialista, mas a verdade é que é uma preocupação nossa, desde há alguns anos.

Dizer quanto aos transportes aéreos, e que estes são fundamentais, a verdade é que é uma reivindicação e uma matéria sempre de destaque pelas forças vivas da ilha, quer pelos Concelhos de Ilha, por várias organizações da Ilha das Flores, que é a disponibilidade de voos e de lugares disponíveis, quer para quem visita a Ilha das Flores, mas também para aqueles que lá vivem e que têm que se deslocar pelas mais variadas razões, quer seja por motivos profissionais de saúde, ou mesmo lúdicos.

A verdade é que existiu aqui um caminho feito por este Governo, quer com a implementação da Tarifa Açores, quer também pela própria companhia aérea, em dar resposta àquela que é a função essencial desta empresa, que é servir os açorianos. Foi dada essa resposta nesse sentido também aos florentinos, e a questão que queria colocar era qual foi efetivamente a resposta dada em relação ao número de lugares, à disponibilidade de número de voos durante este período de época alta na Ilha das Flores, fazendo também, em jeito de balanço, aquilo que foi este período de época alta, que é sempre um período de grande procura de lugares em que a verdade é que este ano, nas Flores, à semelhança das outras ilhas, houve uma resposta efetiva quanto a essa disponibilidade e a verdade é que tudo esteve mais calmo, relativamente a essa matéria, e, como tal, fazer também esse jeito de balanço, uma vez que terminou o mês de agosto. Muito obrigada.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo. Faça o favor, Senhora Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, a questão que coloca, efetivamente, permite-nos, mais uma vez, relembrar aqui que fizemos uma operação muito robusta em termos de transporte aéreo este verão, para todas as ilhas dos Açores, e em particular para a Ilha das Flores, aliás, correspondente também à procura que aqui há pouco eu referi de um enorme crescimento de turismo e de um enorme crescimento de passageiros embarcados e de dormidas.

Os passageiros embarcados, aliás, cresceram mais de 17% na Ilha das Flores. Portanto, a oferta que nós fizemos foi sempre superior àquela realizada em 2019. E no total, e uma vez que estamos aqui a falar de janeiro a julho, ainda não temos os dados fechados de agosto, mas foi ainda melhor que julho (portanto, de janeiro a julho), na rota Ponta Delgada/Flores, oferecemos 184 frequências, 23.992 lugares, com uma taxa de ocupação de 77%.

Não faltou lugares, mas foi uma taxa ótima de ocupação.

Na rota Terceira/Flores/Ponta Delgada, oferecemos 94 frequências; lugares oferecidos, 10.603; uma taxa de ocupação de 73%.

Na rota Horta/Flores/Horta, oferecemos 209 frequências; 31.081 lugares e uma taxa de ocupação de 64%.

Portanto, esta, de facto, foi a rota com maior oferta, também com maior utilização, mas em termos percentuais um pouco abaixo dos 70%, mas de qualquer modo, uma ótima ocupação.

Ainda devo dizer que dentro destes lugares oferecidos fizemos 3 voos extraordinários: um voo extraordinário em julho, oferecendo 80 passageiros e

2 voos extraordinários em agosto, 160 passageiros. E estes não estão aqui, uma vez que a estatística era até julho.

Isto para dizer também que, apesar da oferta e da operação robusta que foi feita, nós nunca falhámos em ilha nenhuma.

Sempre que foram necessários voos extraordinários, fizemos voos extraordinário.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Destes lugares, dentro desta estatística, a tarifa Açores representou 6.197 bilhetes vendidos, com a Tarifa Açores. Portanto, foi uma operação que nos apraz registar, como sendo uma operação de sucesso; uma operação que ocorreu sem sobressaltos, sem atrasos, e essa é a voz corrente que, dentro do possível, houve cumprimento dos horários (houve uma situação, ou outra, por questões metodológicas, mas essas escapam-nos a todos), com ofertas de lugares suficientes, sem ser excessiva, adequada à procura.

Portanto, nesse aspeto, nós estamos satisfeitos com a operação para a Ilha das Flores, como estamos também, na generalidade, com as operações para todas as outras ilhas.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para colocar uma questão. Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária, acabou aqui de escrever a maior operação de sempre para a Ilha das Flores, porque na narrativa de alguns partidos da oposição, a questão é que o turismo cresceu, porque tinha que crescer, ou o peixe que está a ser transportado, o pescado que está a ser transportado, pois isso também é uma inerência das coisas da natureza.

Deputado Carlos Silva (PS): Era o que o senhor dizia em 2019!

O Orador: Isso não acontece por acaso. O turismo aumentou por a acessibilidade aumentou e houve uma forte aposta nesta matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O pescado aumentou o valor e também a quantidade, batendo recordes novamente, porque também a acessibilidade aumentou e o transporte de carga também aumentou.

Deputado Carlos Silva (PS): Aumentou no país todo! O senhor está a brincar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: As coisas não acontecem por acaso.

E a aposta na acessibilidade é absolutamente fundamental, porque é a melhoria das acessibilidades que cria as oportunidades de desenvolvimento destas ilhas, nomeadamente das Flores, mas também no Corvo, que ouvi aqui

algumas vozes se insurgirem contra os voos diários do Corvo que foram um sucesso absoluto e que aqui alguns partidos quiseram inviabilizar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Senhora Secretária, o que lhe peço é que me dê também a um número, concreto em relação ao aumento de disponibilidade de transporte de carga neste período, também, para a Ilha das Flores. Também é essencial, obviamente, para que se possam fazer aumentar a exportação dos produtos que temos vindo a falar.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra, para responder, a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, em complemento do balanço que foi feito anteriormente, eu gostaria de deixar aqui mais alguns números percentuais que também depois vão responder à questão da carga.

Efetivamente, de janeiro a julho 2022, nós aumentámos em quase 20% das frequências para a Ilha das Flores.

Nós aumentámos o número de passageiros, a disponibilidade de passageiros, em 17,4% e a percentagem de lugares oferecidos, 15.134 lugares, como eu disse, há pouco, com uma percentagem média de utilização de 70%.

Isto significa que ao colocarmos em oferta este incremento enorme de frequências e de capacidade de transportar passageiros, também colocamos em oferta uma enorme capacidade de transportar carga.

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é aumentou o transporte de carga?

A Oradora: E eu já referi isso aqui hoje, há pouco. Portanto, a disponibilidade de transporte de carga aumentou significativamente quando se aumenta a percentagem de frequências a estes níveis.

Efetivamente, não temos conhecimento de nenhuma reclamação relativamente ao transporte de carga. Nenhuma! Portanto, houve disponibilidade, sempre mais do que suficiente, para transportar toda a carga que as Flores tinha para levar para o exterior, através deste aumento de frequências. Eu acho que isto é a melhor resposta que nós podemos dar aos florentinos, é colocar-lhes todos os dias, várias vezes ao dia, com imensas frequências, a capacidade de transportarem as pessoas que querem visitar a ilha, as pessoas que querem sair da ilha e toda a mercadoria que, por via aérea, possa chegar ou partir da ilha.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

A Oradora: Foi a melhor resposta que alguma vez tivemos ao longo dos últimos anos.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é dos últimos anos, é de sempre, não seja modesta!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Senhora Secretária Regional.

Eu já tenho a resposta dos serviços, relativamente aos anexos do requerimento que o Senhor Deputado José Eduardo disse que não estavam. Eles estão na GD, protegidos por *password*, que lhe foi fornecida. Portanto,

através da GD, todas as Senhoras e Senhores Deputados podem aceder aos anexos que foram enviados pelo Governo Regional.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Obrigado, Sr. Presidente!

Presidente: Vamos avançar. Tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Realmente é importante falar nas acessibilidades e mobilidade à Ilha das Flores e falou, e bem, o Senhor Deputado Paulo Estêvão, a respeito do transporte de carga, dando a ideia de que tudo corre bem.

É verdade, é factual, que existe um problema grave que tem a ver com o porto das Lajes das Flores e que foi por razões alheias à nossa vontade que sofreu aquela distribuição toda, mas de facto, nos últimos meses, ou alguns meses anteriores, notou-se atrasos, recorrentes e consecutivos, no abastecimento à Ilha das Flores, levando à rotura de bens essenciais naquela ilha.

Portanto, se a ilha já está distante e é a periferia dentro da ultraperiferia, sente muito mais um abandono quando o próprio Governo não tem a atenção de fazer-lhes chegar aqueles que são os bens essenciais e pelos quais eles não têm culpa, se o Porto de Ponta Delgada está em obras e não tem capacidade, ou se não tem estivadores suficientes para fazer a descarga, o facto é que o resto da população açoriana não pode ser de forma alguma prejudicada por isso. E o que se notou e o que se nota é que as florentinas e os florentinos continuam a sentir um abandono por este Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há abandono nenhum, está provado!

A Oradora: É factual. É dito, não estou a inventar nada, e assumo que pensava que a Ilha das Flores tendo dois deputados eleitos por dois partidos que sustentam este Governo, teriam a mesma capacidade de reivindicação

para a sua ilha, tal e qual outros deputados o fazem para as suas. Não se nota, isso para as Flores, infelizmente.

As Flores continua a ser o parente pobre deste Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Pergunto, Senhora Secretária:

A Senhora Secretária, sabe, e bem, que houve uma rutura de stocks nas Flores essenciais. E a minha pergunta é tão simples quanto esta:

Dando-se mais casos destes que são excecionais, está o Governo Regional, disposto a assumir o custo do envio de bens essenciais para a Ilha das Flores por avião, sem que isto represente um aumento de custos aos comerciantes e ao consumidor final? Está o Governo disposto a assumir esta preocupação com a população das Flores?

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo e Mobilidade. Faça favor, Senhora Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Alexandra Manes, nós próprios dissemos isso num requerimento que respondemos ao Bloco de Esquerda.

Efetivamente fomos confrontados com essa situação. Procurámos saber o que é que se passava. Foi-nos respondido que tinha a ver com constrangimentos do porto de Ponta Delgada. Dissemos isso no requerimento, porque a transparência e a verdade têm que estar sempre na primeira linha do nosso relacionamento, mas também posso dizer-lhe que tomámos medidas imediatamente.

E a partir daí, pode querer e conferir com os Senhores Deputados das Flores que tiveram a capacidade reivindicativa que efetivamente a Senhora Deputada também tem relativamente à sua ilha,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a ilha?

Deputado Nuno Barata (IL): Como o senhor não é do Corvo!

Deputada Alexandra Manes (BE): Sou dos Acores!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os Deputados do círculo de compensação não são deputados de ilha!

A Oradora: ... o Karoline, que é um navio pago pelo Fundo de Coesão para servir as Flores depois do furacão São Lourenço, impreterivelmente, todas as semanas sai à quinta-feira de Ponta Delgada, chega sexta-feira às Flores e só atrasa nas Flores, a pedido dos empresários, para levar gado, quando há gado para embarcar. Quando não há chega à quinta, sai à sexta, ou seja, sai à quarta-feira de Ponta Delgada, chega à quinta-feira, às Flores, sai à sexta-feira para Ponta Delgada.

Se tem que esperar por gado, espera, mas por acordo com os empresários.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não foi essa a pergunta!

A Oradora: Isto é o que se está a passar neste momento. Depois dessa situação, que relatou, foram tomadas medidas nesse sentido. Para além disso, referiu o transporte aéreo. Mas o que nós recorremos normalmente é o navio Thor que faz viagens de emergência, se forem necessárias, para fazer o abastecimento às Flores. Foi isso que foi feito. A rutura foi muito curta (muito curta), temporalmente falando.

Nós atuámos imediatamente e, além de atuarmos imediatamente, tomámos medidas para o futuro, na medida em que este itinerário do Karoline passou a ser uma realidade desde então. Muito obrigada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não me respondeu à pergunta!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra, o senhor Deputado Ricardo Vieira. Faça a favor.

(*) **Deputado Ricardo Vieira (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para começar, eu gostava de fazer um *mea culpa* para com os florentinos e lamento imenso nestes dois meses que tomei posse, ainda não ter conseguido resolver todos os problemas das Flores. Lamento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Lamento, não ter tida essa capacidade.

Deputada Ana Luís (PS): Nem lhe é exigido isso!

Deputado José Ávila (PS): Mas o senhor acha que não esteve aí ninguém antes de si? Isso é um grande elogio ao Sr. Deputado Bruno Belo!

O Orador: Devagar, devagarinho, haveremos de chegar à solução.

Sr. Presidente, quando conseguir continuar.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Sr. Presidente, quando eu puder continuar...

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos permitir que o Senhor Deputado continue a sua intervenção. Faça favor.

O Orador: Obrigado.

Eu gostava, primeiro, de salientar o bom impacto do turismo na Ilha das Flores.

Prova disso, existem salários a ser pagos na área do turismo acima da média do setor. Infelizmente, são alguns, não são todos. Gostaria, eu, que fossem todos seguindo, essa linha.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Mas gostava aqui de deixar um alerta nesta Casa.

Que “não há bela sem senão”! Um crescimento insustentado do turismo, põe em causa o poder de compra dos florentinos.

O aumento do alojamento, o aumento dos bens de consumo, o aumento do preço das refeições... Nós, Ilha das Flores, somos uma economia muito débil e uma evidência clara disso é o facto de sermos um dos PIBs per capita mais baixo da Região.

Por isso, a minha pergunta, Senhora Secretária do Turismo, Mobilidade, Infraestruturas é:

Qual é o plano deste Governo para um turismo sustentável a longo prazo para as Flores? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo para responder. Faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Ricardo Vieira, eu gostava de começar por dizer que o turismo é efetivamente um sector, fundamental para o desenvolvimento dos Açores e não foi por acaso que ao longo destes anos todos da nossa autonomia, todos os governos trabalharam muito para que o turismo crescesse e, felizmente, chegou a altura em que ele está a crescer, porque a

própria dinâmica e a estratégia seguida do turismo sustentável têm ido ao encontro daquilo que são as tendências do mercado.

E, portanto, enquanto procurarmos “vender sol e praia” isso não é verdadeiro para nós, isso não cola a nossa realidade, isso não é aquilo que nós temos verdadeiramente para oferecer, isso não é aquilo que nós podemos vender. E enquanto formos por esse caminho, o sucesso do turismo foi o insucesso.

A partir do momento em que se avança para uma estratégia de turismo sustentável, de turismo de natureza, de turismo de experiências e experiencial, em que as pessoas vêm para levar alguma coisa do novo consigo e terem uma experiência boa para replicar, para falar às outras pessoas, para passar de boca em boca, e para isso se multiplicar em termos de crescimentos, aí sim, começamos a verificar, digamos, este crescimento, de dois dígitos, que felizmente, se verifica nos Açores há uns anos para cá.

Mas também, porque houve oferta de transporte e aí o Senhor Deputado Paulo Estêvão tocou lá. É porque é preciso haver oferta para gerar procura e a procura gera mais oferta e entramos no ciclo virtuoso, em vez de um ciclo vicioso, quanto menos, menos.

Portanto, quanto mais, mais, e é preciso estimular esse ciclo virtuoso.

Essa é a nossa estratégia, esse é o nosso caminho para todas as ilhas e, desde logo, com a preocupação de transferir fluxos turísticos das ilhas maiores que, por tradição, captavam mais fluxos para todas as outras ilhas e daí esta oferta de transporte para, através de Ponta Delgada ou de São Miguel, e da Terceira, dispersar fluxos turísticos por todas as ilhas. Eu julgo que esta era a estratégia que todos nós achamos bem para podermos levar crescimento, criação de riqueza, criação de emprego a todas as ilhas.

Se me disser que há aqui ou acolá alguns inconvenientes gerados por isso, mas o nosso balanço é que conta, ou seja, o equilíbrio entre a riqueza que gere e alguma perturbação no *status quo* instalado, é que tem que fazer com que se valha a pena criar riqueza, porque se nós não criarmos riqueza, se nós

não criarmos emprego, então tudo se torna insustentável e, portanto, um turismo sustentável é também sustentável, economicamente. É sustentável, ambientalmente, é sustentável socialmente, é sustentável economicamente. Esse tem que ser o nosso caminho.

Claro que vamos estar atentos ao que se passa este ano. Não houve nenhum constrangimento, não houve nenhuma preocupação. Pelo contrário, pelo contrário! Ainda temos margem de crescimento em todas as nossas ilhas, muita margem de crescimento, porque nós, felizmente, temos núcleos urbanos bastante consolidados, mas temos muito espaço e muita área para ser visitada, ser visitável, e por isso é que também o alojamento em espaço rural é um alojamento que tem que ser muito acarinhado, porque é o típico alojamento que nos interessa, sobretudo para os núcleos mais pequenos e mesmo mais afastados dentro das ilhas maiores. Portanto, este caminho de apostar no turismo em espaço rural, este caminho de apostar no turismo sustentável, no turismo dos trilhos e das atividades ao ar livre, de natureza, é o caminho que temos seguir.

Estou certa de que as Flores farão um balanço, como nós fazemos, muito positivo (mas a própria população) da riqueza gerada destes fluxos turísticos deste ano.

Continuaremos atentos para que não haja nenhum constrangimento maior.

É óbvio que pode haver pontualmente uma situação ou outra, num ponto ou outro. Aí nós temos que atuar e nós o que desejamos é que nos façam chegar e de preferência também com as vossas próprias soluções, porque quem lá vive, melhor do que ninguém, consegue apontar aquilo que é a solução adequada...

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Secretária Regional.

A Oradora: ... para resolver estes constrangimentos e julgo que a partir daí, e sempre em diálogo com as forças sociais de cada uma das ilhas e com os

agentes deste sector, encontraremos sempre as soluções mais adequadas.
Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Faltam-nos cerca de 38 minutos para completarmos as 3 horas que definimos para este debate.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

A Mesa neste momento não tem nenhuma inscrição. Pergunto à câmara se, âmbito da primeira pergunta, ao segundo objeto, se há mais inscrições?

Não havendo, darei a palavra ao Senhor Deputado Nuno Barata para fazer a segunda pergunta, relativa ao segundo objeto.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Os transportes de mercadorias para as nossas ilhas mais periféricas é assunto recorrente, é assunto que preocupa, políticos, sociedade civil, toda a panóplia de agentes políticos, de Santa Maria ao Corvo, do Corvo a Santa Maria.

Ora na decorrência do furacão Lorenzo e da queda do Porto das Lajes das Flores, foi efetuado um contrato de abastecimento com um navio específico, capaz de operar no que restava de cais operável, contrato esse que monta a cerca de 2.000.000 de euros por ano e em que a região participa significativamente.

Importa perceber e tendo em conta os constrangimentos já conhecidos e que alguns aqui já foram falados hoje, quantas vezes esse contrato de abastecimento às Flores não foi cumprido, que justificações, conseqüentemente, foram apresentadas pelo operador desse incumprimento e, nomeadamente, que sanções o Governo Regional, aplica a este operador, e que medidas já tomou ou toma o Governo Regional num futuro próximo, que ainda será longínquo por aquilo que já percebemos do processo de reconstrução e de construção do Porto das Lajes, no sentido de minimizar esses constrangimentos?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, apenas referir aqui que esse valor que referiu, de 1.940.000 EUR é para 18 meses. Portanto, nesse aspeto, terminaria agora e foi prorrogado pelo próprio armador por mais um mês até à entrada em funcionamento da ponte cais.

A ponte cais está praticamente completa. Depois de entrar em operação, nós podemos dispensar este navio e voltará às viagens que antigamente eram

feitas de 15 em 15 dias para abastecimento direto de Lisboa ou Leixões, até à Ilha das Flores.

Ficaremos, contudo, com o navio Thor para qualquer tipo de situação de emergência para acudir a qualquer falta de abastecimento nas ilhas das Flores e do Corvo.

Portanto, feita apenas esta precisão, e eu também gostava de dizer que a ponte cais terminaria no final do ano e, portanto, é antecipada ou até terminaria no segundo no primeiro trimestre do próximo ano. E a sua obra é antecipada para agora, para setembro, portanto, isto liberta-nos de ter que renovar este contrato por mais alguns meses.

Mas por questões de segurança, ele continua a operar aqui durante um período para se ter a certeza que vai tudo correr bem com a ponte cais a entrar em funcionamento.

Entretanto, também queria referir, porque colocou essa questão e foi colocada já hoje, aqui, que os constrangimentos no Porto de Ponta Delgada também influenciaram a operação.

Felizmente, também a obra do Porto de Ponta Delgada foi antecipada. Portanto, já estamos nesse aspeto muito mais tranquilos, quer em Ponta Delgada, quer nas Flores, já estão bastante melhoradas as condições de operação dos navios que saem de Ponta Delgada, como era o caso desse navio, que referiu Karoline – antes era Margaret e agora é o Karoline – para chegar às Flores e para poder desembarcar na ponte cais, que é uma das componentes importantes do novo Porto das Lajes das Flores.

Portanto, nesse aspeto, não só temos o problema resolvido no presente, como já está perspectivada a sua resolução no futuro. E eu julgo que era essa a questão que tinha colocado.

Portanto, nunca houve propriamente uma questão de incumprimento. Houve atrasos por força destas contingências, mas foram repostas rapidamente as viagens que estavam programadas e nunca houve necessidade de fazer

nenhuma viagem extraordinária, nem de proceder a qualquer tipo de indemnização por parte do armador. Portanto, tudo se resolveu em consenso, resolvendo os problemas das Flores e servindo o melhor possível as populações em função destes constrangimentos que acabei de referir e que, finalmente e felizmente, terminaram agora. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado Nuno Barata para a réplica.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu, às vezes, juro que não vive na mesma Região de alguns dos Senhores Secretários Regionais, ou então círculo mais por aí do que os Senhores Deputados Regionais, porque as pessoas dizem-me que têm constrangimentos; os empresários dizem que têm constrangimentos; os empresários estão preocupados com a situação futura. A Senhora Secretária diz-me que vai tudo correr bem.

Eu quero acreditar em si. Eu espero que vá, de facto, tudo correr bem. Uma coisa que já tem sido recorrente nessas visitas que tem feito às ilhas é, de facto, nas vésperas, os Senhores Secretários fazem um périplo, uma corrida e vão lá no anunciar umas coisas.

Eu espero que seja coincidência.

E nesse sentido, foi também a Senhora Secretária Regional dos Transportes às Flores, nas vésperas da anunciada visita do Deputado da Iniciativa Liberal, falar do porto e falar com as pessoas. Já aqui foi também perguntado pelo Senhor Deputado José Gabriel Eduardo, nas necessárias alterações ao projeto. Importa perceber, de facto, que alterações são essas que vão ser feitas? Qual é a data prevista para a conclusão desse projeto e qual é a data prevista para a conclusão da obra?

Senhora Secretária, todos nós sabemos, a ponte cais foi uma solução alternativa, foi uma solução que foi bem engendrada, diria eu, porque vem, de facto, resolver de imediato o acesso às Lajes das Flores do navio de contentores que vem de Ponta Delgada, supostamente Leixões e Lisboa, mas não é a solução de futuro para o Porto das Lajes das Flores, não é a solução de futuro para o crescimento da economia da Ilha das Flores, nem é a solução de futuro, se as Flores, de facto, continuarem a crescer do ponto de vista da sua população flutuante, como foi o caso deste verão, que nós esperamos se prolongue de forma significativa ao longo da época baixa e das outras épocas. Nesse sentido, importava, de facto, perceber da parte da Secretaria da tutela que alterações ao projeto estão previstas e que prazos existem para a concretização destas alterações ao projeto e da obra final do porto das Lajes das Flores, uma vez que ela se reveste de relevante importância para o crescimento da economia da Ilha das Flores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Senhora Secretária Regional, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, esta é de facto uma boa oportunidade para nós falarmos um bocadinho sobre o Porto das Flores. Já falámos há pouco e para dizer que isto é uma grande obra e o prazo de construção são cinco anos. Portanto, temos que compreender isso.

Daí que tenha havido esta opção, e esta não é deste Governo, ainda é do Governo anterior, de criar esta ponte cais, de criar condições de acostagem e são 140 metros de cada lado, portanto, consegue perfeitamente operar os navios de um lado e de outro, e ainda na rampa ró-ró.

Portanto, temos uma situação que é transitória, mas que efetivamente deixa o Porto das Lajes das Flores com condições para operar três navios em simultâneo, depois de construído o novo cais acostável.

Portanto, temos aqui uma obra de reconstrução em várias fases. A primeira fase está praticamente a ser concluída, com a ponte cais operável a rampa róró até ao final do ano, e já podem operar a maior parte dos navios, ou até quase todos os que vão às Lajes das Flores. E depois temos todo o tempo, durante 5 anos, para avançar com a construção do novo cais, esse sim, o tal projeto ou anteprojecto, porque a gente sabe que projeto é sempre entre aspas: há o estudo prévio, há o anteprojecto, há o projeto e há o projeto de execução, Senhor Deputado, e lá no convite não tem nenhum projeto de execução.

Portanto, neste momento, o que tínhamos era um estudo prévio, se quisermos, ou um anteprojecto até, para fazer testes 2D no laboratório. Feitos estes testes foram introduzidas alterações basicamente na consolidação de emergência, ou seja, na proteção de emergência do terraplano. Foram aí que foram introduzidas as principais alterações, porque foram testados os galgamentos e foram testados os materiais que deveriam ser depositados no enraizamento do molho para fazer a proteção de emergência. Portanto, basicamente, são essas as alterações.

Feitos os testes 3D e introduzidas essas alterações foi apresentado o anteprojecto nas Lajes das Flores, avança agora para os testes 3D, em laboratório, e passa-se então à fase de execução do projeto de execução.

Esse projeto de execução será posto a concurso no próximo ano, em 2023.

Feitas estas realizações introduzidas, a solução estrutural que vier a ser adotada, o projeto de execução, após os ensaios, terá que ser feito, depois o projeto de revisão geral da obra, porque a lei obriga (depois do projeto, faz-se a revisão geral da obra; aí é que se começam a ter valores aproximados de construção, por isso é que fala-se em valores, mas são tudo estimativas que não têm em conta nem sequer a realidade económica de hoje em dia, em que

sabemos bem como é que os preços de construção têm subido por falta de distribuição nas cadeias de abastecimento e por também falta de mão de obra,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: ... e as próprias empresas de construção civil têm muita pouca previsibilidade relativamente aos seus custos e à feitura de orçamentos.

De qualquer maneira, só depois da revisão do projeto é que poderá haver um orçamento estimado para lançar a obra já com um valor base. Essa obra será lançada no segundo trimestre 2023 e tem cinco anos de execução.

Portanto, é este o ponto de situação e eu espero que sejam cumpridos todos estes calendários que estão feitos com algum rigor e que a partir de 2028 possamos então, de facto, termos aqui o Porto das Lajes das Flores em pleno funcionamento.

Até lá, a ponte cais com 140 metros de um lado, 140 metros do outro, 280 metros de cais acostável, responde às necessidades do Porto.

A rampa ró-ró responde às necessidades dos passageiros.

Portanto, temos a situação controlada, que é aquilo que interessa neste momento.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito deste segundo objeto.

Senhor Deputado José Gabriel Eduardo tem a palavra.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas um ponto prévio.

Ouvimos a Senhora Secretária realmente falar da ponte cais e da conclusão e em boa hora ressaltar que este investimento projetado e lançado a concurso pelo Governo anterior pode e vem salvaguardar como alternativa, mas importante que o Governo esteja ciente de que a ansiedade e a celeridade

solicitada para o molho principal, tem a ver exatamente com, a ponte cais, se vier um inverno duro, pode acabar por destruir o resto que sobra dos destroços do antigo molhe e a ponte cais vai ter muitas dificuldades também de operacionalidade.

Mas deixando o porto das Lajes de parte, porque os investimentos que lá estão realizados foram todos ainda lançados pelo Partido Socialista, vamos falar do Porto das Poças.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Em reunião no dia 22/02/2022, na Ilha das Flores, com a anterior Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, foi-me transmitido que o projeto da segunda fase do Porto das Poças já estava concluído e que seria lançado a concurso em março de 2022 e que, nesta empreitada, decorreria simultaneamente a proteção da orla costeira a sul das Poças.

Já se passou março, e mais alguns meses, e o concurso não foi lançado.

A primeira fase, embora se saiba que está concluída, na realidade, aguarda pelo desfecho e assim vamos aguardando, tal como se aguarda pela colocação da grua neste mesmo porto, que foi proposta e aprovada no Plano 2021 e que ainda não viu a luz, como se aguardou durante toda a época alta pela colocação de pontões para a melhoria das condições de trabalho das empresas marítimo-turísticas no embarque de passageiros para o Corvo, e só na semana passada é que se iniciaram os trabalhos. Ainda bem que estava agendada, como disse o Deputado Nuno Barata, esta sessão de perguntas ou então é por causa da próxima visita do Governo.

Mas fica sempre o pontão para a próxima época alta.

Mas são estes constrangimentos que não abundam em nada a favor do turismo e do desenvolvimento do setor. Pelo que estou a questionar, para quando o lançamento do concurso da segunda fase do Porto das Poças e se

infraestruturas, como o terminal para passageiros, bomba para combustíveis, instalação de apoio às empresas marítimo-turísticas, serão ali instaladas e se o projeto contempla estas infraestruturas?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Esta obra do Porto das Poças é uma obra muito recente, apareceu em 2020!

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo e Mobilidade.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado colocou aqui duas questões, uma relativamente à preocupação do molhe das Lajes das Flores, ou do molhe cais, no próximo inverno. Obviamente, que temos todos essa preocupação, mas também devo dizer que a proteção de emergência do molhe é uma empreitada, à parte, da construção do novo molhe e essa está a seguir o seu curso e a conclusão está prevista para junho de 2023.

Portanto, fica esta nota, que é fundamental, porque a proteção de emergência é aquilo que o preocupa e, portanto, também a nós. Por isso mesmo é uma empreitada que antecede a construção do molhe cais e que estará concluída em junho de 2023.

Sobre a questão da segunda fase do Porto das Poças e que inclui a construção do contra molhe, do terra pleno e o passadiço flutuante que, entretanto, já foi lá colocado (portanto, também fica esta nota que já está concluído esse compromisso de colocar um passadiço flutuante no atual cais) esta

empreitada está na fase de recolha final dos pareceres para ser colocada a concurso de construção e estará concluída no verão de 2023. Desculpem, dará início no verão de 2023, porque isto é uma obra para fazer de verão.

Portanto, ela até pode estar adjudicada antes disso, mas o objetivo é no verão de 2023, fazer esta obra do contra molhe, porque é uma obra, obviamente que carece de condições meteorológicas favoráveis à sua execução.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste segundo objeto?

Não havendo pergunta ao Senhor Deputado Nuno Barata se quer avançar para o terceiro objeto?

Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Começa a ser confrangedor, nessas minhas visitas e nos contactos com as populações, nomeadamente com os eleitos locais, e com algumas associações e cooperativas, começa a ser demasiado confrangedor, dizia eu, ouvir” o Senhor Secretário comprometer-se, mas nunca mais disse mais nada”, “o Senhor Secretário veio cá, disse que sim, mas depois nunca mais me atendeu telefone”; “o senhor chefe de gabinete, já não me diz nada há meses”, e nas Flores não foi diferente do que tem sido nas outras ilhas.

E este tipo de governação e de forma de estar, que começou muito próxima das pessoas e com um novo paradigma, parece ter-se alterado, pelo menos da parte de alguns membros do Governo.

Importa por isso que estas atitudes sejam revistas, pelo menos, se entenderem, se não entenderam pois continuem assim, e o povo haverá de avaliar isto na hora certa.

Mas importa, por exemplo, perceber, Senhor Secretário Regional da Agricultura, o que é que se passa com o carregador de gado da Fajãzinha,

com o parque de retém da Lomba, ou com os 50% que o senhor prometeu para o parque de retém e carregador da Freguesia das Lajes.

Da Senhora Secretária Regional das Infraestruturas, também importa perceber, porque é que um Presidente de Junta, da mesma cor partidária, até com o acesso mais direto, está há tempos a reclamar por umas simples lombas na estrada regional e uma alteração de trânsito, e isto não se concretiza.

Os eleitos locais são, de facto, a linha da frente da política portuguesa. Todos nós o dizemos a alta e a bom som: todos nós damos loas aos eleitos locais pelo sacrifício que fazem pela baixa remuneração que têm e por serem a linha da frente. Não podemos continuar a adiar as suas aspirações.

E eu deixo essas perguntas precisamente, porque me foram colocadas por Presidentes de Junta e não por simples associações e cooperativas, mas são Presidentes de Junta que estão preocupados precisamente com a eficácia e a eficiência dos governantes para resolver os problemas, pequenos problemas, das suas populações que eles próprios não têm capacidade de resolver.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça um favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Efetivamente é assim. Nós temos na Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, algumas dezenas de pedidos de espaços e estruturas de contenção animal, no âmbito do tratamento da sanidade animal, em zonas que efetivamente não existem esses espaços de contenção, e de todos os Açores, uma grande parte de Juntas de Freguesias dos Açores, juntas mais rurais, é verdade, são dezenas e dezenas.

Perante as nossas capacidades, quer técnicas, quer de recursos financeiros, estamos a programar e a planear estas intervenções. Este ano foram três parques de retém na Ilha de São Jorge, ainda este ano vamos fazer um parque de retém na Ilha das Flores e vamos fazer também um na Ilha Terceira, perante as nossas capacidades. Não é possível fazer tudo, a todo o momento.

O que eu tenho dito aos senhores Presidentes de Junta que manifestam esta vontade é que efetivamente vamos planear estas mesmas intervenções no âmbito daquilo que é a colaboração com o poder local. Importa dizer que esses parques de contenção animal ganharam também aqui uma nova evidência e uma prioridade, tendo em conta aquilo que é a necessidade da Região apresentar estruturas no âmbito do bem-estar animal.

Nós conseguimos ajustar o nosso protocolo internacional às especificidades dos Açores para classificar as nossas explorações pecuárias no âmbito daquilo que eram as regras internacionais para o bem-estar animal e no âmbito dessa classificação do ajustamento do protocolo internacional, estes parques de retém são estruturas também de contenção de bem-estar animal. Isto significa que nós tivemos que rever aquilo que era a tradicional construção para ajustar essa construção às regras internacionais de bem-estar animal. Leva tempo. Não é algo que se faça de um dia para o outro. O Senhor Deputado tem toda a razão quando os Presidentes de Junta contestam e reivindicam a necessidade de existência dessas estruturas.

Por um lado, a demora deve-se a quê? Ao planeamento da intervenção, da nossa intervenção, tendo em conta a nossa capacidade, porque não são ilimitados os recursos financeiros e, por outro lado, também a necessidade de ajustar essas construções estruturais às novas regras de bem-estar animal. Ora, as novas regras de bem-estar animal exigem outro tipo de estruturação para a contenção dos bovinos, principalmente dos bovinos.

Estamos a falar de parques de contenção. Agora, com o planeamento está feito, está feito. Os Senhores Presidentes de Junta e muito bem, obviamente

reivindicam num dia e querem a construção no outro. Não é possível, mas está planeado. E o Senhor Deputado tem razão quando diz que, de facto, que eles reivindicam efetivamente, é essa a justificação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional. Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata. Faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Claro que eles reivindicam, mas eles nem se queixam, não é de reivindicar e de não fazer, é do senhor dizer que vão fazer e afinal têm esses constrangimentos todos. É preciso dizer às pessoas a verdade. É preciso dizer às pessoas que tem esses constrangimentos todos.

Se disser às pessoas que tem esse constrangimento todos, eles já não podem vir ter comigo se queixar, porque sabem que têm constrangimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Eles queixam-se sempre a si! Mas isso é bom, não é mau.

O Orador: De deve ser, porque sou uma boa “caixa de ressonância”, Senhor Secretário. Sabe, eu atendo o telefone.

Outro problema que importa resolver na Ilha das Flores e está aqui o Senhor Vice-Presidente do Governo, talvez nos possa ajudar, tem a ver com a habitação, não só a habitação social, mas a habitação, até disponível para a tal população flutuante que tem que vir para a ilha trabalhar, ocupar aqueles lugares que nós precisamos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não conhece o Regimento?

O Orador: O quê, não posso?

Presidente: Senhor Deputado Nuno Barata, eu tenho dúvidas, porque o senhor fez uma questão ao Sr. Secretário Regional e estamos no âmbito da réplica a essa questão.

O Orador: Tem razão, Sr. Presidente.

Presidente: Portanto, provavelmente, a questão da habitação terá que ficar para outra pergunta.

O Orador: Então retiro a pergunta para a pergunta seguinte.

Presidente: Mas de qualquer maneira o Senhor Deputado, tem direito a fazer uma réplica.

Tenho inscrita a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma das queixas que me chegam da parte da população residente nas Flores tem a ver com a deslocação das consultas de especialidade e isso porque há um problema crónico nas Flores e que se prende com a ida da especialidade de pediatria às Flores, chegando a que muitos pais e mães perguntem se os seus filhos são diferentes dos filhos das pessoas que estão noutras ilhas com hospital e que podem escolher entre o seu filho ir ao médico de família ou ir a um pediatra.

No ano 2021, foram feitas duas deslocações em dois dias perfazendo quatro dias onde foram dadas 59 consultas, ou seja, em quatro dias, viram-se 59 crianças, portanto, dando uma média à volta das 15 crianças por dia. Eu não compreendo, como é que se consegue chegar e fazer tantas consultas num dia.

Para 2022, e segundo a resposta que foi feita um requerimento, estavam previstas três deslocações no âmbito da especialidade de pediatria.

No entanto, na hora do almoço, telefonou-me uma senhora a dizer que tinha ido uma única pediatra às Flores, penso que no meio de maio, e que só tinha atendido crianças/bebés até a um ano.

Senhor Secretário, o que eu lhe pergunto, é se me pode confirmar e confirmar à população residente nas Flores, que as crianças das Flores terão o mesmo direito que qualquer outra criança nesta Região, e que essas duas outras duas

deslocações que estão no mapa das deslocações, serão feitas às Flores até ao fim do ano?

Presidente: Muito obrigada, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça o favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Já tive oportunidade de fazer aqui alguns esclarecimentos relativamente à deslocação de especialistas, em instâncias de um Senhor Deputado e, de facto, há aqui um incremento da deslocação de especialistas, de consultas e de exames na Ilha das Flores.

Por exemplo, só para ficar com uma ideia, em 2022, só no primeiro semestre, foram feitas por médicos especialistas que deslocaram às Flores 2.542 consultas.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Mas eu falei na pediatria!

O Orador: Já lá vou.

Em 2021 tinham sido 2.407 e é um número superior, por exemplo, a 2018, que foram 2.431, o que quer dizer que há um aumento de deslocação de especialistas.

No que diz respeito à infância, e à saúde materna e infantil, é preciso termos a noção que grande parte desse acompanhamento é feito por médicos de medicina geral e familiar, os respetivos médicos de família que fazem o acompanhamento das crianças no âmbito da saúde materna infantil nos cuidados assistenciais normais, através dessa especialidade. Por isso, esses os utentes das Flores, até por um rácio de utentes com médico de família nas Flores, é uma das que tem um melhor rácio de utentes por médico de família, há acompanhamento.

Por isso, não se pode dizer que as crianças das Flores não têm o mesmo tipo de acompanhamento que as crianças de outras ilhas, porque no âmbito daquilo que é a saúde materna infantil, as crianças das Flores têm exatamente o mesmo acompanhamento que decorre da especialidade de medicina geral e familiar até com a particularidade da rácio ser melhor.

Só é necessário a intervenção do médico especialista, no caso de pediatria, quando estamos perante algo que é referenciado pelo médico de medicina geral e familiar e que exige uma intervenção, por assim dizer hospitalar, não no âmbito dos cuidados primários.

Percebo que a forma como os cuidados hospitalares se confundem com cuidados primários naquilo que foi essa falta de visão estratégica de reforçar os cuidados primários para alcançarmos melhores resultados ao nível da saúde, percebo que haja essa confusão, mas uma coisa são cuidados primários, no âmbito do médico de medicina geral e familiar, outra coisa são cuidados especializados hospitalares no âmbito da especialidade pediatria.

O que posso dizer é que não tenho aqui o número específico da pediatria, mas o que há é um esforço – e mais do que esforço – um compromisso do Governo Regional para aumentarmos cada vez mais as deslocações de médicos especialistas.

Não são apenas palavras. As palavras já estão concretizadas em atos, em factos concretos que demonstram que há mais consultas de médicos especialistas nas Flores do que havia nos últimos anos. Há mais exames realizados por especialistas do que existia nos últimos anos e para além disso, também estamos aqui com processos de contratação de médicos de medicina geral e familiar para as Flores para reforçar também os cuidados essenciais ao nível de cuidados de saúde primários, no caso concreto, médico de medicina geral e familiar. É esse o caminho. É um caminho que não se consegue atingir no curto prazo, conforme tenho dito, mas é o caminho que está a ser traçado,

e, sobretudo, é o caminho que já está demonstrado com factos. Os factos demonstram exatamente aquilo que referi.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado José Eduardo. Faça favor.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O assunto que trago nesta minha intervenção já foi hoje por diversas vezes referido e até serviu de justificação para algumas perguntas e até de justificação para algumas bancadas como sendo um entrave ao desenvolvimento de alguns setores de atividade na Ilha das Flores e que é a falta de habitação, que é um problema que aflige a Ilha das Flores.

E porque também o Senhor Vice-Presidente, aquando da visita do Governo, expressou a colaboração com as câmaras locais para arrendamento com opção de compra, para recuperar habitação degradada, e empreender nova habitação para jovens da Ilha das Flores.

Na sequência desta visita estatutária do Governo às Flores, foi anunciado que a autarquia de Santa Cruz das Flores tinha pedido ao Governo apoio para recuperação e adaptação do antigo edifício da SITORFLOR, bem como a Câmara Municipal das Lajes ofereceu o terreno da antiga Lourã para a criação de lotes e construção de habitações, e o Governo mostrou disponibilidade para ajudar a resolver o problema.

A minha pergunta é muito simples, e este é um problema que se coloca para a fixação de jovens, para a fixação de muitos professores, de muitos outros funcionários, polícias, GNR, enfermeiros para o centro de saúde.

Aquilo que hoje estivemos aqui a colocar em questão em muitos serviços, resolve-se acima de tudo, com a habitação nas Flores, como também já no Corvo foi feita habitação e a cedência de habitação para professores e acho que isso seria, nas Flores, uma mais-valia.

Posto isto, tendo em novembro de 2021, esta boa vontade das câmaras e também disponibilizando se o Governo para a aceder a esta criação de condições para, assim, fixar população da Ilha das Flores, entendo que este será um investimento estruturante para uma verdadeira política de apoio a empresas e serviços e pretendo saber, Senhor Vice-Presidente, muito simplesmente, que passos foram dados no sentido de concretizar essa intenção para além dos elencados, nesta minha intervenção?

Já estamos também com dois anos de governação e é preciso resolver o problema da habitação nas Flores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra para responder o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional. Faça o favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: O Senhor Deputado José Gabriel, muito obrigado pela sua pergunta e, sobretudo, pela referência aos 2 anos, ou seja, 24 meses que estamos no Governo, e que teremos que responder ao problema de 24 anos que os

senhores estiveram no Governo, ou seja, nós temos 24 meses, os senhores 24 anos.

Deputado Berto Messias (PS): Quando não se tem mais nada para dizer...!

O Orador: E herdámos o problema que o senhor nos deixa e que nós estamos a tentar resolver, é verdade.

Mas se o problema da habitação fosse exclusivo da Ilha das Flores, estaríamos todos muito bem. O problema da habitação, que os senhores deixaram, é generalizado nos Açores, em 24 anos, Senhor Deputado.

A SITURFLOR temos toda a abertura. Nunca foi feita uma proposta formal, concreta, por parte da Câmara de Santa Cruz. Com o Senhor Presidente da Câmara das Lajes tenho conversado. Ainda, falei com ele para aí há uma semana sobre um outro projeto, como sabe com a Santa Casa das Lajes das Flores.

Como sabe, habitação social é uma coisa; habitação para GNR, para polícias, para guardas-fiscais, etc., é outra. E esse problema coloca-se em todo o sítio. Por exemplo, dou-lhe um exemplo, os miúdos que vão agora estudar para Angra e Ponta Delgada não têm quartos para alugar. É um problema. Têm que iniciar a sua vida académica. A culpa, naturalmente, não é do Governo. A culpa talvez seja de quem não fez residências universitárias suficiente quando as podia fazer.

E por aí fora, se quisermos ir. Portanto, estamos atentos, Senhor Deputado.

Mas far-me-á justiça de colaboração da SITURFLOR. Há quantos anos (eu não sei, o Senhor Deputado como é das Flores naturalmente vai poder esclarecer-me) aquele edifício está abandonado?

Eu, tenho a noção que é há alguns anos, mas não sei há quantos.

E também não sei se houve algum contrato, alguma benevolência, alguma boa vontade deste Presidente de Câmara de Santa Cruz das Flores de ser benevolente com o Governo e de colaboração. Eu não sei há quantos anos a

SITURFLOR está abandonada. Não faço a menor ideia, Senhor Deputado, mas seguramente não é há 24 meses.

Habitação com arrendamento jovem, sim senhor; com opção de compra, sim senhor. Estamos a tratar disso sim senhor, não só nas Flores, como também em outras ilhas e, brevemente, vamos agora, no final do mês, como sabe às Flores e lá estaremos para responder com transparência, com lealdade, atender ao telefone às pessoas, e explicando aquilo que nós podemos fazer.

Agora, quando se tem um legado pesado a coisa é um bocadinho mais complicada e sob o legado o senhor saberá falar melhor do que eu.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente do Governo. Atingimos as nossas 3 horas. Diz o nosso Regimento que, apesar disso, todos os grupos e representações parlamentares, que não tenham feito questões sobre esse objeto, têm o direito a fazê-lo. Pergunto se há grupos e representações parlamentares que têm intenção de colocar questões sobre esse objeto?

O Senhor Deputado Paulo Estêvão estava inscrito. Pretende fazê-lo?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, era exatamente sobre esta questão da habitação.

O Senhor Vice-Presidente, já teve a ocasião de responder.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais Grupos e Representações Parlamentares que não tenham colocado questão nenhuma sobre esse objeto e que queiram colocar?

Não havendo, está assim encerrada esta sessão de perguntas, promovida pela Iniciativa Liberal.

Senhoras e Senhores Deputados, decidiu a Conferência de Líderes que o ponto 2 da nossa Agenda será discutido na manhã de amanhã. E avançamos assim para o ponto 3.

Antes de avançarmos para o ponto 3 da Agenda queria informar (já informei a Mesa e a Conferência de Líderes), os Senhores Deputados que a partir desta altura começaremos a utilizar os nossos painéis de controlo de tempo que foram instalados durante este período de verão, facilitando também o trabalho de quem faz esse controlo de tempo, tornando mais transparente todo esse controlo de tempo.

Começámos, neste plenário, pela agenda e pelas iniciativas. No próximo plenário acho que estaremos em condições para também fazê-lo em relação às outras figuras regimentais, nomeadamente ao período de tratamento de assuntos políticos.

Permitam-me agradecer aos serviços, a disponibilidade que tiveram durante este período, para instalar esses estes equipamentos e para os treinar e um especial agradecimento ao Senhor Secretário da Mesa, Tiago Branco, também pela disponibilidade que teve em acompanhar, em treinar e estar em condições de hoje podermos utilizar. Como é a primeira vez que vamos utilizar este equipamento, se houver algum lapso, peço a tolerância de todos.

Avançamos para o ponto 3 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII – “Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores farmacêuticos oriundos da carreira de regime especial de Técnico Superior de Saúde, ramos de farmácia hospitalar, laboratório e genética, entretanto integrados na Carreira Especial Farmacêutica, a adotar pelos serviços e organismos que integram o Serviço Regional de Saúde”.**

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Penso que os tempos já estão colocados. O Governo e o Partido Socialista dispõem 22 minutos; o PSD de 20 minutos; o CDS de 14 minutos; o Bloco de

Esquerda e o PPM de 12 minutos da; as representações parlamentares de 10 minutos cada e o Senhor Deputado Independente de 5 minutos.

Estes painéis que vamos utilizar espero que ajudem, em muito o meu trabalho. Portanto, os senhores veem o tempo que têm. Portanto, o Presidente não precisará de estar a pedir aos Senhores Deputados para interromperem as suas intervenções. Peço que respeitem o tempo que está estipulado.

Para a apresentação do diploma, tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

A proposta de diploma que temos agora aqui em discussão, visa concretizar mais um dos processos de regularização de carreiras da saúde. Por um lado, para resolver juridicamente a desigualdade que existia entre contratos individuais de trabalho e contratos de trabalho em funções públicas, entendendo-se que esta forma legislativa, tal como aconteceu, de resto, com os técnicos superiores de diagnóstico terapêutica, é a forma adequada de ultrapassar esta divergência que fazia com que pudesse existir situações de profissionais com mais tempo de serviço que pudessem ser prejudicados relativamente a outros com menos tempo de serviço, decorrentes da natureza jurídica do respetivo contrato e, por isso, é a forma jurídica de ultrapassar esta situação.

Por outro lado, também, para resolver o problema dos farmacêuticos oriundos da carreira do regime especial de técnico superior de saúde, dos ramos de farmácia hospitalar, laboratório e genética, que foram, entretanto, integrados na carreira especial farmacêutica para efeitos de contagem do respetivo tempo de serviço.

Em todos os casos, é reconhecido um ponto e meio dos anos em que não houve avaliação, tal como de resto já estava para os contratos individuais de trabalho e isto tem impacto nos anos de 2004 a 2018, o que quer dizer que estamos aqui a repor uma situação de justiça que vem desde 2004. É mais um passo para dignificar, valorizar as carreiras de profissionais de saúde.

É mais um passo para concretizar compromissos deste Governo Regional, das várias forças políticas que o compõem, e é mais um passo para darmos condições para que os profissionais de saúde se sintam dignificados, motivados, para continuarem a prestar o trabalho que têm prestado e, neste caso concreto, com a correspondência da valorização da respetiva carreira.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Podemos avançar para as votações?

Senhor Deputado Francisco Coelho, faz favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma breve intervenção no sentido de realçar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente acompanhou estes trabalhos em comissão. Teve também oportunidade, e gosto, em receber algumas estruturas sindicais representativas destes trabalhadores, inclusive, no sentido de nos ser solicitado com aquilo que resolvemos colaborar também institucionalmente, ao nível das diligências, ou das não diligências, também face à clareza, quer do diploma, quer do assunto, no sentido de efetivamente se apressar a vinda deste diploma a plenário.

Este diploma tal como sabemos e tal, conforme teve oportunidade de explicar o Senhor Secretário Regional na respetiva Comissão tem a ver com a

autonomização destas categorias dos técnicos superiores de saúde. Houve um problema burocrático, porque a anterior classificação não previa critérios de mérito, de ter que se suprir de algum modo, isto no sentido de ser possível a respetiva promoção e progressão, e também atendendo à especificidade de juridicamente, hoje, instituições ou estabelecimentos de saúde, fundamentais, como são os nossos hospitais, terem natureza jurídica empresarial e, portanto, de também os seus trabalhadores, pelo menos os mais recentes, estarem sujeitos a um regime de trabalho e uma relação jurídica de emprego diferente, qual seja a do direito privado.

Isso, em termos práticos, essa diferença técnica, fez com que na mesma carreira, e aqueles que tinham uma relação jurídica de emprego exatamente com a EPE's hospitalares tenham já beneficiado desta promoção na prática, enquanto aqueles que têm o regime da função pública ainda não.

Nessa medida, naturalmente, o Partido Socialista concorda com esta resolução, concorda com a necessidade de lhe dar brevidade e vai naturalmente votar a favor desta iniciativa.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Ana Quental, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Senhores Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de relembrar a todos que nós acabamos de, ainda há pouco, apresentar uma proposta de alteração apenas no artigo 1.º por uma questão de rigor a nível de texto.

É apenas para justificar que o objeto do exercício profissional e a natureza da sua atividade, como está plasmado na legislação de Decreto 109/2017, de 30 de agosto.

Esta proposta e, como já foi dito aqui pelo Sr. Secretário, apresentada pelo Governo, estabelece as regras em relação ao processo de descongelamento da carreira, a antiga do técnico superior de farmácia, para a carreira especial farmacêutica, onde inclui os 3 ramos: farmácia hospitalar, análises clínicas e genética humana. Assim é que está correto.

Esta proposta vem regularizar a situação dos contratos em funções públicas, contabilizando, como já foi dito num email, desde 2004 a 2018.

É o culminar das negociações com o sindicato representativo dos dos farmacêuticos, dando voz às suas reivindicações e respondendo cabalmente aos seus interesses.

É também uma questão de justiça e de equidade face a outras carreiras já regulamentadas/regularizadas por este Governo, nomeadamente os técnicos de diagnóstico e os enfermeiros.

De forma célere, este Governo em apenas duas reuniões resolveu, o que o Governo anterior não foi capaz, ou não quis resolver em três anos.

A regulamentação da carreira dos farmacêuticos data de agosto de 2017.

E somente em setembro de 2020, a um mês das eleições, e perante uma greve iminente, o Governo anterior prometeu pagar as valorizações com os retroativos a 2018.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Evitou uma greve, mas não cumpriu o que prometeu.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ao contrário do Governo anterior, este Governo de coligação promete e cumpre.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mais uma carreira da saúde a ser regularizada e valorizada, mais um grupo profissional a ver reconhecido o seu valor e a sua importância para a garantia da qualidade na prestação de cuidados de saúde aos açorianos.

Tal como outras profissões ligadas à saúde, o papel do farmacêutico centra-se no utente, seja nas áreas da farmácia hospitalar, das análises clínicas ou da genética humana.

Profissionais reconhecidos e valorizados tornam-se mais motivados a se fixarem na nossa região para que no futuro não nos falte profissionais de saúde...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e, conseqüentemente, dá estabilidade e melhoria dos cuidados de saúde à população dos Açores.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhora Deputada Alexandra Manes, faça o favor.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda concorda com a reposição da justiça e equidade, que é mais do que um direito destas e destes profissionais e que apenas peca por tardia.

No entanto, e à semelhança do que aqui aconteceu no passado mês de julho, quando se aprovou a iniciativa relativa ao processo de descongelamento da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, este diploma corrigirá parte da injustiça, ficando a faltar meio ponto para a justiça na sua plenitude. Portanto, este Governo da coligação cumpre, mas não cumpre a totalidade do que prometeu, se não dava os dois pontos.

Relembro que no processo de descongelamento da carreira especial de enfermagem, os enfermeiros tiveram direito, e bem,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Este Governo não dá governos à-toa!

A Oradora: Olha ainda bem que o Senhor Deputado Joaquim Machado acabou de dizer que este Governo não dá pontos à-toa. Ou seja, quer dizer que as pessoas estão em casa a nos ver e que estão no Serviço Regional de Saúde são desconsideradas pelo Senhor Deputado do PSD. Muito bem!

No entanto, e à semelhança do que aconteceu no passado mês de julho, quando se aprovou a iniciativa relativa ao processo de descongelamento da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, este diploma corrigirá parte da injustiça, ficando a faltar meio ponto para a justiça na sua plenitude, ou seja, como aquilo que o Senhor Deputado Joaquim Machado, acabou de dizer, não dá pontos à-toa, ou seja, desconsidera parte das profissionais nestas carreiras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É meio ponto, Sra. Deputada!

A Oradora: Relembro que no processo de descongelamento da carreira especial de enfermagem, os enfermeiros tiveram direito, e

Bem, a dois pontos, entre 2004 e 2008, e de acordo com a Circular Informativa n.º 2729, de 29/11/2019, seria mais que justo que os outros profissionais da saúde tivessem este mesmo direito.

A verdade é que este Governo já nos habituou a este tipo de postura,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas o PS é que não fez isso, senhora!

A Oradora: ... em que a justiça e a equidade são repostas só em parte.

Este é um governo que tenta cumprir sempre pelos mínimos.

Afinal, nem todos os profissionais de saúde não merecem os pontos porque são pontos à-toa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que raio de calculadora é que a senhora usa?

A Oradora: Bem sabemos que o presente diploma resulta de um processo de negociação com estes profissionais de saúde, mas acreditamos que estas e estes trabalhadores, ao quererem ver as suas situações resolvidas, acabam por aceitar as condições oferecidas, mesmo que as mesmas não correspondam àquilo que tenham direito.

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta iniciativa. **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Então porque é que não vota contra?

A Oradora: Contudo, lamentamos que mais uma vez tenha sido perdido uma oportunidade para a total reposição da justiça e equidade destes trabalhadores e que, mais uma vez, da bancada do PSD tenha vindo a desconsideração total por algumas destas carreiras, dizendo que não dão pontos à-toa, como se não os tivessem merecido.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estamos perante uma proposta do Governo Regional que visa repor justiça a um grupo de trabalhadores na sequência daquela que vem sendo a atuação deste Governo desde a sua tomada de posse, há menos de dois anos.

Neste período de tempo, menos de dois anos, foram resolvidos vários problemas, nomeadamente nas carreiras do sector da saúde e, portanto, isto é a prova de que há uma marca, há verdadeiramente um pendor social desta coligação e deste Governo no sentido de fazer justiça aos trabalhadores da função pública, aqueles que nos servem a todos diariamente e...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... ainda hoje se falou aqui exatamente da falta de profissionais de saúde, falou-se aqui das populações sentirem-se desamparadas no sector da saúde.

Portanto, estamos perante aqui uma proposta que visa proporcionar melhores condições de trabalho, melhores condições remuneratórias e, consequentemente, fixar profissionais de saúde nas nossas ilhas.

Portanto, é a marca social, da nossa coligação deste Governo de coligação, reconhecendo o mérito destes profissionais. É também a demonstração da capacidade deste Governo ouvir e encontrar soluções negociadas e encontrar entendimentos com celeridade, tal como já ficou aqui demonstrado hoje.

Resulta disto a motivação destes profissionais com a valorização das suas carreiras e, portanto, faz-se justiça social, justiça laboral e esta é uma das marcas desta coligação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem agora a palavra o Senhor Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Chega também acompanha e votará favoravelmente este diploma.

E, tal como aqui também já foi dito, também reforçar essa ideia. Nós temos que valorizar as carreiras, especialmente daquelas áreas em que estamos com alguma carência, em que estamos constantemente a dizer que faz falta, seja os médicos, seja os enfermeiros, seja os professores, seja que área for e aqui, repondo a justiça, também podemos ou valorizar, atrair outros profissionais para esta área, futuros estudantes, etc.

E é este o caminho que devemos fazer. E mais, é esta a obrigação do Governo é fazer isto. Não é nenhum favor. É isto que se deve fazer. Nós devemos cuidar daqueles que cuidam de nós.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai também associar-se a este diploma, a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional vinda do Governo Regional dos Açores, como não poderia deixar de ser até na decorrência daquilo que fez com os anteriores técnicos que viram as suas carreiras revistas.

Há, no entanto, neste diploma algo que nos chama a atenção e que é transversal a toda a administração pública regional e que é importante que aqui fique ressaltado e esclarecido, que tem a ver com a avaliação de desempenho, que também neste caso, implica ter um Muito Bom para a progressão.

Ora isto não pode ser o dar com uma mão e tirar com a outra, porque o que está a acontecer neste momento, transversalmente, em toda a administração

pública e local, é um sistema de avaliação de desempenho que acaba por não funcionar. Portanto, as pessoas depois não progridem, porque o sistema de avaliação, a progressão depende da avaliação, e a avaliação não é feita.

É importante que isto fique aqui ressalvado, porque, ao invés de estarmos a aprovar um diploma que vai garantir essa progressão, podemos estar a correr o risco de estar aqui a fazer uma mão cheia de nada. É sempre melhor ter o diploma aprovado e depois fazer aqui uma resolução para obrigar à avaliação, mas que isto fique claro: da parte da Iniciativa Liberal, o que nos importa é que, de facto, a progressão seja feita. Para a progressão ser feita, é preciso que o sistema de avaliação de desempenho funcione e o sistema de avaliação de desempenho não funciona na Região Autónoma dos Açores desde que foi implementado.

Eu corro o risco de ser exagerado, mas acho que todos os açorianos que nos estão a vir lá em casa neste momento percebem bem, o que é que eu estou a querer dizer, e muitos estão há muito tempo com as suas carreiras congeladas, precisamente porque o sistema não funciona, o sistema é perverso, o sistema inclusivamente permite que progridam aqueles que são amigos e fiquem para trás aqueles que não são amigos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Dou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Neves. Faça favor. Obrigado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O PAN, obviamente que associa-se a esta iniciativa do Governo para também dar uma alguma justiça a todas as carreiras dentro do sistema hospitalar.

Nós nunca poderíamos deixar algo de fora. É um trabalho que está a ser feito para o descongelamento das carreiras. Neste momento, no sistema hospitalar, obviamente tem que haver mais descongelamento, além da parte da saúde.

E gostei por acaso de duas coisas que foram ditas, uma pelo Deputado do Chega, outro pelo Deputado do IL.

O Deputado do Chega diz, isto não é uma benesse da parte do Governo; isto é aquilo que todos os trabalhadores têm direito. Obviamente! O Senhor Deputado esteve muito bem em dizer isso. Isto não é nenhuma benesse, isto é aquilo que tem que ser dado pelo trabalho e pela dedicação de todos os trabalhadores dentro do sistema hospitalar.

Da parte da Iniciativa Liberal, falou, e muito bem, relativamente à avaliação de desempenho. Isto não devia estar, obviamente, colado à avaliação de desempenho.

Estamos a falar tanto do passado, mas também daquilo que será do futuro relativamente à progressão de carreira. E é por isso que o PAN, obviamente, fez uma iniciativa não para estes trabalhadores, mas para a administração pública em geral, que uma avaliação de desempenho não é algo mensurável e, em termos de qualidade, tem muito que se diga.

Por isso é que nós até fizemos essa iniciativa para retirar completamente as quotas existentes que é o Governo que decide anualmente, sim pelo dinheiro, e não pela qualidade dos nossos trabalhadores.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está inscrito o Senhor Deputado Carlos Furtado. Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Vou associar-me a essa iniciativa que está agora em discussão, porque trata-se efetivamente de fazer justiça para com as pessoas que vão ser abrangidas por esse diploma.

Mas não posso deixar de dizer que há alguma mágoa para mim quando se fala deste assunto, porque quando eu estou a falar durante muito tempo em 2%,

em 1,5%, numa altura em que todos os açorianos, sem exceção, veem aumentar exponencialmente o custo de vida das suas famílias.

Essa é uma realidade que não é responsabilidade deste Governo é certo, mas que é efetivamente algo que cai nos ombros de qualquer açoriano.

E numa altura em que já se começam a trabalhar nos documentos provisionais no próximo ano, deixo aqui um alerta, a este Governo, que tenha em atenção, especialmente, essa situação: o aumento das taxas de juros que já se verificam em todo o continente europeu e nos Açores em particular também, o aumento da inflação que levou a que o custo de vida aumentasse exponencialmente para as famílias, algo que deve merecer a nossa atenção, e que todos os fundos públicos possíveis sejam direcionados para atenuar essa grave situação de perda de poder de compra, da perda da qualidade de vida dos açorianos.

Essa é uma razão acrescida. Acima de fazer justiça com essas pessoas que são abrangidas por esse diploma há que também acautelar os interesses de todos os açorianos.

Portanto, fica aqui o apelo a este Governo que tenha em atenção esse momento especial que se vive na nossa sociedade e que pode causar grandes dissabores a boa parte dos nossos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

O presente diploma estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores farmacêuticos oriundos da carreira de regime especial técnico superior de saúde. Nesta matéria,

especificamente, há um pequeno número de profissionais que são atingidos em relação aos efeitos que se pretende obter.

A verdade é que torna o sistema universal e torna coerente a alteração que aqui foi feita há uns meses e por isso considero que nesta matéria, tal como anteriormente em relação a um grande número de profissionais que passaram a ser abrangidos por este sistema, é importante realçar alguns aspetos.

O primeiro, é o facto do anterior governo resistiu a fazer esta alteração e provocou aqui um conflito que durou anos em relação a estes profissionais.

O que nós pretendemos fazer foi, em diálogo com estes profissionais, encontrarmos uma solução que foi consensualizada com estes profissionais.

Portanto, trata-se de uma medida que consideramos justa e que também aqueles que são afetados consideram que é justa. Portanto, há aqui um equilíbrio que foi importante.

Eu acho que aqui também nesta matéria, o que este Governo tem demonstrado é a capacidade de diálogo permanente. Há pouco, na sessão de perguntas, houve aqui referências que, em alguns setores da sociedade, se olha para o Governo com alguma dificuldade de diálogo.

Eu devo dizer que na perspetiva do PPM não é isso que nós vemos. O que nós vemos é uma grande capacidade de diálogo, de alterar um conjunto de situações, que eram situações de grande injustiça, e estamos a fazer isto de forma gradual, mas cumprindo os nossos compromissos e isso é evidente na sociedade. Tanto é assim, que nós estamos a conseguir fazer estas alterações, tendo o acordo dos profissionais a que estas reformas se dirigem e que tentam valorizar do ponto de vista da sua carreira.

Este é um aspeto fundamental e que mostra precisamente o contrário: a capacidade de diálogo deste Governo e a humildade que o Governo tem em conseguir encontrar consensos. Não impomos soluções, dialogamos consensualizamos e esta foi mais uma matéria em que foi possível

consensualizar uma posição que veio valorizar imenso a carreira destes profissionais.

Há uma segunda matéria que eu considero que é fundamental, que é em relação à administração pública. Há um certo discurso de ataque permanente à administração pública e aos privilégios da administração pública.

Eu quero dizer, desde já, que não acompanho esse discurso.

A administração pública é fundamental para o progresso dos Açores. Todo o serviço que está a ser desempenhado pela maioria esmagadora dos funcionários públicos, é um serviço de qualidade e, portanto, da nossa parte, da parte do PPM, a administração pública tem todo o apoio pelo trabalho que está a desempenhar. A verdade é que, tendo em conta o atual contexto, há uma situação salarial que se está a desvalorizar e cada vez muitos ficam na administração regional, tendo já um apelo muito grande para trabalharem para diferentes empresas onde terão até melhores condições e muitos ficam por espírito de missão e muitos ficam a servir os Açores em prol dos Açores.

Portanto, eu, nesta matéria, o que considero que é importante é não aproveitar este tema para atacar a administração pública em geral, mas exatamente o contrário, enaltecer o papel da administração pública no desenvolvimento dos Açores, no equilíbrio do ponto de vista da justiça social. Eu acho que é importante dar neste momento esta nota.

É evidente que estamos vindo a fazer justiça em alcançar e a valorizar carreiras. É isso que se pretende fazer. No diploma que vamos discutir a seguir, vamos voltar a fazer exatamente a mesma coisa, ou seja, é sempre no sentido valorização das carreiras dos diversos profissionais da administração pública. Também o grande desafio deste Governo é, mesmo nestas circunstâncias tão difíceis, temos que ir mais longe e tornar este apoio à administração pública mais universal.

Este é que é o grande desafio que nós temos pela frente e é isso que pretendemos fazer. Não pretendemos, em nenhuma circunstância, atacar a

administração pública, desvalorizar o trabalho que tem vindo a desenvolver em prol dos Açores e do desenvolvimento dos Açores. É precisamente o contrário.

Por isso, esse tipo de ataques à administração pública não acompanham. Fazem um excelente trabalho, e ainda bem que o fazem, e apelo aqui que continuam a fazer ao serviço dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste diploma.

Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Senhor Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII, foi aprovada, por unanimidade, na votação na generalidade.

Iniciamos assim o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições?

Não havendo, há apenas uma proposta de alteração ao artigo 1.º, do PSD, do CDS-PP e do PPM. É essa proposta de alteração que coloco à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Aprovada esta proposta de alteração, lembro à Comissão, para que, em efeitos de redação final, o título da iniciativa seja conformado com esta alteração.

Coloco à votação o artigo 1.º com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, os restantes artigos do diploma não foram alvo de propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Então estão a votação os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam um favor se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII, foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa agenda.

Podemos avançar para o ponto 4: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Procede à organização do trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Senhores Membros do Governo:

Este é um debate que já foi amplamente feito aqui no âmbito da discussão da resolução que foi aprovada por unanimidade, apresentada pelo PAN, no sentido de se remunerar, de forma diferenciada, o trabalho suplementar médico ao nível das urgências. De facto, é um problema que está identificado, que decorre dos grandes problemas estruturais da saúde, no que diz respeito à falta de recursos humanos, às questões financeiras e temos, por outro lado, o que é fundamental, as necessidades dos cidadãos.

Ora, para satisfazer as necessidades dos cidadãos precisamos ter o aumento de produtividade, ou contratar mais profissionais. A contratação de profissionais tem sido o caminho adotado por este Governo. Só em médicos já foram contratados só até junho deste ano 52 médicos, há mais de 145 autorizações, porque só com a consolidação dos quadros médicos e a sua estabilização é que poderemos ter um Serviço Regional de Saúde que responda sem a necessidade de recorrer ao trabalho extraordinário. Este é o caminho ideal.

Mas enquanto isso não acontece, temos de encontrar soluções que façam com que esse trabalho seja justamente remunerado para termos médicos disponíveis para o fazer, por um lado, e também para que, através dos médicos, por assim dizer, da casa, os médicos das respetivas unidades de saúde, consigamos dar resposta às necessidades dos serviços, sem necessidade de recorrer à contratação através de prestação de serviços de outros médicos, que muitas vezes nem têm ligação com o serviço, nem com os colegas, nem com os utentes.

E é exatamente neste propósito de conjugar todas estas dimensões deste problema que é apresentado esta Proposta Decreto Legislativo Regional.

Este processo foi desenvolvido, tal como todos os outros, no que diz respeito à regularização de carreiras e remunerações dos profissionais de saúde, como foi aqui dito ainda há pouco, pelo Deputado Paulo Estêvão, relativamente ao diploma anterior, com o pressuposto assumido e convicto da importância de envolver os profissionais de saúde nestas decisões.

Ao assumirmos funções, identificámos como prioridade a pacificação do setor. Um setor que era marcado por contestação por greves, por insatisfação falta de motivação, quer sejam enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (várias carreiras ligadas à saúde). Foi uma prioridade.

Durante este ano, e 10 meses de funções, reunimos dezenas de vezes com todos eles e todas as soluções que foram apresentadas, todas as soluções que foram assumidas resultaram exatamente deste envolvimento sério de todos os profissionais de saúde, através dos respetivos representantes, quer sejam sindicatos, quer

sejam ordens, porque essa pacificação do setor é a forma de mostrarmos respeito para com esses profissionais e para encontrarmos as soluções que encontramos e por isso nos Açores temos hoje um Serviço Regional de Saúde que se distingue claramente do Serviço Nacional de Saúde.

Se a nível nacional, todos os dias, os telejornais abrem com notícias de serviços, todos os dias encerrados, nos Açores, felizmente, isso não acontece. Isso deriva, por um lado, de todos os processos de responsabilização que foram desenvolvidos com as administrações das unidades de saúde e hospitais, mas sobretudo com respeito para com os profissionais de saúde em todos esses processos da respetiva dignificação de carreiras e remunerações.

Por isso, hoje, ao contrário daquilo que alguns parece que queriam, e estão permanentemente a levantar o anátema do alarme, do medo e de que vai vir aqui uma situação de caos, de colapso com um conjunto de informações falsas que apenas visam alarmar a população, mas a verdade não é essa.

A verdade é que hoje temos serviços que respondem, temos serviços que estão abertos e, por essa razão, parece-nos que o caminho é este. Falta muito, muito fazer, e é preciso contratar muitos mais profissionais de saúde, mas, como disse ainda há pouco, mais do que as palavras são os atos, são as provas concretas e, neste caso, temos provas concretas de que o caminho é este, contratação de profissionais de saúde.

Já contratámos muitos profissionais de saúde. Vamos contratar mais profissionais de saúde, para que o trabalho extraordinário seja mesmo extraordinário e seja uma situação transitória.

Por isso, ainda no âmbito da apresentação deste diploma, que fiz uso, em termos regimentais, na última sessão, foi aqui referido o número, para termos uma noção, do que é que estamos a falar:

Em 2019, só a este nível, foram prestadas 176.000 horas, através de contratos de prestação de serviços;

Em 2020, 167.000 horas;

Em 2021, 198.000 horas;

O que corresponde, respetivamente, a 6.5 milhões de euros, 6.4 milhões de euros e 8 milhões de euros, só em prestações de serviço.

O que significa que, também para o erário público, este caminho não é o mais adequado, porque pagando mais a prestadores de serviço, temos, por um lado, prestadores que não estão ligados ao serviço, aos profissionais e aos utentes, temos de pagar mais, e esta solução, é uma solução transitória, mas que visa evitar que tenhamos de ter a situação de emergência que acontece a nível nacional, que é de pagar valores exorbitantes por hora, como está a acontecer no Serviço Nacional de Saúde, para tentar remediar aquilo que não conseguiram fazer nos últimos tempos.

Nós conseguimos acautelar isto de alguma forma nos últimos meses de funções e, desde o início da nossa atividade, com essa pacificação do setor, por isso, esta solução é a solução que entendemos que garante a continuidade

dos serviços de urgência, sem entrarmos nas lacunas que estão a acontecer a nível nacional.

E é para evitarmos exatamente este descontrole que estamos a assumir, aqui, este trabalho que foi iniciado desde o início das nossas funções, foi consolidado com o debate à volta do Projeto de Resolução da proposta de resolução apresentada pelo PAN.

Também aqui devo dar uma nota: no início deste debate, e antes de apresentarmos esse projeto, tentámos que houvesse um envolvimento de todos os partidos nesta solução; tentámos que houvesse este envolvimento para que todos fizessem parte da solução, porque em saúde é importante que haja soluções de consenso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A saúde não pode ser vista como a saúde de uns e de outros, que tem uma visão, porque uns ideologicamente vão mais no sentido do que outros.

É preciso que haja, de facto, esta consensualização no âmbito do Fórum de Saúde 2030 que estamos a desenvolver.

Se há conclusão, que é absolutamente consensual dos vários participantes, é a importância de haver pactos de regime, é a importância de haver soluções que deem estrutura ao Serviço Regional de Saúde e, estrategicamente, assente em decisões que tenham o mais amplo consenso na sua base.

Isto acontece porque não se pode pensar em saúde no sentido de que vamos decidir hoje e os resultados são amanhã. De maneira nenhuma! Em saúde, não é assim! Tudo aquilo que se decida hoje tem que ter uma sustentação técnica e científica, tem que ser implementado, tem de ser aceite pela população e cumprido pela população e só terá efeitos a médio longo prazo.

Leva 4, 8, 10, 15, 20 anos para obter resultados em saúde das medidas que se adotem.

Hoje, estamos a pagar muito daquilo que foi o desinvestimento da

saúde dos últimos anos.

Daqui para alguns anos, os resultados bons e maus destas políticas, serão sentidos pela população. Por isso, sendo transversal em termos temporais, é importante que haja esta consensualização das decisões políticas estruturais do setor.

Tentámos que isso acontecesse neste diploma. Não foi possível, mas não desistimos.

Todas as decisões que tenham a ver com a estrutura do Serviço Regional de Saúde serão tomadas depois de um período em que chamaremos todos a participar e a dar os seus contributos conforme está a acontecer no Fórum Saúde 2030 e em todos os outros fóruns e meios de participação.

E, desde logo, os Senhores Deputados, o Parlamento, têm uma responsabilidade acrescida de participar positivamente com contributos que deem uma resposta àquilo que é a necessidade de reforçarmos o Serviço Regional de Saúde.

Esta proposta por transitória e excecional, que é, na sua natureza, é ela própria um contributo para esse efeito, e que esperemos que tenha o resultado que esta proposta, e o trabalho que foi desenvolvido à volta da mesma, pretendeu concretizar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Senhor Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores e Senhores Membros do Governo:

À semelhança do ponto anterior, o Chega também aqui associa-se e votará favoravelmente, até pelas mesmas razões, e gostaria até de acrescentar, sem repetir o que o Senhor Secretário disse, e disse bem: o Serviço Regional de

Saúde é diferente do Serviço Nacional de Saúde, e nós temos também que aprender, com os erros dos outros, a melhorar o nosso Serviço Regional de Saúde.

Diferente, porque somos também nove ilhas. Aliás, quando tenho que explicar a alguém do continente, a algum colega, as dificuldades que nós temos, porque também existe alguma desinformação, explico que muitas vezes para se ter uma consulta médica, temos que apanhar um avião que leva para aí meia hora, mas que não é apenas meia hora, é a hora do aeroporto, etc..

Ou seja, é um grau de dificuldade acrescido (é um grau de dificuldade acrescido!). Não defendo que a gente tenha que ter em todas as ilhas, todos os serviços de saúde, porque isto seria inoportuno financeiramente, mas há que perceber que temos estas dificuldades e temos que melhorar.

Obviamente que isto também se aplica aos profissionais de saúde, sejam eles quais forem, até, inclusive, os profissionais que não sejam os médicos, ou os enfermeiros. Também poder cativar para ilhas mais distantes, para ilhas que eles têm alguma dificuldade de, por exemplo, na formação.

Nós temos que ter aqui também esta diferença pela descontinuidade deste território.

Mas também temos que saber, como se disse, dar-lhes algo em troca, e esse algo em troca, tem que ser diferente aqui nos Açores, porque nos Açores somos diferentes.

Somos aqui 9 ilhas rodeadas deste mar, com estas distâncias que vistas no mapa às vezes parecem ser muito curtas, mas na verdade não são, e as dificuldades que nós sabemos. Isto não se aplica apenas à saúde. Aplica-se a uma data de coisas e tem acontecido na melhoria dos transportes aéreos. Há que fazer também outras melhorias, aproximar uma logística mais eficaz, para nós podermos começar a conversar, então, de listas de espera, começarmos a conversar sobre médicos de família.

Cada vez são mais as queixas. Mas também quando me colocam a questão, honestamente, tenho dito quando não há médicos, então é difícil resolver isso e temos que trabalhar todos por isso.

Senhor Secretário, Senhor Membros do Governo Regional, da parte do Chega, tem um voto favorável.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo Regional traz a esta Assembleia pretende criar aquilo que é designado de um regime de trabalho suplementar médico e que se define como aquele que é realizado para além do limite legal de trabalho extraordinário em serviço de urgência e serviço de atendimento permanente.

Pretende o Governo Regional remunerar esse trabalho suplementar, tendo em conta também as alterações que já surgiram da parte da coligação, com o valor da primeira posição remuneratória de assistente graduado sénior, inicialmente na proposta do Governo, com o limite de 50 EUR hora, mas agora sem esse limite.

A primeira questão que lhe coloco Senhor Secretário, indo de imediato a essa questão, qual é o valor/hora que estamos a falar?

É porque não é claro, se aquilo que o senhor está a propor, se é pagar aos médicos o valor da hora do assistente graduado sénior, que é cerca de 23,27 EUR, segundo a tabela em vigor, ou se é outro valor que poderá estar eventualmente noutra legislação, ou contrato coletivo, do qual nós não temos conhecimento?

Para além disso, para além desta dúvida que colocamos no imediato, esta proposta pretende acabar com qualquer limite legal ao número de horas de

trabalho, não estabelecendo sequer limites diários, ou semanais, ao número de número de horas trabalhadas, fazendo tábua rasa dos direitos dos médicos e pagando um valor que, ao que parece (ao que parece!), está muito abaixo do que está a ser discutido a nível nacional, perante a enorme polémica do trabalho extraordinário em serviço de urgência, que se está a desenrolar a nível nacional, e até do que existe na Região Autónoma da Madeira, em contrato coletivo de trabalho?

A proposta não coloca como opção do médico, do trabalhador a realização do trabalho para além do limite legal. Impõe esse trabalho. O que para nós, para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, não é de modo algum aceitável. Esta solução, para além de inaceitável é demolidora dos direitos laborais e é a solução errada para o mesmo problema de sempre.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Qual é a solução?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Bloco tem soluções para tudo!

O Orador: A falta de profissionais de saúde e a motivação para a realização de trabalho extraordinário não se resolve colocando os mesmos trabalhadores exaustos, muitas vezes a fazer ainda mais trabalho, isso, para além de potencialmente colocar em risco a segurança de utentes. Imagine-se o médico a realizar 48 horas de trabalho seguidos, ou 72 horas de trabalho seguidas! Este diploma não impõe qualquer limitação, nem remete para qualquer limitação, em legislação ou instrumento de negociação coletiva.

O que o Serviço Regional de Saúde precisa é efetivamente de mais médicos, de mais recursos, mas isso só é possível, como sempre temos defendido, com uma carreira verdadeiramente atrativa e como temos também defendido com um regime de exclusividade, com uma majoração salarial de 40%. Aliás, algo que foi feito na

Região Autónoma da Madeira.

Esse incentivo pode ser criado de uma forma tão simples, como, por exemplo, um contrato coletivo de trabalho. É tão simples quanto isso.

O Bloco de Esquerda nunca poderia, por isso, aprovar uma iniciativa deste tipo, uma solução errada e um profundo desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, nesse caso dos trabalhadores médicos, porque sim, são trabalhadores.

Aliás, a proposta refere claramente num dos seus artigos, que é imperativa e sobrepõe-se a instrumentos de negociação coletiva e sobrepõe-se a qualquer outra legislação que possa existir e que limite as horas extraordinárias do trabalho médico e, como se sabe, estão limitadas a 150 horas.

O que esta proposta parece querer fazer, a não ser que o Senhor Secretário tenha outra interpretação que não me parece ser possível, mas terá sempre a oportunidade de dizer, é acabar com estes limites e não dar sequer a oportunidade dos médicos escolherem, ou não, fazer esse trabalho.

Ninguém pode acreditar que haja um trabalhador que possa ser obrigado, por absurdo que pareça, mas a verdade é que este diploma permite a fazer uma semana inteira, 24 horas por dia de serviço de urgência.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Onde é que o senhor vive?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não seja modesto!

O Orador: Este diploma permite! E se as Senhoras e Senhores Deputados repararem no diploma onde foram buscar parte da ideia, ou seja, o diploma da Madeira, o Decreto Legislativo Regional, 13/2019/M, prevê exatamente um limite nas horas extraordinárias diárias que,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Vá buscar o do Continente, o do seu partido!

O Orador: ... obviamente, não podem ser ultrapassadas por uma questão óbvia, nem que seja pela segurança dos utentes, mas o Governo Regional não faz isso e o que peço é o Governo para esclarecer qual é a sua intenção com este diploma?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isto é mesmo demonstrar que não sabe como é que se trabalha.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O PAN associa-se a este diploma, porque isto é sobre um Projeto de Resolução do PAN que tentou antever aquilo que seria o hecatombe dentro do nosso Sistema Regional de Saúde e que, obviamente, é uma continuação daquilo que está a acontecer a nível

Nacional, no continente. Aliás, nós estávamos a falar aqui no Parlamento antes daquilo que aconteceu a nível continental.

Mas por acaso eu fiquei com uma dúvida, e é a dúvida do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, relativamente, a qual é o valor que nos vamos basear? E se nós falarmos com o trabalho suplementar médico é calculado com base no valor da primeira posição remuneratória, não é na tabela das horas extraordinárias. E essa é a nossa dúvida, se não estamos a descer, completamente, sobre aquilo que estaria preparado, que seria um valor máximo de 50 horas, mas não um valor mínimo do assistente graduado sénior na primeira posição, mas do ordenado base e não do trabalho suplementar em si.

Eu tenho essas dúvidas juridicamente e gostaria que o Senhor Secretário, se tiver a oportunidade de responder, o fizesse.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Bem, esta é mais uma iniciativa que pretende aqui, sobretudo, evitar aquilo que aconteceu no território continental do país.

A verdade é que nós não estamos a observar, não estivemos a ver, aquilo que aconteceu no território, com o fecho das urgências, com uma falta de profissionais tremenda que levou a que muitos dos locais em que eram prestados serviços de urgência fechassem e os serviços de urgência que ficavam a 150 ou 160 km de distância para as pessoas poderem socorrer. Ou seja, foi o caos que levou à demissão da Ministra da Saúde.

E a verdade é que aqui na região o que se pretende é precisamente evitar isso, tornar a carreira mais atrativa e, sobretudo, pagar bem aos profissionais de saúde que estão a prestar trabalho médico suplementar na urgência e no atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde. Esta é a resposta que se deve fazer do ponto de vista pragmático.

O que se pode aqui dizer é: bom, mas os senhores têm é que contratar mais médicos; o que os senhores têm que fazer é isso.

O que eu pergunto é, onde é que eles estão?

Onde é que estão esses médicos? O Sistema Nacional de Saúde não tem resposta e a região, obviamente, o que tem que encontrar é um sistema que valorize os seus profissionais de saúde e que lhes pague melhor e que lhes permita que tomem a decisão de ficar na região e evitar o caos que se instalou a nível nacional.

Eu estou convencido que estamos a atingir esses objetivos. O Bloco de Esquerda há pouco refere que isto está a provocar um grande descontentamento junto dos profissionais de saúde e que esta medida não tem aceitação e encerra um conjunto enorme de perigos.

O que lhe posso dizer, Senhor Deputado, é que não é isso que eu ouvi dizer aos médicos que tiveram oportunidade de analisar este diploma e o dos sindicatos. Eu tive a oportunidade de falar com vários responsáveis, com

vários médicos e lhes perguntar em relação a esta matéria, o que é que eles achavam? E a resposta é que é muito positiva...

Deputado António Lima (BE): Onde é que isso está? Mostre-me uma resposta!

O Orador: ... e que valorizam muito esta iniciativa (valorizam muito esta iniciativa!), Senhor Deputado.

O Senhor Deputado vive numa realidade diferente.

Esta este ecrã é maravilhoso. Podemos controlar o nosso tempo. De facto isto também é uma vantagem.

Isto também é uma vantagem, já que estamos a falar em vantagens, o ecrã permite controlar o nosso tempo e também o tempo dos outros. É uma vantagem muito grande.

Mas eu quero centrar-me na argumentação.

Senhor Deputado, dizer o seguinte:

É óbvio que há aqui uma valorização muito significativa, porque esta medida irá permitir melhorar a remuneração de centenas de médicos que prestam serviço na Região Autónoma dos Açores.

É por isso que eles estão a favor.

O que é preciso é criar as condições para que também aqueles que neste momento não prestam este serviço, porque consideram que está mal remunerado, não só aqueles que prestam neste momento, mas também aqueles que não se sentiam motivados, consideravam que não eram bem remunerados e, portanto, nesse sentido não estavam a realizar este trabalho suplementar, o que se pretende também é atraí-los para que o possam vir a fazer, portanto, diminuindo as lacunas do nosso Sistema Regional de Saúde.

Portanto, esta é uma medida muito positiva que não resolve tudo, é evidente.

Também não se pretende aqui fazer pura e simplesmente um discurso de propaganda que não tenha um mínimo de pragmatismo e que não tenha o mínimo de verdade.

O que se pretende é reconhecer que há problemas, há. Há um conjunto de problemas que é um conjunto de problemas que tem a ver com o Sistema Nacional de Saúde, mas que aqui na região se estão a ser tomadas medidas que, de facto, podem inverter a situação, podem melhorar a nossa situação e podem evitar aquilo que aconteceu; que está a acontecer.

Não é aquilo que aconteceu! É aquilo que está a acontecer todos os dias no Sistema Nacional de Saúde. É isso que nós estamos a fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Eu quero lembrar que o Bloco de Esquerda, que até há bem pouco tempo teve responsabilidades a nível nacional, que sustentou o Governo a nível da República, não teve a capacidade de implementar as medidas...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... que evitassem aquilo que está a acontecer agora, neste novo Governo da maioria absoluta do Partido Socialista.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Mas o Bloco de Esquerda teve essa influência no âmbito do Parlamento e não teve a capacidade de implementar as medidas que permitissem impedir aquilo que está a acontecer a nível nacional.

Por isso é que eu lhe quero dizer que esta iniciativa, e quero reconhecer o mérito do PAN também nesta matéria, por parte do Governo, responde a uma parte substancial dos problemas e nós vamos ver que o nosso trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente vai melhorar e que vamos ter mais recursos.

Outra coisa, Senhor Deputado, que lhe garante que tem o apoio dos médicos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Sim, vou, obviamente, associar-me a esse Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Governo, porque acima de tudo, e mais do que pagar de forma adequada aos profissionais de saúde há, nesta medida, um claro investimento na demografia.

E passo a explicar:

Uma sociedade que acredita que tem um bom Serviço Regional de Saúde é uma sociedade que investe na sua terra, que faz os seus projetos de vida nesta terra. E esta medida, podendo não ser a medida que resolve os problemas todos de saúde da região, que obviamente não é, acima de tudo, traz confiança aos açorianos. E traz confiança, porque os açorianos podem agora acreditar que têm um Governo que se preocupa com a saúde dos açorianos e a prova disso mesmo é que investe algum dinheiro adicional neste setor da população, na saúde, para que se possa proporcionar um serviço melhor, mais adequado e mais atempado, aquelas que são as necessidades da sociedade.

Este, obviamente, será o caminho. Como disse o Senhor Secretário e bem, é uma medida temporária. Esperamos que essa medida seja mesmo temporária, Senhor Secretário, porque o facto de ela não necessitar de perdurar no tempo é sinal de que há menos doentes nos Açores, é sinal de que o serviço é mais eficaz, que as listas de espera diminuíram, e que, acima de tudo, há mais equilíbrio na distribuição daquele que é o bem-estar da nossa sociedade.

Ainda neste princípio, e deixo também um alerta ao Secretário, eu acho que é tempo de começarmos também a investir na saúde preventiva.

Os países com poucos recursos, como o nosso país, tendem, e bem, a investir na saúde preventiva, porque ela diminui depois a prazo, as necessidades de saúde curativa, passo a expressão. Portanto, Senhor Secretário, e na medida das suas possibilidades, faça também os investimentos necessários para que nas nossas escolas, nos nossos centros de saúde, haja um incentivo, a práticas do dia a dia mais adequadas à saúde pública, para que os nossos jovens, para que os nossos idosos, para que toda a população possa ter melhor qualidade de vida para gozar de melhor saúde. E nisso, obviamente, há que haver aqui uma atenção por parte de quem governa, em proporcionar a essas pessoas esse despertar para novas consciências.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos. Faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nunca, como nas últimas semanas, assistimos a tamanho caos nos serviços públicos de saúde do continente.

Estes serviços públicos do continente enfrentam uma gritante escassez de profissionais, materializada pela dificuldade, ou mesmo incapacidade, em completar as escalas de serviço de urgência, levando ao encerramento de serviços de primeira linha no atendimento às populações.

Para além da falta de recursos humanos, este serviço, no continente, tem também sido incapaz de captar enfermeiros e médicos e outros profissionais e de substituir os profissionais que foram para a reforma. Os serviços de urgência de obstetrícia têm sofrido constrangimentos um pouco por todo o país e as áreas da medicina geral e familiar estão também entre as mais carenciadas.

Não obstante a chamada lacuna geracional que afeta todo o país e as regiões autónomas, é com uma governação atenta e proativa que tem sido possível manter o normal funcionamento dos serviços que integram o Serviço Regional de Saúde e, desta feita, garantir aos açorianos que nos Açores não se instalará o caos a que assistimos no continente.

Sindicatos e Ordens atribuem como um dos fatores para esta situação a saída de profissionais de saúde para o estrangeiro e para a reforma, no caso específico de médicos; anos de poucas contratações, estagnação das carreiras e, conseqüentemente, as grelhas salariais, vínculos precários, salários inferiores às expectativas, estão na base do abandono dos médicos, bem como de outros profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde e do Serviço Regional de Saúde, e fazem, portanto, disso, uma preocupação partilhada por todos.

A criação de um regime de atribuição de incentivos à fixação aplicável ao pessoal médico da Região Autónoma dos Açores, de natureza pecuniária e não pecuniária, no início deste ano, bem como a abertura de dezenas de vagas para recrutamentos de médicos para as várias unidades de saúde face às necessidades identificadas, são claros exemplos de que a aposta nos cuidados de saúde é uma das prioridades deste Governo Regional, privilegiando todas as ilhas na justa medida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Infelizmente, a ausência de profissionais médicos pelos motivos já elencados e já aqui referidos por várias bancadas, estão na base da ausência de candidatos às vagas publicitadas. Consciente de que este desafio terá que passar por mais formação de profissionais de saúde, numa estratégia projetada por um espaço temporal de 10, ou mais anos, há que agir com coragem e de imediato para colmatar as atuais dificuldades, exatamente evitar o caos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em apreciação, apresentada por este Governo e que resulta de uma resolução desta Assembleia, na sequência de uma iniciativa que, em boa hora o PAN trouxe a esta Casa, tem o mérito de cerca de uma década depois da publicação do Decreto Legislativo Regional que veio regular a organização do trabalho médico suplementar, ou extraordinário, nos serviços de urgência, repor a justiça a quem decide voluntariamente fazer trabalho extraordinário, recompensar o esforço para suprir as necessidades dos serviços de urgência e, assim, atrair aqueles profissionais que, atingido o limite máximo de horas, por não se sentirem verdadeiramente motivados, recusam-se a realização de mais horas.

Importa também lembrar que a presente Proposta Decreto Legislativo Regional, por incidir sobre legislação de trabalho, foi alvo de todos os procedimentos, teve em apreciação pública até dia 8 de agosto, não tendo merecido qualquer parecer desfavorável por parte das estruturas sindicais.

Esta proposta acima de tudo visa proteger todos os açorianos, especialmente os mais desfavorecidos e mais vulneráveis que vivem nas ilhas sem hospital, garantido o seu direito a cuidados médicos urgentes.

Esta é a forma mais imediata para responder à exiguidade de recursos humanos, à limitação de recursos financeiros e às necessidades da população. E mais uma vez, este Governo surge a cumprir o seu compromisso de trazer esta matéria em debate ainda este verão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Pedi a palavra novamente, mas antes disso, só dar uma palavra à Senhora Deputada Salomé, para lembrar também que é um mérito, obviamente o Governo, mas foram duas iniciativas também do PAN, que são iniciativas de fixação dos médicos, tanto pecuniário, como não pecuniário, foi o PAN que o fez.

Só gostei de meter também ali um emblemazinho, para que quem tem “memória de peixe” possa depois esquecer isto. Temos de somar sempre, obviamente. Não estou a falar da Senhora Deputada, estou a falar da população em geral.

Agora estamos a ter, relativamente ao diploma em si, uma discussão estéril, que é estarmos aqui a obrigar (somos aqui os “papões”) os médicos a fazer horas extraordinárias, como o Bloco de Esquerda quer dizer.

Só que isto não é uma obrigação.

Deputado António Lima (BE): Está escrito!

O Orador: Ok? O próprio ACT define as horas extraordinárias, são 150 horas extraordinárias e a partir daí, se o médico quiser fazer, é voluntário.

Ainda bem que temos médicos altruístas nos Açores que querem fazer hora extraordinárias para que isto não dê o hecatombe em todos os hospitais e centros de saúde.

Deputado António Lima (BE): Equivalência!

O Orador: Ainda bem que existe médicos que queiram fazer horas extraordinárias, mesmo antes desta iniciativa que vai majorar o valor remuneratório da hora extraordinária, porque senão e tendo em conta, e aí dou razão, obviamente ao Bloco de Esquerda, mas estamos a falar anos para trás de problemas e de falta de soluções relativamente à falta de médicos que nós temos, e não é só da governação regional, ou governação da República,

mas também da Ordem dos Médicos durante anos, que se esqueceram de determinadas situações (é um problema grave e ninguém fala da Ordem dos Médicos, que agora está a sacudir a água do capote) e agora não temos médicos em algumas especialidades.

É o que está a acontecer.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Muito bem! É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é apenas uma ajuda aos médicos daquilo que já fazem neste momento e, com essa majoração, é de dar pelo menos alguma justiça. Sr. Deputado António Lima, não estamos a obrigar médico algum. É voluntário, é uma ação voluntária. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Está escrito o Senhor Deputado Tiago Lopes, a quem deu a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes** (*PS*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A saúde na Região Autónoma dos Açores é singular pela realidade insular e arquipelágico que é intrínseca à Região Autónoma dos Açores.

No entanto, eu pensava que vivemos numa região arquipelágica, com nove ilhas, mas atendendo à realidade que é propalada por este Governo e pelos partidos que o suportam, parece que deve existir uma décima ilha, “a ilha da fantasia”,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Essa já está submersa!

O Orador: ... onde estão sediados os partidos da coligação e que suportam este Governo. E digo isto, porquê?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E também há aquele “Palácio” que o senhor por lá passou!

O Orador: “A ilha da fantasia”, (se o Senhor Deputado João Bruto da Costa quiser ouvir, porque se calhar, até nos pode esclarecer numa questão eu vou colocar), porque querem comparar a realidade regional com a nacional e querem vender, propagandisticamente, o Serviço Regional de Saúde como melhor que o Serviço Nacional de Saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É o que é!

O Orador: Dizem que lá fora é que há notícias de caos e que parece que no Serviço Regional de Saúde vivemos, efetivamente, aqui no “mar de rosas”.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Não! “Mar de rosas” era lá!

O Orador: Eu não sei se o Governo, ou os partidos que suportam o Governo, andam distraídos.

Há bocado a Senhora Deputada Salomé Matos falava de uma governação ativa e atenta. Eventualmente, se calhar no Facebook, que é onde dão respostas às necessidades da população, porque efetivamente às necessidades dos utentes, estes ficam sem resposta. E dou alguns exemplos:

Temos o fecho do serviço de urgência do Centro de Saúde da Praia da Vitória. Caos no continente e cá está tudo ok?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Estamos a cumprir uma ordem!

O Orador: Temos também a utente da Graciosa (e ali para o Senhor Deputado João Bruto Costa), com três fraturas numa perna e que não tinha lugar no avião da SATA para ser transferida para um hospital de referência.

Sobre isso, o que é que nós ouvimos da parte do Governo?

Zero!

Sobre a TAP, aí sim, e esse é o foco do Governo e dos partidos que

suportam este Governo, é efetivamente um ataque ao Governo da República e ao Serviço Nacional de Saúde, como se fosse caótico lá e aqui estivesse tudo ok.

Uma das diferenças efetivamente para o Serviço Regional de Saúde comparativa com o Serviço Nacional de Saúde, é que os profissionais lá fora podem falar.

Ainda aqui há dias nós ouvimos os profissionais de saúde...

(Risos do Deputado Pedro Pinto e do Vice-Presidente do Governo)

Podem rir-se! Ainda aqui há dias, na comunicação social regional, ouvimos profissionais de saúde a denunciar e alertar para situações que se passam no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, e o Senhor Secretário a apelidá-los de alarmistas e tremendistas!

Mas recentremos agora aqui efetivamente a discussão.

Falamos sobre a regulação do trabalho médico suplementar, ou extraordinárias, no serviço de urgência do Serviço Regional de Saúde. É sobre isso, efetivamente, que nós temos um diploma aqui em apreço, e desculpem esta divagação, mas, atendendo aqui, à propaganda propalada consecutivamente...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Foi uma fantasia, Sr. Deputado!

O Orador: ... por este Governo e pelos partidos que o suportam, efetivamente, nós tínhamos que fazer aqui uma descida à realidade para que estivéssemos todos a falar, sobre a mesma matéria.

Importa recordar, e fala-se muitas vezes da herança dos Governos do Partido Socialista, que a regulação do trabalho médico suplementar ou extraordinário no serviço de urgência do Serviço Regional de Saúde, foi uma proposta apresentada pelo Governo do Partido Socialista, um DLR que veio a esta

Casa, foi aprovado na altura por unanimidade e que vigora até aos dias de hoje.

Portanto, não importa que a memória perdure e não seja deturpada, como algumas das vezes, ou muitas, eventualmente, se procura fazer.

A proposta de DLR que nós temos neste momento em apreço, parte, como todos nós sabemos, de uma recomendação que foi aprovada, por ampla maioria, nesta Casa, em maio deste ano e que foi dirigida ao Governo no sentido de que revisse efetivamente o regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência do Serviço Regional de Saúde. Mas foram aqui colocadas questões pertinentes por parte do Bloco de Esquerda, por parte do PAN, e que o Grupo Parlamentar do PS também tem todo o interesse e a pertinência de ouvir os devidos e necessários esclarecimentos por parte do Senhor Secretário Regional da Saúde para que nos possamos efetivamente, pronunciar relativamente a esta matéria e para as quais nós aguardamos resposta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): Isso só é possível devido à maioria relativa na Região!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está inscrita a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, a quem deu a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente:
Vou ter que começar aqui a minha intervenção agora pelo fim e na sequência daquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado Tiago Lopes, que a conclusão que eu cheguei foi que o Senhor Deputado enquanto exercia

funções no passado, devia viver na “Tiago Olândia”, porque a verdade é que o senhor vem agora aqui dizer que sabe de reclamações de situações que acontecem nas diversas ilhas.

Pois bem, Senhor Deputado. A pergunta que lhe faço é, se no passado, quando o senhor exercia essas funções, se também não recebia reclamações todos os dias de situações de utentes, todas as ilhas de pacientes, por exemplo, de São Jorge, que iam para a Terceira e vinham para trás sem fazer nenhuma consulta (muitas, muitas situações)?

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quem é que disse que não as recebia?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não foi isso que foi dito!

A Oradora: Porque eu, enquanto Deputada, antes da oposição e agora a suportar este Governo, continuo a receber reclamações.

Só que o nosso compromisso aqui é fazer mais, é fazer melhor, é fazer diferente e é isso que trata este diploma. E, portanto, o senhor vir agora dizer que recebe relatos de situações, muito me espanta como é que o senhor, no passado, nas funções que o senhor exercia, não as recebia?

Afinal, onde é que o senhor andava?

Portanto, não é correto vir agora dizer, como se fosse aqui uma novidade. Só se não lhe chegava, porque antes não se podiam falar nessas situações.

A fantasia aqui é que parece que até o senhor, no início da sua intervenção...

O que está aqui em causa e em discussão com este DLR, é se queremos, ou não, manter os serviços de urgência e os serviços de atendimento permanente abertos ou não?

E, extrapolando para a situação que acontece no continente, nós também sabemos que na nossa região a situação dos médicos não é fácil e, por isso mesmo, em termos de falta de médicos, é que foi mesmo dito pelo Senhor Secretário, em 2019, em 2020 e em 2021, o número de horas que foram necessárias para prestar este serviço, para garantir que em todas as ilhas existissem serviços de urgência e serviços de atendimento permanente. E é

isso que se quer aqui com este diploma e é essa a responsabilidade de trazer este diploma a esta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Na verdade, neste diploma existe uma carência que é identificada, e veio agora aqui, o Bloco de Esquerda já anunciar o seu voto contra, à semelhança do que fez também aquando da iniciativa do PAN, que também refletia sobre esta matéria, até porque este DLR – e tem de ser dito – vem concretizar exatamente aquilo que se aprovou também nesta Casa perante as iniciativas do PAN.

A verdade é que existe um problema e o Bloco, muitas vezes, neste debate, o que parece que quer fazer crer é que estas iniciativas de melhorar o valor pago aos médicos que prestam esse serviço, vai invalidar a abertura de concursos para médicos e para tentarmos trazer mais médicos para região. Mas uma coisa não invalida a outra.

São coisas completamente distintas. Isto vem dar uma resposta a uma situação concreta, a um problema que nós temos na região e que não podemos estar a correr o risco de fechar serviços de urgência e de atendimento. Isto é uma questão.

Outra questão, é a questão da abertura dos concursos para tentar cativar os médicos para virem para a Região.

São coisas completamente distintas.

No discurso do Bloco de Esquerda, muitas vezes parece que quer fazer crer, que, como vamos aprovar isto, não se vai contratar mais médicos. Não é isso que está aqui em causa?

Portanto, eu acho que também é necessário esclarecer para quem nos ouve, porque até parece que agora ninguém está preocupado em contratar médicos.

Não! A preocupação é realmente fazer a retribuição correta do trabalho destes médicos, e ultrapassar duas situações: ter a ideia do limite, porque a verdade é que sabemos que esse limite não é suficiente, não serve de nada virmos para

aqui fechar os olhos e dizer que conseguimos cumprir com os limites, porque neste momento, com a falta de médicos, isso não é possível.

E também garantir que se cative novos médicos, mais médicos, que neste momento não fazem este tipo de serviço que passem a fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: É isso que se pretende para dar um serviço de qualidade a todos os açorianos, a todos os utentes desta região. Muito obrigada.

Deputados Pedro Pinto (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça o favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Tentando trazer o debate para a realidade, foi aqui falado na “Ilha da Fantasia”. O que me parece é que o Senhor Deputado tem fantasias com os resultados deste Governo na saúde.

O facto de estarmos a apresentar bons resultados com mais consultas, mais cirurgias, mais exames, mais médicos, mais enfermeiros, o Senhor Deputado tem uma fantasia, porque queria estar aqui e não está. É esse o problema que temos e que o Senhor Deputado tem relativamente a este Governo e aos números.

Voltando à realidade. Vamos então voltar à realidade.

Deputado Carlos Silva (PS): Tão baixinho!

O Orador: O que é que se passa na realidade?

Na realidade, os açorianos, que se sentam à frente da televisão, todos os dias, assistem ao caos da saúde a nível nacional. São todos os dias serviços de urgências, de ginecologia, de pediatria, em várias especialidades, fechados, encerrados. As pessoas têm que andar quilómetros a ver se encontram um médico. É este caos absoluto que acontece a nível nacional. Isto é real. É isto que acontece na realidade.

Também na realidade, nos Açores, não é isso que acontece felizmente, apesar de tentarem criar essa ideia. Eu percebo se calhar, todos os dias é o caos, é o caos, é o caos. E eles pensam: mas que chatice, nos Açores não é? Vamos então inventar aqui qualquer coisa para criar um alarme na população.

E o Senhor Deputado e o Partido Socialista são especialistas nessa criação do alarme.

O Senhor Deputado não vive nas ilhas reais, que são os Açores.

Quer que os açorianos vivam nas ilhas do medo (quer que vivam nas ilhas do medo!), quer impor medo às pessoas, o medo que impuseram com a pandemia: fechar todos em casa com medo permanente;...

Deputada Ana Luís (PS): E o mundo o que é que fez, Sr. Secretário?

O Orador: ... o medo que impuseram à população da Terceira, quando Senhor Deputado e o Senhor Presidente do PS, que está agora na última fila, veio para aqui com uma declaração política, dizer que estava misturado doentes COVID com doentes não COVID.

Foi esse medo que quiseram impor nas pessoas. É esse medo que o senhor quer que exista nas pessoas. Um dos comunicados do PS tinha por título, “os açorianos têm de estar preocupados”.

O objetivo do PS é preocupar os açorianos com falsidades. Veio-se a demonstrar que não houve qualquer mistura de doentes COVID com doentes

não COVID, mas o seu insistiu na mentira falsa para poder criar medo nas pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Não mentiu, Sr. Secretário!

O Orador: A repetição é para reforçar a mentira. A repetição, é exatamente para reforçar a mentira.

Também mentiu ao dizer que no serviço de urgência de Angra havia apenas um médico nas urgências. Que era o caos nas urgências. Isto é, absolutamente falso.

Estive reunido com todos os médicos responsáveis dos serviços de urgências. Eles ficaram indignadíssimos...

Deputado Berto Messias (PS): Não mentiu, não, Sr. Secretário!

O Orador: ... (indignadíssimos!) com este alarmismo que se cria, falso, nas pessoas, porque não é o médico nas urgências no período que tem menos médicos em presença física no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, são 6 médicos, mais um anestesista. É absolutamente falso esse alarmismo tremendista com que se queria fazer política nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O senhor queria era que os açorianos estivessem na “ilha do medo”.

Não! A “ilha do medo” acabou em 20/11/2020, quando este Governo tomou posse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Agora é a “ilha da liberdade” e “ilha da responsabilidade” de cada um assumir os seus deveres e, de facto, neste caso, e tentando responder às questões que foram colocadas, a “ilha do medo” que existia até 20 de novembro, as pessoas eram perseguidas.

Deputada Ana Luís (PS): Mas o que é isto?

O Orador: As pessoas eram perseguidas politicamente.

O senhor, então Presidente do Governo, Carlos César, fazia notas a dar ordens para que só fossem objeto de formação os funcionários públicos que estivessem em sintonia com o Governo.

Isto era calar as pessoas vários.

O Senhor Deputado, na altura, Artur Lima, e agora Vice-Presidente do Governo, foi, aqui, nesta casa, perseguido politicamente; o Senhor Deputado Paulo Estêvão já trouxe aqui vários exemplos disso.

O tempo do medo, o tempo da perseguição política acabou, felizmente, a 20/11/2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Só para dar aqui mais uma nota dos Açores, e no tempo da realidade, no tempo da liberdade, e no tempo da responsabilidade, como dizia, temos mais cirurgias, temos mais consultas, temos mais exames, temos menos açorianos em lista de espera, temos menos açorianos sem médico de família, temos mais açorianos com médico de família.

Isso são os resultados concretos. Podem dizer que são números.

É verdade, são números! Mas felizmente eu posso dizer que são números, porque são números que correspondem, cada um deles, a um açoriano que viu

a sua situação melhor resolvida do que aquela que tinha até este Governo tomar posse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para finalizar, para dizer que obviamente isto tem um pressuposto de transitoriedade, de excecionalidade, como está no próprio artigo 1.º (só quem não quer ver é que pode não ver), no seu artigo 2.º, que diz que esse trabalho só poderá ser realizado por extrema e imperiosa necessidade para o funcionamento do serviço de urgência quando estiverem esgotadas as alternativa.

Isto é excecional e transitório e obviamente, tem um pressuposto de voluntariedade.

Obviamente que ninguém obriga os médicos a prestar este trabalho. É voluntariedade quanto a graus de satisfação, o último relatório de inquérito de satisfação dos utentes da Unidade de Saúde da Terceira, de 2021, por acaso, diz que “os utentes da Unidade de Saúde da Ilha Terceira estão mais satisfeitos do que em 2019, quando o Senhor Direito Regional”.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional, tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Eu peço a palavra, Senhor Presidente, para defesa da honra.

Presidente: Pode justificar.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Com certeza, Senhor Presidente.

A afirmação do Senhor Secretário Regional da Saúde a dar conta que nos tempos do Governo Regional do Partido Socialista, que terminou em novembro de 2020, se vivia num tempo de medo e de não haver liberdade, é uma matéria que suscita a defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra Senhor Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

A minha intervenção é muito simples, rápida e, espero eu, clara.

O Senhor Secretário Regional da Saúde, já nos habituou ao estilo peculiar próprio de reagir à crítica?

O que eu gostaria de dizer em meu nome, ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e em nome de todos aqueles que serviram no âmbito dos Governos Regionais do Partido Socialista, que repudio por completo a sua acusação e as suas afirmações.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: O Senhor Secretário tem, como qualquer açoriano teve e tem, o direito de criticar as opções políticas, que os anteriores governos tomaram.

O que me parece francamente excessivo, francamente desesperado e francamente de mau tom é querer fazer juízos de valor sobre aqueles que serviram e servem ainda hoje o povo dos Açores, no âmbito das diversas funções políticas.

Mas, Senhor Secretário Regional da Saúde, para lá vamos!

Para lá vamos!... Aliás, em alguns casos, já lá estamos numa situação em que é possível ajuizar o comportamento dos Governos Regionais do Partido Socialista em termos de respeito pela liberdade de opinião e de crítica.

Já agora gostava de dizer o seguinte: eu fui Presidente do Governo Regional durante oito anos, fui Secretário Regional durante muitos outros anos e Deputado Regional, mas nunca ninguém ouviu da minha boca uma expressão semelhante, ou igual, à de que “os empresários não podem criticar; podem sugerir”!

E isso foi dito pelo Senhor Presidente do Governo do XIII Governo Regional em relação às críticas de São Jorge.

Portanto, Senhor Secretário Regional da Saúde, o senhor tem todo o direito, legitimidade, e eu respeito, gosto ou não gosto da crítica, de ajuizar sobre as opções políticas. Não vá mais além, porque me parece claramente infeliz.

Quanto a governos respeitadores, presidentes dos governos respeitadores da liberdade de crítica e da liberdade de opinião, nós já estamos e digo-lhe para lá vamos, para uma situação em que se tornará claro quem respeita e de que modo respeita...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Já termino Senhor Presidente.

... a liberdade de crítica e a liberdade de opinião.

De outra forma, posso resumir isso no seguinte: de liberdade de crítica e de liberdade de opinião, Senhor Secretário Regional, o Partido Socialista, de si, não recebe lições.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Senhor Secretária Regional, querendo, tem três minutos para dar explicações. Faz favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores...

Deputado José San-Bento (PS): Já faltou mais para o senhor ser desmascarado!

O Orador: Não percebi.

Deputado José San-Bento (PS): Já faltou mais para o senhor ser desmascarado!

O Orador: E é isto que temos da parte do Partido Socialista.

É este o vosso nível, mas os açorianos também estão habituados a isso. Então de si, Senhor Deputado, Senhor Deputado intermitente, (não é independente, é intermitente) , já sabemos qual é o vosso estilo e já sabemos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu peço a palavra.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Isto não pode ser! Que falta de respeito!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isto ultrapassa tudo...

O orador: Ultrapassa tudo?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): ... e o senhor, tem obrigação de intervir nessas coisas!

O Orador: Eu não posso é ser interrompido.

Deputado Ana Luís (PS): Isto é um direito estatutário e regimental.

O Orador: O Senhor Deputado Vasco Cordeiro, pensa que ainda manda nisto e interrompe a palavra das pessoas. Não pode ser!

Deputado Joana Pombo Tavares (PS): Tenha calma!

O Orador: Aquele senhor é que chama mascarado e eu é que vou ter calma?

Deputado José San-Bento (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Chama mascarada! Aquele senhor chamou-me de mascarado à frente do Senhor Deputado Vasco Cordeiro e o senhor aplaude?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isto é demais!

O Orador: É demais, é demais, é demais, é demais.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário Regional:

Eu não ouvi os termos,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pois devia ter ouvido, Sr. Presidente!

Presidente: Pois, devia ter ouvido.

O Orador: Devia ter ouvido, devia ter ouvido, devia ter ouvido, devia ter ouvido!

Presidente: Mas também digo-lhe, Senhor Deputado, a sua reação não foi a mais adequada, devo dizer-lhe.

O Orador: Mascarado? Mascarado? Mascarado?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi a reação adequada àquilo que foi dito!

O Orador: Mascarado? Mascarado? Mascarado?

Presidente: Senhor Secretário....

Eu lamento a expressão utilizada pelo Senhor Secretário relativamente ao senhor deputado e peço ao Senhor Secretário que retire...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

O Orador: Isto é uma coisa!...

Presidente: Ser. Deputado, todos nós que estamos sentados nesta casa, independentemente do tempo, temos todos a mesma legitimidade.

O Orador: Com certeza.

Presidente: Portanto, Senhor Secretário Regional...

O Orador: Mascarado! Vai cair a máscara!

Presidente: ... peço que não voltar a utilizar essa expressão relativamente aos senhores deputados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Faz favor, Senhor Secretário, de continuar.

O Orador: Sr. Presidente, gostaria de saber da sua parte, se acha, parlamentarmente, adequado que um deputado chama um membro do Governo mascarado? Isso é que eu gostava também de saber.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Foi exatamente isso!

Toda a gente ouviu. Toda a gente ouviu! Obviamente, que esta estratégia...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados.

O Orador: Vou só terminar.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, das duas, umas: ou os senhores criam condições para dar continuidade aos trabalhos ou eu suspendo os trabalhos.

E, portanto, eu pedia-lhe ser Secretário Regional que se limitasse a dar explicações relativamente à questão da defesa da honra colocada pelo Senhor Deputado Vasco Cordeiro. E se a expressão utilizada pelo Senhor Deputado José Contente...

O Orador: É igual!

Presidente: ... José San-Bento, foi dessa natureza, eu lamento também e é também uma expressão que não deve ser utilizada neste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Faz favor, Senhor Secretário Regional.

O Orador: Posso continuar, Senhor Presidente?

Presidente: Faz favor.

O Orador: Continuando, obviamente que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, percebendo que estava a ser denunciado o Estado em que a saúde da Região ficou com a sua governação e do seu antecessor, tentou criar aqui um caso para desviar a atenção daquilo que é essencial.

O que estamos aqui a discutir é criar melhores condições de saúde para os açorianos e estamos a fazer com a liberdade e com responsabilidade. Quem introduziu a expressão do medo foi o Senhor Deputado Tiago Lopes na sua intervenção.

Eu apenas retorqui e repliquei à intervenção do Senhor Deputado.

Mas o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, parece que só ouve uma parte, não ouve a outra parte. Quem iniciou o debate e introduziu o debate do medo foi o Senhor Deputado Tiago Lopes, sem qualquer fundamento, sem qualquer razão para isso. Da minha parte, retorqui a isso com fundamentos, com factos concretos de perseguição política...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quais factos concretos?

O Orador: ... e do medo que foi instalado aos açorianos, durante 24 anos de governação socialista.

Foi isso que denunciei e denunciarei sempre; denunciei desse lado enquanto deputado e denuncio aqui porque a coerência de pensar o mesmo, independentemente do cargo que se ocupa, é algo que levarei até aos últimos dias da minha vida.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é Secretário da Saúde. Respeite o cargo que ocupa, pelo amor de Deus!

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que é excessivo na prudência?!

O Orador: Mas também para lhe dizer que o medo que foi instalado não foi só na perseguição política, foi também na gestão da situação mais penosa que esta região e a humanidade teve no último século que foi a pandemia.

Foi uma gestão do medo; pôr medo nas pessoas todos os dias e medo, medo e medo.

E quem faz comunicados com título, “os açorianos têm de estar preocupados” (“os açorianos têm de estar preocupados”), quem inventa falsidades de que os serviços de urgência estão no caos, quem inventa tudo isso, o que é que está a fazer? Está a semear o medo e é contra esse medo que eu sou responsável por denunciar tudo isso, mas sobretudo para tranquilizar os açorianos do trabalho deste Governo, do trabalho dos profissionais de saúde e das garantias que todos eles têm, na resposta que lhes é dada quando eles solicitam.

É apenas isso, é apenas esse debate político. Tudo aquilo que queiram transformar em algo pessoal, nos apartes todos que alguns são useiros e vezeiros em utilizar, apenas fica de acordo com aquilo que é a vossa responsabilidade, em termos políticos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para dar continuidade ao debate, tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Estamos todos muito sensíveis.

Era eu deputado noutra legislatura, sentado naquela bancada, era então membro do Governo, o Senhor Deputado José Contente, daquela bancada chamou-me Deputado, “pisca, pisca”, várias vezes; “deputado intermitentes” outras, “deputado cenefa, umas vezes está aceso, outras vezes está apagado”. Porquê? Porque eu alternava com o Sr. Deputado José Monjardino e Mário Moura a bancada parlamentar, mês a mês.

Agora estamos todos muito sensíveis!

Uma coisa é clara nesta legislatura como foi naquela: fizeram-se reformas. E esta é mais uma apesar de transitória. Esta é mais uma. Mas é preciso fazer mais. E essas reformas só são possíveis – e é bom que o povo açoriano perceba isso lá em casa –, porque há uma maioria relativa;

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: Essas reformas só são possíveis, porque há uma fiscalização maior do Parlamento;

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: Essas reformas são possíveis, porque há pluralidade partidária nesta Casa, porque não há maioria absoluta, porque se houvesse maioria absoluta, provavelmente fosse ela do PS, ou do PSD, as reformas não ocorreriam. E é isso que o povo açoriano tem que perceber.

E é também o povo açoriano que vai perceber um dia, que não precisa de mais de terrores atávicos, porque eu ainda hoje em dia, em pleno século XXI, recebo chamadas e mensagens de pessoas que me pedem para não saber o nome delas. Não é por acaso! É o resultado de 20 anos de governação do doutor Mota Amaral, com maioria absoluta,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... mais 20 anos do Partido Socialista com maioria absoluta...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não é resultado de outra coisa. É resultado de 47 anos de ditadura, 20 anos do doutor Mota Amaral e 20 anos do Partido Socialista. Esta que é a realidade, são terrores atávicos que o nosso povo tem.

E é bom que usemos esta legislatura para quebrar estes terrores atávicos nas nossas populações. Todos os dias – não estou a exagerar, todos os dias – recebo mensagens e denúncias que me pedem para não ser divulgados os nomes.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é só o senhor!

O Orador: O senhor também receberá e eles também receberão. Todos recebem, certamente. Isso são medos atávicos que nós temos a obrigação de contrariar; nós temos a obrigação de quebrar a bem da nossa democracia, a bem das nossas reformas, a bem dos nossos cidadãos. E este diploma é um bom exemplo disso. É um diploma transitório, é verdade, mas é um bom exemplo de uma coisa que se consegue fazer, porque partiu de um Projeto de Resolução do PAN que nós aqui aprovámos no dia 11 de maio deste ano e que está agora já, por via até se calhar de alguma necessidade que o Governo tem que “passar a mão pelo pelo”, perdoem-me a expressão, do PAN, porque estamos em vias de aprovar o Orçamento Regional...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já foi aprovado! Compromisso assumido, compromisso cumprido!

O Orador: ... ou de discutir o Orçamento Regional, mas claro, está resolvido (está resolvido, está resolvido), porque temos pluralidade democrática, porque temos mais pluralidade neste Parlamento.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Para uma interpelação tem a palavra o Senhor Deputado António Lima. Foi nesse sentido que eu interpretei a sua...

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, era apenas para pedir um esclarecimento à Mesa sobre o assunto que estamos a debater.

É que ouço intervenção atrás da intervenção e eu já me perdi.

Fala-se de terror, do passado, de telefonemas anónimos e coisas do género. O que é que nós estamos a discutir?

É que isto não é um debate sobre saúde. Isto é um debate sobre tudo e mais alguma coisa. E eu acho que a latitude que a Mesa está a dar, já ultrapassou todos os limites da latitude. Já deu a volta à terra, Senhor Presidente.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. Está registada a sua interpretação.

Tem a palavra para participar no debate o Senhor Secretário Regional da Saúde. Faz favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Não tive oportunidade de responder às questões que me foram colocadas pelo Senhor Deputado António Lima e Pedro Neves, no que diz respeito ao valor das horas.

Para clarificar de uma vez por todas essa questão, sendo certo que, e desde logo, reforçar que isto não é a solução do Serviço Regional de Saúde.

Eu disse na minha primeira intervenção, alguns deputados já o referiram aqui, isto é uma solução transitória e excecional que pretende reforçar o Serviço Regional de Saúde, perante um problema que não queremos que exista, como existe a nível nacional. É o enquadramento resumido de tudo o que estamos aqui a falar.

Quanto a uma questão que o Senhor Deputado Nuno Barata referiu por várias vezes nesta Assembleia, e no uso da palavra, referi exatamente isto: os tempos que vivemos são mesmo diferentes e há quem ainda não tenha percebido.

A diferença também parte desta multiplicidade partidária em que ninguém está aqui para “passar a mão no pelo” a alguém. Está aqui apenas para tentar encontrar as melhores soluções com o escrutínio que é feito pela multiplicidade de partidos representados no Parlamento.

Isto só demonstra a vida e a saúde da democracia açoriana e mais uma vez, nunca é demais repetir, acho que este é um bom exemplo de que, de resto,

acontece isso no mundo moderno todo: Espanha, França, Itália, Alemanha, por aí fora, é assim com a concertação de várias forças e nos acordos que são feitos no sentido de encontrar as melhores soluções.

Neste caso, um trabalho que foi desenvolvido pelo Governo Regional desde o início da legislatura, envolvendo vários médicos. Entretanto, há o Projeto de Resolução do PAN e foi apresentado exatamente para cumprir aquilo que era o nosso compromisso.

E os médicos, voluntariamente, aceitam e são muitos médicos a pedir que isto seja aprovado para que se possa dar mais um passo na consolidação do Serviço Regional de Saúde.

Quanto ao valor das horas. O valor base é o valor da primeira posição remuneratória de assistente graduado sénior. É esse valor de base a partir do qual é paga a hora. E vou dar aqui os exemplos dos valores:

O trabalho diurno, em dias úteis, na primeira hora será pago a 29,44 EUR. Se fosse o valor base, era 20,03 EUR.

Na hora seguinte, 35,33 EUR.

Depois, o trabalho aos sábados, das 8 às 13, o trabalho noturno em dias úteis e o trabalho diurno aos sábados, domingos, depois das 13:00 horas é sempre pago, de acordo com o que está aqui determinado, a 47,10 EUR.

O trabalho noturno aos sábados, domingos, feriados e descansos semanais é paga 58,88 EUR, de acordo com o levantamento do teto que estava estabelecido na versão que foi apresentada a esta Assembleia.

O que é que isto significa? Isto significa que há um incremento ao pagamento das horas extraordinárias do trabalho suplementar.

Não se vai no descontrolo, que acontece a nível nacional, dos 50, 60 ou 70 EUR em desespero, até dezembro, sem criar nenhuma estabilidade. Mas o que eu também fico sem perceber é que o Bloco de Esquerda critica esta solução porque diz que não deve haver trabalho suplementar, mas depois diz que é pouco, que devia-se pagar mais.

Eu não entendo bem qual é a posição do Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Não ouviu o que eu disse!

O Orador: Deu outros exemplos. Eu gostava de saber, é qual é a solução que o Bloco de Esquerda tem para o Serviço Regional de Saúde, que precisa de mais produção, está a contratar médicos, mas ainda não contratou o número de médicos suficiente, e as pessoas têm necessidades.

Quando o Bloco de Esquerda participava na governação nacional, ainda há pouco tempo, apresentou soluções muito idênticas a esta, aprovou e validou.

Deputado António Lima (BE): Anda muito distraído, Sr. Secretário!

O Orador: E validou essas propostas com o apoio que foi dando aos sucessivos governos socialistas. Mas o que está aqui em causa é a resposta para a Região, para este tempo, para esta realidade e esta proposta tem os números que acabei de indicar e, de facto, é uma reforma estrutural naquilo que é a uma necessidade transitória, que se pretende que seja mesmo transitória, e com o reforço da contratação de médicos que deixe de ser necessário recorrermos a este tipo de solução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional, tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu, quando ouvi a expressão “passar a mão pelo pelo” achei que íamos ter aqui outro problema regimental e outro protesto.

Ainda bem que a expressão foi dirigida ao representante do Partido das Pessoas, Animais e Natureza,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... que é dos poucos que não se sentirá certamente ofendido.

Mas, há aqui uma questão. E a questão fundamental é que esta é uma proposta que os médicos recebem, obviamente, com simpatia, porque obviamente vão ser mais bem pagos.

Há aqui uma outra questão que tem a ver com o facto de esta proposta ter todas as condições para termos mais médicos a desempenhar este serviço, a sentirem-se mais motivados, mais recompensados, a sentirem que vale a pena, a fazer este sacrifício, porque é um sacrifício, mas tem uma remuneração mais justa e por isso é óbvio que esta iniciativa tem vantagens.

Tem vantagens que são reconhecidas pelos próprios médicos. Eu não conheço um que esteja em desacordo com esta medida.

E por isso, esta medida também é uma medida pragmática, não podemos ficar como o Bloco de Esquerda defende à espera da utopia, que temos 4.000 ou 5.000 médicos. Eles não existem, Senhor Deputado!

Não existem Senhor Deputado!

E enquanto não existem, e espero que possam existir no futuro, é necessário utilizar os recursos que temos de forma pragmática. Para quê? Para resolver os problemas da população.

É isso que nós estamos a fazer, para que não aconteça o caos. As pessoas ficaram aqui: não, não se pode comparar a realidade do continente, do território continental, com a realidade dos Açores. Não, não lhes convém é que se compare, porque aqui as urgências funcionam e lá não funcionam.

E por isso, esta comparação é legítima, sim, e neste caso é favorável ao Governo dos Açores, que está a criar as condições para que não suceda aqui aquilo que está a suceder no território nacional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E essa é que é a questão fundamental. E por isso, isto explica todos esses incidentes. Eu não percebo, porque é que o Partido Socialista está a sentir-se desconfortável nesta matéria, porque o que é importante é que o Partido Socialista também entre num novo ciclo e o novo ciclo é deixar de empurrar os problemas, como antigamente, para as costas e não resolver.

Não, não! Vamos todos, o Partido Socialista também, contamos com Vossas Excelências, tomar medidas positivas e medidas que resolvam as questões.

Esta é uma medida, que Vossas Excelências sabem bem que vai no sentido correto.

É uma medida que vai ter efeitos concretos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que eu gostaria muito de ter tido acesso aos pareceres que o senhor teve, porque eu não tive, nem ninguém. Nenhum outro Deputado nesta Casa teve acesso a esses pareceres...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Foi conversando com médicos!

O Orador: ... nem positivos, nem negativos.

Por isso, não me venha falar de pareceres e opiniões de médicos. A única opinião que eu ouvi, sobre esta matéria, de um médico dirigente sindical, numa entrevista, no passado sábado, no Açoriano Oriental, diz o seguinte:

“Para nós, o que nos importa é que as pessoas não sejam obrigadas a trabalhar para além do que é seguro e 150 horas já são muitas horas”, fim de citação.

Ou seja, o Sindicato Independente dos Médicos, considera que o trabalho extraordinário, que é isso que se cria para além das 150 horas, não é desejável da parte deles e ele existe, todos sabemos, e sem ele muitos serviços não funcionavam, é verdade.

O problema é que ele é voluntário, para além de que é necessário soluções para que ele não seja necessário, ele é voluntário. E com este diploma, o que o Governo quer, e está aqui escrito, é que “o trabalho médico suplementar é aquele que é efetuado para além do limite legal e não está sujeito a limites”. Ou seja, não estando sujeitos a limites, não é voluntário, deixa de ser voluntário. Pior! No penúltimo artigo deste diploma, diz-se exatamente que o diploma prevalece sobre, por exemplo, contratos coletivos de trabalho.

Ou seja, poderá o Governo dizer que não tem intenção de o tornar obrigatório, mas tem intenção de sobrepor este diploma a qualquer outra legislação do trabalho, inclusive contratos coletivos.

Aliás, isso diz muito do respeito que este Governo tem pelos direitos de quem trabalha. Um Governo que acha normal que se despeça um trabalhador, se expulso do hospital, e, condenada a administração que pratica isso, diga que isto é tudo normal e que não há problema nenhum, só mesmo um governo deste tipo!

Mas eu gostaria ainda de dizer, Sr. Secretário, que a solução que o Bloco de Esquerda tem defendido, aliás, que levou também à ausência dessas soluções, levou aos chumbos dos últimos Orçamentos de Estado, que levaram à queda do Governo, já agora, o Bloco de Esquerda tem defendido (e o senhor deve

andar distraído) a exclusividade facultativa, não obrigatória dos médicos com um acréscimo remuneratório de 40%, algo, aliás, que é feito na Madeira, curiosamente, um Governo do PSD. Mas é feito na Madeira. Certamente não será uma solução perfeita, mas é feito através de negociação coletiva, coisa que os senhores querem arrasar com esta proposta.

Não é o valor que nos preocupa, mas é importante saber qual é o valor. E agradeço a sua resposta, porque esse valor não fica claro da leitura da proposta em causa.

Mas há outra dúvida que coloco, aliás, no próprio artigo 1.º, a redação que aqui está, Senhor Secretário (talvez seja um lapso e se for, convém corrigir), parece-me que os senhores querem pagar o dobro, a quem fica em prevenção.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não é!

O Orador: Posso estar a interpretá-lo mal, mas é bom que se esclareça, porque o que aqui diz é que o trabalho suplementar é majorado a partir do limite legalmente previsto em presença física e o dobro deste em regime de prevenção. O dobro deste, da presença física. O que me parece é que a prevenção está a ser majorada em dobro, mas isso é um pormenor, não é por aí. Não é isso que nos move.

Agora a solução estrutural para o Serviço Regional de Saúde não é esta, mas se o Governo reconhece que esta não é solução estrutural, então porque é que não negocia com os médicos uma solução estrutural?

Do que é que está à espera, de uma solução estrutural? Porque é que quer fazer um remendo, e ainda por cima um remendo que não resolve absolutamente nada, que não majora assim tanto. Aliás, a nível nacional estamos a falar, por exemplo,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O Bloco já disse como é que negociava: 40%!

O Orador: ... e o Bloco de Esquerda discorda dessa solução que o Governo da República encontrou, mas estamos a falar que a partir da 51.ª hora, o

Governo da República está a pagar 50 EUR, enquanto nos Açores querem pagar 29, a partir desse da 150.^a hora. Não é a partir da hora número 51.

É muito para além do limite legal. O Governo da República quer pagar 60 EUR a partir da 100.^a primeira hora.

O Governo Regional só quer majorar para além das 150 horas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acha que é pouco?

O Orador: Acha que essa é a solução para o Serviço Regional de Saúde?

Bem, é um remendo ainda por cima é um remendo que é pouquinho.

Senhor Secretário, o que o Governo tem que fazer e deve fazer, é efetivamente negociar uma solução que, por exemplo, preveja incentivos à fixação para todos os médicos, não é só para aqueles que o senhor decide que devem ter, porque é por despacho do Secretário Regional e não é apenas para aqueles que são contratados agora.

São para aqueles que já cá estão, porque isso é que é um incentivo à fixação. Para além disso, a majoração para um regime de dedicação exclusiva, porque efetivamente isso pode atrair médicos para os Açores e sabemos (todos sabemos) da dificuldade que existe. Agora essa solução é uma solução errada que desrespeita os direitos do trabalho e é uma solução que não vai resolver coisíssima nenhuma.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Segundo o Senhor Deputado António Lima, essa solução não vai resolver problema nenhum.

Mas tem que reconhecer uma coisa, o Bloco de Esquerda tem capacidade, porque já o fez várias vezes, para apresentar propostas de alteração e apresentar projetos de raiz, Projetos de Decreto Legislativo Regional de raiz.

Está previsto, no Regimento desta Casa, que possam ser apresentadas propostas e projetos com pedidos de urgência e dispensa de exame em Comissão, que, no fundo, e segundo o Bloco de Esquerda, seriam a solução para os problemas todos e que hoje, em vez de estarmos aqui a discutir um diploma, estávamos a discutir dois: um apresentado pelo Governo e o outro apresentado pelo Bloco de Esquerda e caberia aos Senhores e às Senhoras Deputadas desta Casa perceber e votar aquela que seria a melhor solução, se calhar, até pela solução milagrosa do Senhor Doutor Lima.

Agora, sinceramente, com os mais de 50 anos que já tenho, já deixei de ter paciência para ver treinadores de bancada, precisamente quando o senhor está no campo a jogar, Senhor Deputado.

O senhor devia ser mais objetivo!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor faz isso sistematicamente!

O Orador: Eu não tenho que estar aqui a defender o Governo, mas, sinceramente, há coisas que dá-me vontade de pôr de pé e falar sobre elas.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Deputado António Lima: Veja a sua incongruência nesta matéria. Em 2013, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente...

Deputado António Lima (BE): Não era isso!

O Orador: ... o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2013/A, “Regula a organização do trabalho médico suplementar ou extraordinário nos serviços de urgência.”

E sabe o que é que dizia o artigo n.º 3?

“Prevalência

O regime previsto nos artigos anteriores tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas especiais ou excepcionais. “

Ora bem, qual é a diferença entre este artigo e este agora?

Deputado António Lima (BE): Não era isso, Sr. Deputado!

O Orador: Nenhuma Senhor Deputado!

Deputado António Lima (BE): Já lhe explico!

O Orador: Absolutamente, nenhuma!

Teve as consequências que Vossa Excelência antecipa? Nenhuma, nenhuma consequência, Senhor Deputado.

A bancada do Bloco de Esquerda era, na altura, presidida por alguém que não tinha uma competência específica nesta matéria?

Tinha Senhor Deputado! Tinha!

E, portanto, na altura o Bloco de Esquerda aprovou, considerou, que esta medida era uma medida que não tinha as consequências que Vossa Excelência agora está a antecipar. E mais! Apoiou a medida em causa.

Segundo aspeto, Senhor Deputado.

Dizer-lhe o seguinte:

Diz Vossa Excelência que não ouviu o que é que a Federação Nacional de Médicos tem a dizer sobre esta matéria. Bom, é só ler o que está aqui no âmbito do relatório da proposta do PAN,...

Deputado António Lima (BE): Hum...

O Orador: Ah!... Então a proposta do PAN não interessa?

Então não é a proposta do PAN que é fundamental para que o Governo tivesse tomado esta iniciativa? A proposta do PAN propunha coisas diferentes, ou não propunha também que se pagasse melhor aos médicos que estão a prestar este serviço à comunidade, às nossas unidades de saúde e aos nossos hospitais? Quero dizer-lhe o seguinte, Senhor Deputado:

Sabe o que é que ele disse?

“Porém, a disponibilidade para realizar este trabalho extra é cada vez menor.

Por um lado, há questões económicas, dado que as horas são pagas tendo em conta o valor da hora base.”

É exatamente isto que se melhora e, portanto, o que é que nós tínhamos aqui? Tínhamos a indicação para fazer aquilo que foi feito, que é melhorar este regime e pagar melhor aos médicos.

Por isso, Senhor Deputado, tenho a certeza, ficou escrito. A Federação Nacional dos Médicos foi ouvida sobre esta matéria e considerou, obviamente, que fazia todo o sentido valorizar o pagamento destas horas.

São estes dois argumentos, Senhor Deputado, que lhe quero apresentar. Não se esqueça que todos os partidos têm um histórico e que quando se antecipa um cenário de catástrofe, é preciso ver se isso aconteceu ou não aconteceu. Sabe uma coisa:

Em relação a esta matéria, nem uma vírgula se alterou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima. Peço que tenha em atenção o tempo que tem disponível.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder ao Senhor Deputado Paulo Estêvão e dizer-lhe que o diploma que se refere tinha um objetivo, que era, por exemplo, retirar ou contornar, digamos, os cortes, que o Governo do PSD e do CDS fez, no tempo da troika, às horas extraordinárias dos médicos, para sua memória.

O senhor devia lembrar-se. E foi por isso que o Bloco de Esquerda votou a favor. Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado, o senhor não escapa desta:

Este diploma, o que tem aqui é exatamente a mesma norma que Vossa Excelência diz agora que vai obrigar todos os médicos a desempenhar este trabalho. Foi isso que aconteceu, Senhor Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto, se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste diploma.

Senhor Secretário, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo: Apenas para um esclarecimento na sequência da intervenção do Senhor Deputado António Lima sobre uma questão que foi aqui aduzida como se fosse possível que este Governo resolvesse, e que está a falar na revisão das carreiras como sendo a grande solução.

Deputado António Lima (BE): Contratos coletivos!

O Orador: Obviamente que a revisão das carreiras é uma matéria da competência nacional em que este Governo não tem competência, nem Parlamento sequer nesse sentido, para poder intervir nesta matéria.

Deputado António Lima (BE): Nos contratos coletivos pode!

O Orador: Por isso, quando se pergunta, a solução é a revisão das carreiras? Sim, mas não depende deste Governo.

O que depende deste Governo estamos a fazer.

E sobre a questão da negociação ainda no final do mês de agosto, reunimos com o sindicato para iniciar o processo negocial relativamente às carreiras médicas.

Vamos reunir também com outro sindicato e com a Ordem dos Médicos. Temos tido reuniões regulares e esse processo, formalmente, foi iniciado ainda no mês passado, mais uma vez em diálogo, em concertação e, sobretudo, com grande respeito para com os profissionais de saúde através das suas estruturas representativas.

Isto não aconteceu há muito tempo. Foi ainda mais uma vez no final do mês passado. Por isso, quando diz que não ouvimos os sindicatos, que não falamos com os trabalhadores, não corresponde à realidade.

Neste caso, mais uma vez, o trabalho que este Governo está a desenvolver também nas carreiras médicas é em conjunto com os representantes dos respetivos profissionais, quer sejam sindicatos, quer sejam a Ordem. Apenas para repor esta verdade mais uma vez.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste diploma.

Vamos iniciar a votação. Vamos votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII, começando a votação pela generalidade.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII, foi aprovada na votação na generalidade, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos iniciar a votação e debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Não havendo, vamos votar o primeiro artigo do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 3 do artigo 2.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Faz favor, Senhor Secretário.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 2.º do diploma, com esta proposta de alteração, que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do CH, um da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 3.º e 4.º do diploma?

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao artigo 5.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 5.º do diploma, com esta proposta de alteração, que acabámos de incluir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor se sentar.

Secretário: O artigo 5.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Votação final global,

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII, foi aprovada, em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 2

do CDS, 1 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e um Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa agenda.

Senhor Deputado António Lima, para uma declaração de voto, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra esta Proposta Decreto do Regional, que pretende criar uma tipologia de trabalho extraordinário para os trabalhadores da carreira médica, designada por trabalho suplementar e que se efetua para além do limite legal e sem quaisquer limites, sejam diários, semanais ou anuais, de uma forma que, da nossa interpretação, é imperativa e também é obrigatória para os profissionais de saúde, neste caso os médicos.

Nós não poderíamos de modo algum concordar com uma proposta deste teor, qualquer que fosse a carreira, ou o serviço.

É uma proposta, por isso, atentatória dos direitos do trabalho e das conquistas, por exemplo, da negociação coletiva.

Para além disso, ao não estabelecer limites, quaisquer limites, ao número de horas a realizar, é uma proposta que é também ela perigosa para os próprios utentes. Não saberão agora, se o profissional que tem à frente está a trabalhar há 4, 10, 20 ou 30 horas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, agora sabem!

O Orador: Pior!... Esse profissional poderá ser obrigado a fazer esse trabalho e nós não podemos, nem poderíamos de modo algum compactuar com esta proposta e, acima de tudo, votámos contra, porque esta é a solução errada. Colocar os mesmos a fazer mais trabalho para resolver os problemas do Serviço Regional de Saúde é a solução errada.

A solução passa, como é óbvio, não só pela contratação de mais médicos, mas também pela dotação de melhores condições de trabalho, com suplementos remuneratórios, por exemplo, em contrapartida de um regime de exclusividade.

Isso é possível fazer, é possível fazer pelos hospitais, por exemplo, em sede de negociação coletiva, como foi feito na Região Autónoma da Madeira, e nada impede que na Região se faça, sem prejuízo de que a solução estrutural e que pode e deve ser feita a nível nacional, como o Bloco de Esquerda tem sempre defendido, de revisão das carreiras e de implementação do regime de exclusividade facultativa a nível nacional, seja feito.

Por isso, o Bloco de Esquerda votou contra esta proposta sabendo que as horas extraordinárias no Serviço Regional de Saúde são uma prática mais do que utilizada, aliás, havendo até serviços e hospitais onde gasta-se mais em horas extraordinárias do que em salários (do que em salários), o que demonstra que é um problema gravíssimo, estrutural, que é preciso resolver e que este diploma só vai potencialmente até agravar.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Senhora Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a aprovação deste DLR, não obstante os prestadores de serviço estarem a ser essenciais para manter os serviços de urgência, incentivar e motivar mais médicos para que se disponibilizem ao trabalho extraordinário, por forma a garantir que não surjam disrupções nos nossos serviços e unidades de urgência, é fundamental para as nossas ilhas.

Trata-se de uma medida que reúne consenso, uma medida concertada com outras medidas de captação e fixação de recursos humanos.

É uma medida excepcional para tempos excepcionais.

E, portanto, congratulamo-nos com esta aprovação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições? Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A questão fundamental aqui é que esta iniciativa, que foi tão criticada inicialmente por algumas bancadas, essa crítica desvaneceu ao longo da discussão, o que quer dizer que ficaram convencidos.

Isso é importante, porque se ganhou mais apoio para este diploma que aqui foi apresentado pelo Governo Regional e que pode agora dizer ao conjunto da comunidade médica, que também recebeu o apoio quase unânime deste Parlamento. E recebeu o apoio quase unânime deste Parlamento, porque é uma medida, que faz todo o sentido, que faz justiça, uma medida pragmática e que utiliza de forma racional os recursos que existem e isso é fundamental.

Depois dizer o seguinte:

Como sempre na nossa história, nos nossos discursos, existe sempre um Adamastor, existe sempre um monstro à espreita, algo que é um perigo tremendo para o sistema. Como sempre, aparece sempre esta figura mitológica.

Tem que aparecer sempre alguém, que é o que eu chamo, o susto. Tem que aparecer o susto!

Mas o que se prova é que através do regime de 2013, e utilizando exatamente as mesmas expressões, no âmbito do artigo 3.º da prevalência:

“O regime previsto no presente diploma tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas especiais ou excepcionais”, ora, isto foi exatamente aquilo que foi aprovado em 2013.

Foi considerado inconstitucional? Não! Passou no Parlamento por todos os órgãos. Ninguém o contestou, não houve nenhuma dúvida jurídica ou constitucional em relação a essa matéria. Teve um efeito pernicioso em que afinal foram todos obrigados a trabalhar, querendo ou não querendo, nas urgências, nas horas extraordinárias. Isso aconteceu? Não, não aconteceu, apesar de ser um diploma de 2013.

Para quem gosta destas coisas supersticiosas e para quem faz esse tipo de discurso, podia dizer “bom... 2013! Que consequência é que teve esse diploma de 2013?”

Não! Os médicos não foram obrigados a fazer – nem isso significa, nem esse é o conteúdo desta proposta – trabalho extraordinário.

O que aqui que se criou, e termino Senhor Presidente, embora ainda me falem 2 minutos – agora já temos esta, já temos este sentido do tempo – foi um regime que se torna mais atrativo para que os médicos possam realizar este trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento. Criou-se este serviço que permite que os que já fazem o possam continuar a fazer e que outros que neste momento não estão a fazer também se sintam que neste momento já se reúnem as condições que tornam este regime favorável a este tipo de trabalho.

Eu estou absolutamente convencido é que a aprovação desta legislação irá melhorar a resposta que nós já temos, neste momento, e que permitiu que não existisse colapso no nosso serviço de urgência.

Não existiu colapso, mas com esta medida, o que nós temos é garantia que o serviço que já estamos apostar irá melhorar e irá melhorar de forma muito significativa.

No fundo, o que é que interessa? O que é que interessa?

O que interessa é que as populações fiquem mais bem servidas, que fiquem mais seguras e que tenham um melhor atendimento e com esta medida é isso precisamente que se consegue. Serve-se os açorianos, serve-se a nossa Região e serve se o nosso Sistema Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves. Faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membros do Governo:

O PAN votou a favor desta iniciativa não para obrigar os médicos a fazer horas extraordinárias, não para “andar de chicote” atrás dos médicos para eles estarem nos serviços de urgência.

Se esta iniciativa não fosse aprovada, ou não existisse, os médicos continuavam a fazer horas extraordinárias, mas a um preço bem mais reduzido.

Nada iria mudar em termos da urgência.

Sim, concordamos que tem que haver também um regime exclusividade para os médicos. Sem dúvida, nós apoiamos isso. Sem dúvida!

Não é o caso desta iniciativa.

Sim, também queremos aumentar, majorar o ordenado base dos médicos. Sem dúvida! Mas não é o caso desta iniciativa. Esta iniciativa é pagar mais

horas extraordinárias de uma forma que é uma decisão de cada profissional e não do Serviço Regional de Saúde, não da tutela do Governo.

Apenas queremos dar mais dinheiro para quem já faz as horas extraordinárias após as 150 horas. É unicamente isso, não é uma obrigação e legalmente nós nem podemos obrigar, para fazer mais horas extraordinários, além daquilo que está estabelecido pelo ACT. Isso não é possível, por isso é que nós votámos a favor. Estamos a dar mais um passo para que o nosso Serviço Regional de Saúde dê aquilo que tem que dar aos utentes e apenas isso. Obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes** (*PS*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votou a favor desta proposta apresentada pelo Governo, um Decreto Legislativo Regional, que revê o regime extraordinário do trabalho suplementar médico na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente do Serviço Regional de Saúde.

Conforme foi dito pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão, a iniciativa apresentada pelo Governo do Partido Socialista, em 2013 e aprovada por unanimidade, por esta Assembleia, evitou efetivamente o colapso do Serviço Regional de Saúde, contrariando até aquilo que foram as declarações iniciais, curiosamente, do Senhor Secretário Regional da Saúde e do Desporto, quando tomou posse neste Governo, a dizer que o Serviço Regional de Saúde se encontrava em colapso.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Ele não disse isso!

O Orador: Portanto, esperamos efetivamente que esta medida aprovada por larga e ampla maioria nesta Assembleia, evite situações como aconteceram recentemente, nomeadamente no serviço de urgência do Centro de Saúde da Praia da Vitória, que se encontrou encerrado por falta efetivamente de profissionais médicos para assegurar a escala e a atividade assistencial daquele serviço, bem como também recentemente, porque aquilo que nós ouvimos, e não são rumores, são relatos efetivamente verídicos daquilo que nos chega, na Unidade de Saúde da Ilha Graciosa e da falta também de médico para assegurar o serviço de urgência naquela unidade de saúde.

E, portanto, por esse motivo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor desta iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS congratula-se com a aprovação por desta iniciativa. A verdade é que existe esta carência de recursos humanos na área da saúde, em particular, de médicos e acreditamos que este é mais um contributo para mantermos o bom atendimento nas urgências e o atendimento permanente nas unidades de saúde de ilha, nos hospitais. Como tal, parecemos que é uma boa medida implementada por este Governo.

Por mais que isso custe a alguns partidos, a verdade é que ao longo deste Governo recente, têm-se dado passos na medida de fortalecer e robustecer o nosso Serviço Regional de Saúde, com recursos humanos também.

É esse trabalho que tem sido feito e não estamos aqui no mundo da fantasia, nem noutros locais, a pensar que está tudo feito e que nada falta fazer, antes pelo contrário, há um desafio muito grande pela frente.

Existem situações que ainda hoje acontecem, mas que também aconteciam no passado e a diferença é que quer este Governo, sim, resolver essas situações,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Orador: ... ultrapassar essas dificuldades para bem servir os açorianos e não fingir, só porque estamos agora noutra situação governativa, que nada acontece e que está um “mundo rosa”.

Não! O mundo não é cor-de-rosa e a verdade é que existem problemas que este Governo está empenhado para resolver. É esta mais uma resposta e como tal, o Grupo Parlamentar do CDS, congratula-se, com a aprovação desta proposta, que é mais um contributo para melhorar o atendimento permanente nas nossas urgências e melhor servir todos os açorianos.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional que foi aprovado agora, aqui, neste momento, não resolve, nem pretende resolver todos os problemas de saúde nos Açores, mas a saúde é um direito que deve ser garantido de forma universal a todos os cidadãos.

Neste momento, e com a aprovação desta iniciativa, não posso deixar de realçar que ela terá o efeito incomparavelmente mais prático nas famílias

mais desfavorecidas. Aqueles que não têm hipótese de recorrer à saúde privada da Região veem nesta medida a possibilidade de terem também um direito de serem atendidos nos serviços de saúde públicos.

Este, sim, é um direito que não deve ser negado a ninguém. Está-se a fazer justiça, porque está-se a pagar devidamente aos profissionais de saúde, nomeadamente aos médicos, com base neste da DLR agora aprovado, mas está-se acima de tudo, a fazer justiça para com os açorianos e para com os açorianos, especificamente, mais desfavorecidos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Vamos então avançar para o ponto quinto da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII – “Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para a sua apresentação, tem a palavra o Senhor Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 levou à necessidade de adoção de diversas medidas excepcionais, entre as quais a contratação de profissionais de saúde, através de processos simplificados, com vista ao reforço rápido de meios humanos para o Serviço Regional de Saúde.

Esta simplificação justificou-se, há data, com o combate à pandemia, mas também com a recuperação da atividade assistencial, mais tarde, atividade adiada, que já contava com enormes listas de espera de consultas e cirurgias.

No entanto, com a simplificação de procedimentos, veio também o aumento da precariedade.

Não há dúvidas que, perante a enorme tarefa que o serviço regional tem ainda pela frente, a grande maioria dos profissionais contratados como reforço nos últimos 2 anos, continuam a ser não apenas necessários, mas acima de tudo fundamentais para o funcionamento dos serviços.

Ainda em 2020, no seguimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 60, de 2020, de 13 de março, foram contratados 304 trabalhadores a termo resolutivo para os diferentes hospitais e unidades de saúde da ilha dos Açores.

Posteriormente, tanto o Orçamento da Região para 2021, como Orçamento para 2022, criaram regimes excepcionais e simplificados para contratação a termo e prestação de serviço de profissionais de saúde.

Segundo dados do próprio Governo Regional, entre 25/11/2020 e 31/08/2021, foram contratados 671 profissionais de saúde, ao abrigo de várias modalidades de emprego público e programas de inserção profissional, ou contratos de prestação de serviços.

Destes 530, ou seja, 79%, eram precários nas mais diversas modalidades e 56% foram contratados ao abrigo de regimes excepcionais anteriormente referidos, os chamados contratos COVID-19, na gíria, que se tem neste momento no Serviço Regional de Saúde.

Conhecida a escassez de profissionais de saúde na região em várias carreiras, é urgente fixar estes trabalhadores e trabalhadoras.

Para além disso, o Serviço Regional de Saúde não pode, de modo algum, viver de trabalho precário.

Não é aceitável que numa região com tamanha carência de médicos e enfermeiros, só para citar alguns exemplos, haja, por exemplo, 131 enfermeiros e 99 médicos com vínculo precário, no Serviço Regional de Saúde, segundo os dados enviados pelo Governo Regional a este Parlamento.

Noutras carreiras, como os assistentes operacionais e assistentes técnicos fundamentais para o Serviço Regional de Saúde, temos mais de 250 trabalhadores precários no seu conjunto, contratados apenas entre novembro de 2020 e agosto de 2021.

É o próprio hospital de Ponta Delgada, o maior empregador do Serviço Regional de Saúde, que reconhece no seu Relatório e Contas de 2021, que mais de 15% dos seus trabalhadores têm contratos COVID, ou seja, foram contratados nos últimos dois anos e têm vínculos precários.

São mais de 300 trabalhadores.

Ao deixar esta situação, arrastar-se no tempo. O que o Governo Regional está a fazer é a tornar a precariedade cada vez mais normal no Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Se nada for feito, estes trabalhadores, perante a incerteza e instabilidade do seu vínculo, poderão muito bem rumar a outras paragens, onde encontrarão não apenas estabilidade, mas melhores condições de trabalho, condições remuneratórias e desenvolvimento de carreira.

É por isso urgente no imediato, criar um regime excepcional de integração dos trabalhadores contratados ao abrigo dos chamados contratos COVID e dos que desempenham necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde com vínculos precários.

Esta proposta constitui uma medida necessária e urgente não apenas para dar estabilidade à vida de centenas de trabalhadores e trabalhadoras, mas, acima de tudo, para dar estabilidade e mais recursos ao Serviço Regional de Saúde, melhorando assim o acesso à saúde nos Açores.

É essencial para também procurar mitigar algumas das carências estruturais dos serviços de saúde nos Açores. É tempo de tomar esta justa medida, integrar estes trabalhadores que são necessários hoje e no futuro, e assim, se reforça efetivamente o Serviço Regional de Saúde.

Disse.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça o favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta aqui uma proposta que tenta dar um tom de normalidade a uma situação excecional e transitória.

Isto é, os contratos celebrados no âmbito daquilo que foi a necessidade do Serviço Regional de Saúde no combate à pandemia tinham esta própria natureza excecional e transitória. Por isso, tinham regras especiais, omitiam um conjunto de exigências na contratação de profissionais ao nível da função pública. Isto é, foi uma solução especial para um tempo especial.

Houve uma necessidade (parece-me que é uma evidência de todos) de mais gente. Só em testagens, em vacinação é uma atividade fora daquilo que é normal, fora daquilo que é a necessidade permanente e o que tínhamos era, de facto, uma necessidade de acudir a situações emergentes em que precisávamos de ter muitos, muitos e muitos profissionais a dar a resposta

que a pandemia exigiu. E por isso é que foi criado este regime especial de contratação.

Extrapolar este regime especial de contratação para a situação normal corrente do Serviço Regional de Saúde parece-nos que não faz sentido e vou dizer porquê, apresentando alguns argumentos.

Desde logo, parte de um princípio de desigualdade, isto é, esses trabalhadores contratados pelos hospitais veriam o seu contrato convertido em contrato sem termo, mas os que trabalhavam na unidade de saúde da ilha, tinham que se sujeitar a um concurso.

Aquilo que o Bloco de Esquerda propõe é exatamente esta desigualdade.

Os contratados para a COVID, nos hospitais, não precisam fazer nada, é convertido e passam para o quadro;...

Deputado António Lima (BE): E foi o que aconteceu!

O Orador: Os contratados para COVID nos centros de saúde têm que ser sujeitos a um concurso. Isto é o primeiro o primeiro equívoco da vossa proposta que gostaria de assinalar.

Segunda questão: o princípio geral constitucional e legal da admissão em funções públicas, quer seja no sector empresarial do Estado, quer seja, nos contratos de trabalho em funções públicas, isto é, independentemente da natureza ser contrato individual de trabalho, ou contrato de trabalho em funções públicas, o princípio é o de concurso, de haver um procedimento concursal, que seja um concurso aberto.

Ora, com essa proposta viola-se também esse princípio constitucional e legal.

Para além disso, parece-me que não faz qualquer sentido essa similitude que o Bloco de Esquerda pretende fazer com os processos de regularização que decorreram das normas orçamentais que os permitiram. Porquê?

São coisas completamente distintas. Eu vou tentar explicar, porque é que parecem situações completamente distintas.

No caso, das regularizações no âmbito da norma orçamental, tratava-se de regularizar situações que estavam com o título, com a forma de contrato a termo, ou de prestação de serviços, mas correspondiam a necessidades permanentes, desde logo, pelo tempo em que as pessoas estiveram lá. Enquanto, que aqui não é isso que se está a passar. Aqui, é uma situação especial, transitória e identificada.

Por isso, parece-me que não é possível comparar, ou sequer chamar à colação esta norma que normalmente existia nos orçamentos de regularização de carreiras. Estava-se a falar em necessidades permanentes que estavam a ser assumidas de forma precária na forma e no modo.

Por isso, não me parece que faça qualquer sentido este tipo similitude.

Por outro lado, ao impor estas contratações, está a haver uma intervenção nas próprias competências de gestão de recursos humanos de cada unidade de saúde e de cada unidade hospitalar que ela, sim, tem a competência para gerir e para perceber quais são as necessidades. Ao impor isso, legislativamente, está a haver uma intromissão nas competências de gestão das unidades de saúde e dos hospitais.

Para além de tudo isso, que me parecem argumentos formais, procedimentais, legais e do próprio princípio daquilo que está aqui em discussão, há algo que me parece que é aqui, sim, ainda mais evidente, mais claro, mais determinante para a posição sobre esta proposta e que tem a ver com o seguinte:

Tem a ver com a circunstância deste Governo ter feito um esforço enorme para contratação de profissionais para o sector da saúde, para satisfazer necessidades permanentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso está a acontecer. Ora, se isso está a acontecer, por via daquilo que é legal, quer seja ao nível de contratos individuais de trabalho

dos hospitais, quer seja ao nível do contrato de trabalho, em funções públicas, em unidades de saúde de ilha,...

Deputado Francisco Coelho (PS): E aumentar as horas extraordinárias?

O Orador: ... para satisfazer necessidades permanentes, não se justifica agora transformar em necessidades permanentes aquilo foi uma necessidade especial, específica, transitória de combate à pandemia COVID.

Só para vossa informação, desde o início desta legislatura, até junho de 2022, e sem contar com números de julho e de agosto, só até junho 2022, foram contratados pelo Serviço Regional de Saúde, a tempo indeterminado, isto é, sem termo, para o quadro a título definitivo, 1.131 profissionais; 105 curiosamente a tempo indeterminado.

Deputado José Ávila (PS): E quantos saíram?

O Orador: Perdão! A tempo indeterminado 330 profissionais, peço desculpa pelo equívoco. Foram contratados um total de 1.131, que inclui esses trabalhadores, a tempo indeterminado, isto é, para o quadro, sem qualquer tipo de precariedade, 330; 165 contratos individuais de trabalho e, curiosamente, também o mesmo número em contrato de trabalho em funções públicas.

Só assistentes operacionais, que é que estamos aqui, fundamentalmente com a proposta que o Bloco de Esquerda penso que pretende salvaguardar, (só assistentes operacionais) foram contratados 140 assistentes operacionais. Em menos de dois anos foram contratados a título definitivo 140 profissionais para satisfazer necessidades permanentes.

Também foram contratados assistentes técnicos, 49 médicos. Só nesse período foram contratados 52 médicos a título definitivo, sem contar com médicos que estão em prestação de serviços, que estão com outro tipo de colaboração a tempo parcial, que tem outro tipo de vínculo.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas queremos saber tudo!

O Orador: Enfermeiros, foram contratados 160 enfermeiros, o que significa ter 15.

Processos de autorização – para além destes que já estão contratados, para satisfazer necessidades permanentes, processos de autorização em curso, a título definitivo: 531.

Médicos, mais 145;

Enfermeiros, 111;

Assistentes operacionais, 156 e,

Assistentes técnicos, 39.

Este volume significativo, penso que ninguém pode contestar a dimensão deste volume de contratação de profissionais para o setor da saúde, visa exatamente aquilo que a vossa proposta pretende fazer valer, que é satisfazer necessidades permanentes.

Ora, o que não nos parece que é responsável, até por uma questão de respeito pelas contas públicas e por aquilo que muitas vezes é afirmado como necessidade de contenção ao nível das contas públicas, é transformar aquilo que é necessidade transitória e excecional, em necessidade permanente.

Por sinal, o que aconteceu até agora, foi exatamente o contrário. Até há cerca de dois anos atrás, o que acontecia era transformar em necessidade transitória, necessidades permanentes, e utilizavam vínculos precários para satisfazer necessidades permanentes.

O Bloco de Esquerda, com a sua proposta, está a tentar fazer exatamente o contrário, a transformar em necessidades permanentes, aquilo que foi uma necessidade transitória e excecional daquele período de pandemia COVID-19.

São os argumentos que me parece que levam a crer que a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda tem estas dificuldades e não faz sentido que seja implementada no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Está inscrito o Senhor Deputado Francisco Coelho, a quem dou a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Quis o destino, quiseram os factos, que a agenda de hoje tenha sido dominada por assuntos que têm a ver com a administração pública e, sobretudo, com o Serviço Regional de Saúde, o que é ótimo, porque é bom percebermos todos que a administração pública, hoje, não é propriamente o velho manga de alpaca a pôr carimbos. A administração pública, hoje, é uma administração pública prestadora em que, em regra, mais de 70% da sua população, chamemos-lhe assim, trabalha em serviços operativos tão importantes como a educação e a saúde.

E já agora também é bom lembrar, até por isso mesmo, que a administração pública, de quem alguns estão tão mal falam, tem de longe, uma percentagem, por exemplo, de pessoal qualificado e licenciado, várias vezes superior à iniciativa privada.

Foi por isso com agrado que ouvi hoje o Senhor Deputado Paulo Estêvão, que tem recebido, ultimamente, sobretudo a partir de fins de 2020, um banho de razoabilidade e que viu a luz, embora no caso de ver a luz da razoabilidade, há uma estranha coincidência com o vislumbrar a luz de poder, que a administração pública é importante, que a administração pública e o Serviço Regional de Saúde devem ser defendidos.

E é bom saber que alguma direita, designadamente desta coligação, e tenho a certeza que mais uma vez o Senhor Deputado Paulo Estêvão terá aqui falado, como falo, na esmagadora maioria das vezes, como líder parlamentar da coligação, é esse o entendimento.

É verdade que há aqui uma história, e essa história não é escondida, antes, pelo contrário, é expressamente assumida pelo proponente ao dizer que é verdade que grande parte destas contratações foram feitas ao abrigo de legislação mais aligeirada por causa da COVID-19.

Numa altura, de resto, em que me parece que todos concordamos com isso.

Numa altura em que começámos a ver as imagens vindas da China, vindas da Itália, vindas de Espanha e numa altura em que todos, a humanidade em geral, teve medo, porque era uma doença desconhecida, porque era uma pandemia, porque não havia vacinas, porque não havia um tratamento.

Aliás, um político, um líder partidário regional, até disse, se não estou em erro, e não foi sequer na fase inicial, que talvez “seja melhor ser excessivo na prudência do que negligente na ação”. A minha citação pode ser um bocadinho transformista, mas creio que o sentido era exatamente esse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É quase tão transformista como isso!

O Orador: Agora resta saber o que é que aconteceu depois.

Porque a respeito do nosso Serviço Regional de Saúde, não bastam loas. É preciso provar na prática a sua essencialidade e é preciso também não cair em tentações, nem deslumbramentos.

O nosso Serviço Regional de Saúde, apesar do imenso que com a autonomia evoluiu, em termos de recursos, em termos de formação, em termos de instalações, em termos de equipamentos, em termos de aposta, em termos de deslocações, etc., continua a ter, como há pouco, noutra circunstância e noutra contexto, reconheci o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto, algumas fragilidades.

Eu diria mesmo bastantes fragilidades!

Não dominamos grande parte da legislação, como referiu o Senhor Secretário;

Temos uma carência grande, e continuamos a ter, de pessoal especializado, sobretudo ao nível médico, e temos que agradecer e lembrar alguém, designadamente a Escola Superior de Saúde dos Açores, se sentimos menos isso ao nível da enfermagem.

Também sabemos bem nalgumas ilhas, e não só, também nos hospitais, aquilo que pagamos para termos determinado tipo de médicos e determinado tipo de especialista e, portanto, talvez convenha aqui termos algum banho de humildade face às dificuldades que continuamos a ter.

Não foi por acaso, com certeza, e em coerência o Partido Socialista votou a favor, que ainda agora na iniciativa anterior nós aprovámos um regime excecional, para remunerar melhor o trabalho suplementar de médicos.

Ora bem, eu penso que não fará muito sentido nós pensarmos e concordarmos quase todos em remunerar melhor esses médicos, porque precisamos deles e acharmos que 99 médicos, se calhar estão a mais, e não devem ser contratados e ter uma posição não precária no nosso Serviço Regional de Saúde. Penso que há aqui alguma coisa que falha e, portanto, independentemente das necessidades da COVID, que criaram, obviamente, uma situação de emergência, a verdade é que o nosso Serviço Regional de Saúde, se queremos que tenha a excelência e corresponda às nossas necessidades, com os sobrecustos que a nossa realidade também implica, eu diria que esse pessoal, sobretudo esse pessoal de saúde, não está com certeza a mais. Pode e deve ser acomodado.

Também convém não esquecer, a respeito de critérios de objetividade e de justiça, e também saudamos, que o próprio proponente, o Bloco de Esquerda, apresentou uma proposta de alteração que, em nosso entender, traz aspetos importantes.

Traz aspetos importantes exatamente no sentido de seguir, a este respeito, a tradição e os critérios que a função pública em geral tem usado, quer a nível central, quer a nível regional, neste tipo de situações, ou seja, de exigência de

determinado tipo de requisitos, temporais do tipo de serviço que é prestado, de subordinação à hierarquia, ao horário e ao serviço, no sentido também de garantir que há critérios que essas pessoas serviram, que essas pessoas têm experiência e que o Serviço Regional de Saúde precisa delas.

De resto, esses critérios são muito semelhantes àqueles que durante muito tempo, nas leis do orçamento, nas nossas, e que inclusive, este Governo, no seu primeiro ano, no Orçamento para 2021, também usou, embora não abrangesse o Setor Público Empresarial, tenha usado, que é o de que as pessoas que têm esse vínculo de emprego público há mais de 2 anos, em nome da estabilidade, devem ter uma situação definida.

Senhoras e Senhores Deputados, vimos que a administração pública é essencial num estado moderno, prestador e de direitos. Vimos que um serviço nacional ou regional de saúde público é essencial, sobretudo numa região arquipelágica e com as nossas sobre dificuldades, mas também sabemos, que um dos dramas sociais, que hoje defrontamos é exatamente a precariedade laboral e, portanto, ela cria situações de injustiça que tem um conjunto de consequências, inclusive, a nível demográfico, a nível do investimento, a nível da estabilidade das famílias e das pessoas.

Senhoras e Senhores Deputados, até agora tivemos a dar loas ao Serviço Regional de Saúde.

Em nome dele, e a bem das populações, achámos por bem criar um regime excecional para pagamento de horas extraordinárias aos médicos.

Não faz sentido nenhum, a seguir, que, quem deu essas loas, esteja disposto a dispensar 99 médicos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso!

O Orador: ... e mais de uma centena de enfermeiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é demagogia e o senhor sabe que não é verdade!

O Orador: Portanto, o Partido Socialista, com a mesma coerência com que votou o diploma anterior, vai votar favoravelmente este diploma com as alterações que lhe foram introduzidas.

Creio que quem gosta verdadeiramente do Serviço Regional de Saúde, quem acredita na sua essencialidade, quem quer melhorar a saúde dos açorianos, e o nosso progresso, só pode votar a favor deste diploma.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Creio que, em consciência, nenhum cidadão, alguma vez entenderá que são exagerados os meios disponíveis em qualquer serviço de saúde, muito menos nas nossas ilhas, onde a dispersão e a dificuldade de recrutamento, a exiguidade dos meios financeiros que hoje temos, naturalmente, são fatores que tornam mais difícil a existência, ou a configuração, de um serviço de saúde, que corresponda àquilo que é sempre a expectativa de qualquer cidadão, quando o infortúnio lhe bate à porta ou de um familiar e é confrontado com a prestação de serviços de assistência e de tratamento, sejam eles de natureza mais simples, ou mais complexa, através dos profissionais de saúde.

Dito isto, é bom sublinhar também, que o Governo Regional da coligação do PSD, do CDS, do PPM, com os seus parceiros de incidência parlamentar, tudo fazem e tudo tem vindo a fazer para efetivamente melhorar aquele Serviço Regional de Saúde que nos foi deixado pelo Partido Socialista, que acredito que também tenha diligenciado para disponibilizar aos açorianos o

melhor que pudéssemos ter, mas que objetivamente não pode deixar de ser sujeito a uma avaliação objetiva, factual, da exiguidade dos recursos com que nos confrontamos a partir de outubro, novembro de 2020, com a gravíssima dívida que foi deixada do Serviço Regional de Saúde, na ordem das muitas centenas de milhões de euros, que não pode continuar a ser empurrada para a frente para as gerações futuras. É uma responsabilidade que qualquer Governo, e este tem, também de resolver esse problema, porque condiciona efetivamente os investimentos que hoje são necessários na saúde.

A proposta do Bloco de Esquerda é uma proposta muito generosa, mas tem tanto de generosa, quanto tem de demagógica.

E julgando que o Bloco de Esquerda tinha levado ao limite a demagogia, devo dizer, Senhor Deputado António Lima, que foi trucidado, absolutamente ultrapassado, pela intervenção do Senhor Deputado Francisco Coelho, do Partido Socialista, em demagogia.

Desde logo, querendo insinuar, que quem porventura vote contra este diploma, é porque não gosta do Serviço Regional de Saúde.

Quem não aprovar este diploma, não está ao lado dos trabalhadores do Serviço Regional de Saúde.

Quem não votar a favor deste diploma está a favor da precariedade no Serviço Regional de Saúde. E assim sucessivamente.

Temos efetivamente de pôr termo à precariedade, seja no Serviço Regional de Saúde, seja nos outros domínios da administração pública regional, como este Governo da coligação, com os seus parceiros de incidência parlamentar, tem vindo a fazer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!!

O Orador: ... passando pela educação, passando, como já fizemos hoje, relativamente a algumas carreiras da área da saúde, como já fizemos anteriormente, relativamente aos técnicos de diagnóstico terapêutica e

continuaremos a fazer noutros domínios onde ainda esse trabalho não está concluído.

Mas uma coisa é trabalhar, garantir mais estabilidade, outra coisa, seria fazer uma gestão pouco razoável, populista e demagógica, como o Bloco de Esquerda procura fazer através desta iniciativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Bloco de Esquerda, habituou-nos a ser o Bloco de mais; por mais que se dê, justamente, a algum trabalhador, ou a algum setor da atividade da região, seja ela pública ou privada, o Bloco de Esquerda acha sempre que é pouco e propõe mais. Propõe sempre mais.

E até hoje, neste diploma, também já propõe mais, porque a versão que temos, porventura, com a proposta de alteração que o Bloco de Esquerda apresentou, acrescenta mais ao que havia apresentado a alguns meses atrás, quando deu entrada este diploma. Portanto, já não são só os contratados ao abrigo de situações excecionais, e naturalmente decorreram e foram por todos compreendidas e atendíveis, decorrentes da COVID, mas agora são também todos os outros que, entretanto, estejam em situação precária ficariam abrangidos por esta legislação.

Portanto, o Bloco de Esquerda dá tudo a todos e todo o tempo,...

Deputado António Lima (BE): E isso é mau!

O Orador: ... fazendo lembrar aquela velha técnica socialista, que é de prometer o que não tem e dar o que não é seu.

Pois eu acho que quem tem responsabilidades governativas não pode alinhar, não se pode deixar levar nessa onda de populismo, que é de dar tudo a todos e a todo o tempo.

Com isto não quer significar, muito pelo contrário, que não haja trabalhadores que precisam de ter mais estabilidade no Serviço Regional de Saúde. Com certeza que sim. E é para isso que durante este mandato do Governo da coligação já foram abertas mais de 400 vagas para contratos de trabalho em funções públicas e mais de 500 em contratos individuais de trabalho.

Deputado António Lima (BE): Está quase tudo por preencher!

O Orador: Portanto, isso concorre, significativamente, de forma séria, responsável e acautelando também as finanças públicas regionais para uma maior segurança, estabilidade e usufruto de direitos dos trabalhadores precários que estão na administração pública regional.

Agora coisa diferente foi a contratação destes para os fins que nós sabemos que estiveram ligados à pandemia e não deixa de ser curioso que o Bloco de Esquerda caia na contradição de ter aprovado, aqui, no Orçamento de 2021, uma norma que diz que excecionalmente, sem uma tramitação de formalidades a que naturalmente sujeitam os concursos públicos, que fossem contratados açorianos, ou não açorianos, trabalhadores para garantir a indispensável prestação de cuidados de saúde no âmbito da pandemia da doença COVID. E depois, continua o artigo, “enquanto a situação se mantiver” (se mantiver!).

Depois, no artigo seguinte, que o Bloco de Esquerda também aprovou, aliás, foram dois artigos aprovados por unanimidade, também o Bloco de Esquerda voltou a apoiar e a aprovar a contratação excecional de trabalhadores para implementar e executar o processo de vacinação.

Portanto, esses trabalhadores, em rigor, não são trabalhadores precários na administração pública regional. Sabe porque é que não são?

Foram contratados para um fim específico...

Deputado António Lima (BE): Não foram? Explique lá!

O Orador: ... para um determinado tempo e, portanto, eu creio que ao assinarem esse contrato, os trabalhadores não tinham a expectativa, porque ninguém lhes fez essa promessa, de que estavam a entrar definitivamente para a administração pública regional. Estavam a entrar para prestar aquele tipo de serviço.

Coisa diferente são as necessidades permanentes do Sistema Regional de Saúde.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como é que foram contratados ao âmbito do COVID?

O Orador: Essas sim, são identificadas pelos órgãos de gestão das unidades de saúde de ilha, pelos órgãos de gestão dos hospitais e, na sequência dessa avaliação, são abertos os processos concursais que levam efetivamente à integração dos quadros.

Agora, numa coisa também me espanta, ou talvez não, porque no fundo, enquadra-se na demagogia do Bloco de Esquerda,...

Deputado António Lima (BE): Demagógico é o senhor e a sua bancada!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é demagogia!

O Orador: ... a proposta que é de criar uma exceção, mas ao contrário, isto é, deixar de ter naquilo que é o critério para a entrada na função pública, que naturalmente tem que estar sujeito às normas legais aplicáveis, observando, entre outras coisas, princípios de publicidade.

Então, os trabalhadores que foram contratados se fosse para serem depois transformados esses contratos para um fim e tempo específico, em contratos definitivos, provavelmente teria havido mais gente disponível, porque isso era uma entrada rápida na administração pública e, portanto, não só o princípio da publicidade prévia, da igualdade de oportunidades, da imparcialidade, da boa-fé e da não discriminação.

O Bloco de Esquerda, que se costuma arrogar como o grande defensor das igualdades, acaba por não respeitar, com esta proposta, o princípio da

igualdade de oportunidades, da imparcialidade, da boa-fé e da não discriminação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque, além disso, também há ainda um problema de gestão, de responsabilidade e de racionalização dos meios financeiros da região, naturalmente que não podemos acompanhar esta proposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras para com estas pessoas é **muito obrigado**. Nós passamos um momento muito difícil e estas pessoas foram verdadeiros heróis. Ponto Final.

Isto não é para discutir; não é para estarmos aqui a fazer política com isto. Essas pessoas deram tudo.

Agora vamos falar de coisas a sério. Eu vi, daquela bancada, o Senhor Deputado Francisco Coelho a dizer uma coisa que, enfim, a mim incomodou-me bastante.

Em traços gerais nós costumamos a dizer que “quem não é para mim, é contra mim”, e eu não gosto disso. Não é assim que funciona.

Quer dizer, as pessoas vão ser contratadas, temporariamente, para uma função; sabem o prazo. E depois nós chegamos aqui e dizemos: “Não! Vai tudo para administração pública!”

Deputado António Lima (BE): O senhor já aprovou isso!

O Orador: Não é assim que funciona e não é pelo facto de se votar a favor ou contra, e confesso que as palavras do Senhor Deputado Francisco Coelho para o Chega até foram decisivas.

É esta a nossa diferença!

Não é premiando assim: abre-se as portas e entre toda a gente! Venham a eles! Maravilha!...

O Senhor Secretário, disse e é assim que deve ser: deve ser feito o concurso; deve-se dar oportunidade a todos.

Obviamente que eu gostaria que estas pessoas fossem elas as escolhidas, fossem elas a entrar, porque nós temos essa gratidão, mas a gratidão não se paga com o dinheiro dos contribuintes.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os senhores vão ver a diferença, sobretudo ao nível da educação!

O Orador: Não se faz assim, não se abre uma porta e vamos dizer, muito obrigado, meus amigos.

Eu até vos dou um exemplo (e agora temos o quadro, posso ver que tenho tempo). Colocaram-me esta questão, em relação às escolas, os trabalhadores dos programas etc.:

“Oh, pá, mas as pessoas que já lá estão...”

Eu disse: já lá estão, mas eu não sei se são as pessoas competentes, eu não sei se são as melhores pessoas. Para isso é que existem os concursos; para isso é que nós acreditamos nesse tipo de processo. Para isso é que devem as coisas existir.

Eu acredito, piamente, que muitas destas pessoas (até arrisco, a maioria) são pessoas muito competentes, são pessoas muito dedicadas, mas pronto!...

Então se são, obviamente, que num concurso público vão ser escolhidas, suponho eu. Suponho eu que assim será.

Eu não compreendo é que desta...

Deputado António Lima (BE): Eles já passaram essa fase da seleção!

O Orador: ... forma se façam as coisas.

Eis a diferença entre vocês e aqui deste lado: é que nós não pagamos às pessoas, nós não andamos a pagar às pessoas, nós damos aquilo que é de mérito. Isso chama-se mérito. As pessoas vão por mérito.

Agora chegar aqui uma coisa que já havia um contrato, já havia um prazo e chegar ali e dizer: “não!... Pronto, vai tudo para dentro!”

Os senhores gostam de engrossar a administração pública, mas depois alguém vai ter que pagar. Isso depois também já não é convosco. Mas não é assim que deve ser.

Deve haver critérios e esses critérios estão a ser definidos.

O Secretário diz, e eu tive que o ouvir primeira para isso: vai haver concursos.

Senhor Secretário, nós falámos nisso há bocado: o Serviço Regional de Saúde, nós temos que cuidar dele.

Nós temos que cuidar de quem cuida de nós.

Há necessidade de mais pessoas? Pois, essas pessoas têm que entrar.

Trabalho precário nada! Não tem que haver! Tem que haver, é pessoas motivadas, pessoas que estão ali.

Agora não assim o processo. Eu discordo! Não é assim o processo.

O processo é entrando pela porta certa; não é entrando (até arrisco a dizer, em bom popular) pela porta do cavalo.

Não é assim, senhores, não é! Não é, não é!

E os senhores, o que estão a fazer, é a enganar as pessoas estão a criar esperança às pessoas de uma coisa que não é razoável e eu peço desculpa, as coisas são como são: branco é branco, preto é preto.

Não há aqui coisas que a gente vai inventar, e os senhores o que estão a fazer é claramente a enganar estas pessoas; alguns deles até já me ligaram a esse respeito. E acho que é inaceitável.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está mais razoável!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Diz o Senhor Deputado Francisco Coelho, que eu estou muito mais razoável.

Deputado Francisco Coelho (PS): E de que maneira!

O Orador: Pois eu devo lhe dizer, Senhor Deputado, que Vossa Excelência parece-me muito menos razoável.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso se calhar é porque não estava atento!

O Orador: E também lhe quero dizer, Senhor Deputado, que a sua argumentação tem alguns vícios em relação à razão, digamos assim.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E virtudes!

O Orador: E a questão é esta: então o Senhor Deputado Francisco Coelho disse aqui: “não, não! Estes meios que foram contratados para aquele fim, perante aquela conjuntura específica, são essenciais, são muito necessários para o sistema.”

Então, se é assim, porque é que o Governo do Partido Socialista não os tinha contratado anteriormente à conjuntura da COVID?

Deputado Francisco Coelho (PS): Não os tinha contratado como?

O Orador: Se era assim, se eram necessários, se eram necessidades permanentes, por que razão essas necessidades permanentes não estavam já resolvidas? A pergunta que lhe faço é essa.

Essas necessidades permanentes foram nestes meses, Senhor Deputado, em que o senhor mudou do lado da bancada?

Deputado Francisco Coelho (PS): Dois anos!

O Orador: Agora é que acha que essas são necessidades permanentes?

Então o que eu lhe pergunto – não é uma pergunta lógica, Senhor Deputado – , é, então se são necessidades permanentes, se eram necessidades

permanentes, porque é que os Senhores Deputados não os tinham já contratado? Porquê? Não tem lógica, pois não?

Deputado Francisco Coelho (PS): A “lógica da batata” nem sempre existiu!

O Orador: Porque a lógica que defenderam é que eram necessidades específicas que tinham a ver com o surgimento da COVID-19 e dos meios, que eram necessários para responder à COVID-19.

Por isso, Senhor Deputado, não percebo o argumento, não o acho razoável.

Diz Vossa Excelência também que estamos juntos numa coisa, que é na defesa da administração pública.

Sabe qual é um dos pilares da administração pública?

O concurso!... O concurso público!...

O concurso público é um dos pilares fundamentais, porque o concurso público permite-nos perceber, permite-nos ter a certeza, que é com mérito que essa pessoa lá chega em igualdade de circunstâncias. Com mérito, em igualdade de circunstâncias, concorrendo.

Portanto, um concurso e uma administração pública são fatores essenciais. Concurso público é algo que não pode ser separado de uma boa administração pública.

Deputado António Lima (BE): E as nomeações?!

O Orador: Já terei oportunidade de falar com Vossa Excelência, Senhor Deputado António Lima.

Há uma coisa que aprendi nos debates parlamentares, é que tem que ser um de cada vez.

Agora estou a tratar do assunto com o Senhor Deputado Francisco Coelho. Já me vou dirigir a Vossa Excelência a seguir e também ao Senhor Deputado Nuno Barata. Um de cada vez!

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi posto em lista de espera, Sr. Deputado!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É verdade! Há aqui uma lista de espera e por isso eu tive que escolher e escolhi Vossa Excelência, que é o caso mais grave.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mais crónico!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: Por isso, Senhor Deputado, o que lhe estou a dizer é que Vossa Excelência está a fragilizar este pilar do concurso público.

E depois eu quero dizer-lhe também que está a fragilizar outro fator, que é o fator da autonomia da instituição do Serviço Regional de Saúde, em relação ao conjunto de necessidades que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista achavam que eram transitórias e que eram necessidades que tinham a ver com uma conjuntura específica, que era para combater a COVID.

O Partido Socialista achava isso. Senão, se não achasse isso, tinha entrado logo toda a gente e tinham contratado por tempo indeterminado. Mas não fizeram isso.

Não fizeram isso, porque achavam que era algo que tinha a ver com aquela conjuntura específica.

Por isso, o que eu quero dizer-lhe, é que devem ser as instituições, no âmbito da sua autonomia, a defender aquelas que são as suas necessidades setoriais, o que é que necessitam: de enfermeiros, de médicos, de funcionários; quais são as suas necessidades, tendo em conta que se ultrapassou agora esta conjuntura específica e depois a resposta que foi preparada naquela altura para combater uma pandemia, é uma resposta diferente daquela que é agora necessária para viver em tempos normais.

Ou seja, com certeza que as necessidades são diferentes. Os especialistas são diferentes, os funcionários são diferentes, as valências são diferentes.

Uma coisa bastante diferente é preparar para uma conjuntura de urgência, uma pandemia, outra coisa é preparar uma instituição para viver numa situação de normalidade, onde com certeza, são outras as necessidades, são outras as urgências, são outras as questões mais prementes ou menos prementes.

Portanto, é isso que quero dizer-lhe.

Senhor Deputado, vamos aqui ao plano – o ser razoável.

Vossa Excelência acha que agora, aumentando a despesa de repente, numa só tacada em 7.000.000 de euros (cerca de 7.000.000 de euros) anualmente, acha que isto é ser razoável, numa conjuntura como estamos a enfrentar, que é uma conjuntura da maior dificuldade, em que é necessário acudir a muitos setores, a todos os setores.

O dinheiro não estica, não chega a todo o lado.

E o senhor acha que é razoável encaixar esta despesa neste momento, nestas circunstâncias, sem concurso público, sem ter, de facto, agora diferenciado aquilo que é específico e que era fundamental para combater uma pandemia e agora que é necessário nas nestas novas circunstâncias desrespeitando o concurso público, desresponsabilizando e retirando competências também a nível das entidades autónomas, porque são entidades autónomas e são elas que estão preparadas para definir aquelas que são as suas necessidades?

É necessário melhorar a resposta?

É! É necessário melhorar a resposta!

Deputado Carlos Silva (PS): Ah, mas não dizia isso antes!

O Orador: Isto é como a aquela questão da “galinha dos ovos de ouro”.

Senhor Deputado, agora que estou aqui neste lado, e estou mais razoável, diz Vossa Excelência, eu gostava de responder a todas as necessidades de uma só vez.

De resolver todos os problemas. Eu tenho tantos problemas para resolver. Eu gostava de conseguir responder a tudo, mas não é possível.

Tem que se ser razoável. É necessário conseguir chegar a todos os setores, não apenas à saúde, mas a outros setores também: à educação, que temos problemas tremendos, à desigualdade social, que temos problemas tremendos e que agora são problemas com um outro potencial, vivendo agora a esta conjuntura.

É necessário chegar a muitos lados e chegar apenas a um, dois ou três sítios, significa que não se vai chegar a muitos outros setores que são também fundamentais.

Temos que dar respostas globais a uma situação global. Por isso, Senhor Deputado, eu considero que nesta matéria o Partido Socialista definitivamente não está a ser razoável e mais, há aqui uma contradição.

Porque Vossa Excelência parte, desde o início, de que estas eram necessidades permanentes. Se eram necessidades permanentes por que razão Vossas Excelências não contrataram, não criaram este vínculo, do ponto de vista dos funcionários?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque é que não abriram concursos?

O Orador: Porque é que não abriram os concursos? Porque é que não colocaram estas pessoas no quadro? Porque é que Vossas Excelências não o fizeram? E porque é que Vossa Excelência chamaram a esta situação uma situação provisória de combate a uma pandemia que tinha dificuldades específicas? Essa é a sua contradição, Senhor Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu pensei que tinha sido claro na minha intervenção inicial sobre alguns aspetos que têm a ver com este diploma.

No entanto, na sequência da intervenção do Senhor Deputado Francisco Coelho, constatei que não terei sido claro, porque o Senhor Deputado Francisco Coelho insistiu até na tese de que se quer dispensar 90 médicos, como se isso fosse verdade. Isso são absoluta falácia.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Ah, não quer?

O Orador: O que queremos é contratar mais médicos e mais médicos. Por isso é que estamos aqui com vários procedimentos em curso e alguns deles, infelizmente, ficam pelo menos parcialmente desertos para sua informação.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Ah ficam desertos e deixam estes ir embora!

O Orador: Ninguém está a mandar embora.

Se fosse mesmo para isso, Senhor Deputado, sabe, na unidade de saúde da Ilha Terceira, estão a decorrer um concurso para seis médicos de medicina geral e familiar. São concorreram três. Se há assim tantos médicos o senhor que os mande para cá, eles que concorram para os concursos que ficam parcialmente desertos. É isso que queremos!

Agora essa contradição da coligação PS/Bloco de Esquerda, de querer fazer crer...

Deputado António Lima (*BE*): E a coligação PSD/Chega? Essa é que é boa!

O Orador: ... não querem converter os contratos COVID em contratos definitivos, mas não querem contratar profissionais, isto é uma absoluta

falácia, porque estamos a contratar e queremos contratar. Estão abertos procedimentos para contratar e a questão de fundo é exatamente esta.

Eu tive oportunidade de referir, mas vou voltar a reiterar que só a tempo indeterminado para o quadro, a título definitivo, já foram contratados até junho de 330 profissionais para a saúde. Só assistentes operacionais são 140; 49 assistentes técnicos. Estes, sim, para satisfazer necessidades permanentes que também havia no vosso tempo, e que os senhores não satisfizeram. Mas nós estamos a resolver.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Costa (PS): À data da sua contratação.

O Orador: Este Governo é que está a contratar.

Só em médicos, em cerca de um ano, foram 52.

Só para Senhor Deputado ter a consciência do que é que está aqui em causa, somando os últimos dois anos de Partido Socialista, 2019 a 2020, nem sequer chegou a este número. Foram contratados menos em dois anos do que num ano por este Governo.

Estamos a contratar estes enfermeiros, acabámos com a precariedade de algo quer indigno e que os senhores alimentaram durante anos, anos e anos, que são enfermeiros que estão a fazer a sua formação, que implica um estágio em contexto profissional e os senhores obrigavam a fazer mais um Estagiário L para estarem no Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, DS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Este Governo não tem um estagiário (um estagiário!) em funções no Serviço Regional de Saúde. Todos eles estão a ser contratados.

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda não aprovaram a lista!

O Orador: Por isso, a falácia de fazer crer às pessoas, em desrespeito pela inteligência delas, de que eles não querem converter os contratos COVID em contratos definitivos e também não querem contratar as pessoas estão a dispensar 90 médicos.

Homessa!...

Alguém pode acreditar nisso sabendo os concursos que estão a decorrer, o número de profissionais que temos contratado?

Eu acabei de dizer: os concursos estão a decorrer! Alguns deles ficam parcialmente desertos, porque os médicos não concorrem, infelizmente.

O senhor vem dizer que estamos a dispensar 90?

Mas gostava que o senhor me explicasse isso da maneira mais clara possível, como é que nós abrimos concursos, são autorizados...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não consigo atingir!

O Orador: Eu é que não consigo!

Só para médicos...

Deputado Francisco Coelho (PS): Em 98 tinha cerca de 1000 trabalhadores que estavam nessa situação, que vocês deixaram!

O Orador: 98? 98? Poça!... Ai Nossa Senhora!

Em 2021 e 2022, este Governo, já contratou 52 médicos, 160 enfermeiros e, para além disso estão a decorrer concursos, autorizações para mais 145 médicos. E o senhor tem a coragem de dizer que estamos a dispensar 90.

Deputado Francisco Coelho (PS): 99!

O Orador: Estamos a abrir concurso para contratar 145 e o senhor tem a coragem de dizer que estamos a dispensar. Isto é uma absoluta falácia.

Entendamo-nos: o que estamos a fazer aqui é a cumprir a lei e com concurso...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu gostava que explicasse 145, mas deita fora 99!

O Orador: Mas quem é que está a dizer que deita fora? Ninguém está a dizer que deita fora. Os concursos estão abertos, as pessoas podem concorrer, é preciso ter algum descaramento, para além de coragem, algum descaramento, para querer dizer que estamos a dispensar profissionais de saúde.

Não estamos a dispensar profissionais de saúde. Queremos que eles venham para o Serviço Regional de Saúde. Este Governo está a fazer mais do que algum Governo do PS algum dia fez,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Como sempre!

O Orador: ... contratar profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, técnicos superiores, diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais, assistentes técnicos.

Como referi, só para título definitivo, são 531 processos que estão em curso. Por isso essa falácia que o Bloco de Esquerda na coligação com o PS está a querer dizer, que não querem converter contratos COVID em contratos definitivos, nem querem contratar, isto é falso, porque estamos a contratar. O que não me parece que é correto, é este princípio da desigualdade que estão a disseminar,

que era, quem fez contratos COVID nos hospitais não precisa fazer concurso, vai logo para o quadro.

Se for na Unidade de Saúde de Ilha ou no Centro de Saúde, tem que fazer um concurso.

Deputado António Lima (BE): Está na lei!

O Orador: É isso que os senhores estão a criar: a desigualdade!

Portanto, deste lado há igualdade, respeito por todos e, sobretudo, um esforço baseado em determinação e vontade política de reforçar o Serviço Regional de Saúde.

Não são palavras, são números. Neste momento, já temos mais médicos do que em novembro de 2020, já temos mais enfermeiros do que novembro de 2020, temos mais e queremos ter mais, porque estão a decorrer concursos para integrar todas essas pessoas no âmbito daquilo que é a lei, o sentido de Estado e de cumprimento daquilo que são as responsabilidades de cada um, num processo desta dimensão.

O facilitismo já percebemos que é o caminho de alguns. O facilitismo raramente dá bons resultados, o facilitismo com que o Governo Regional do Partido Socialista anterior, e os sucessivos governos, lideram com a saúde, vimos quais foram os resultados que deram

Agora a saúde está a ter aqui um conjunto de decisões que visam o seu reforço, desde logo, com a contratação de profissionais de saúde, que estamos a fazer e há um conjunto vasto de procedimentos que estão a decorrer, coisa contrária àquilo que é a vossa tese e a vossa argumentação, que não tem qualquer fundamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor.

Deputado António Lima (BE): Eu inscrevi-me, Sr. Presidente.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): E eu estou inscrito já quase a uma hora!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado António Lima, está ansioso para botar falhadura. Já quase que me esqueci do que é que queria dizer, imagine lá o senhor ao tempo que eu tenho escrito. Tal é o ping-pong parlamentar que a sua proposta já gerou nessa Casa.

Como é óbvio, e tem acontecido amiúde, o Bloco de Esquerda, apoiado nesta senda pelo Partido Socialista, finge perante os cidadãos que vai resolver o problema dos precários criados com o COVID-19.

Deputado António Lima (BE): Propõe! Não finge! Propõe!

O Orador: Não! Desculpe, finge!

Deputado António Lima (BE): O senhor quando apresenta proposta aqui, não finge! Propõe! Seja sério!

O Orador: Finge que vai resolver o problema dos precários contratados para resolver o problema do SARS-CoV-2, COVID19.

E finge, porquê? Finge porque no seu preâmbulo fala nestes trabalhadores, mas depois no articulado, diz, e bem, que é por concurso público, que é como tem que ser, alguns.

Ora, se é por concurso público, nada nos garante que são esses que tiveram trabalhando para colmatar necessidades eventuais com os problemas derivantes da COVID-19, que vão ficar no Serviço Regional de Saúde. Essa é que é a questão do fingimento...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Alguns!

O Orador: Está lá os concursos públicos na mesma. Fui ver.

Deputado António Lima (BE): É obrigatório!

O Orador: Ah!... É obrigatório!

Estão o senhor tinha que ter alterado também o preâmbulo da iniciativa para não dizer às pessoas que vai resolver uma coisa que, afinal, por lei, não pode resolver.

Este é que é o fulcro dessa questão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Este é que é o problema que está aqui, quer na proposta inicial, quer na substituição. Esta que é a mesma questão.

Deputado Carlos Silva (PS): O problema está no preâmbulo!

O Orador: Está sempre em todo o lado. O preâmbulo faz parte do diploma e obviamente, se o diploma não vai resolver aquilo que está no preâmbulo, quer dizer que o proponente está a dizer às pessoas uma coisa que, na verdade, não vai fazer no articulado do diploma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Esta é para mim uma questão bastante clara. Mas mesmo acreditando que todas as pessoas que foram contratadas no âmbito das necessidades eventuais que apareceram com a emergência de SARS-CoV-2, eram necessárias, para colmatar necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde, então não tínhamos que ter chegado a 2022 para isso acontecer.

O que me parece é que não é bem assim, não é bem verdade.

No entanto, permita-me, Senhor Secretário, e este é um repto que lhe deixo: o Governo Regional deve continuar empenhadamente, penhoradamente, mesmo que prejudicando outros investimentos noutras áreas, mesmo que prejudicando o funcionamento noutras áreas, porque o dinheiro não estica (a gente já sabe e há um Deputado muito complicado, que não permite orçamentos com um aumento de dívida, mas esse Deputado lá sabe as razões, porque não permite o aumento de dívida) é fundamental que o Senhor Secretário se empenhe, penhoradamente, em resolver aquelas que são as necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde e isto é que é importante que fique aqui garantido do debate deste diploma, porque tudo o resto é mera chicana política, mero bate bolas de ping-pong político e nisto não contem com o tal Deputado que é complicado e que não quer ver aumentar a dívida da Região Autónoma dos Açores, pelo contrário, quer ver

se ela, ao fim desta legislatura, dure ela o que durar, está mais baixa. E não é só no Serviço Regional de Saúde e não é só na SATA. É em tudo.

É preciso contenção, é preciso rigor na gestão, e é preciso acima de tudo avaliar as prioridades e despender as verbas disponíveis naquilo que de facto é prioritário, deixando de parte aquilo que é, como disse já hoje aqui o Senhor Deputado José Pacheco, “pão e circo”.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mais circo do que pão!

O Orador: “Pão e circo” foi aquilo que andámos a fazer até agora e que deu no resultado que deu.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Para já, prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A coligação e o Governo neste diploma, cerraram fileiras e foram buscar os reforços. Até precisaram do Chega, embora não tenha ajudado muito.

(Risos da Deputada Alexandra Manes)

E tudo isso para reprovar esta proposta.

Para reprovar e garantir que esta proposta era reprovada, era chumbada, para não terem efetivamente nenhuma surpresa.

Finalmente, talvez começaram a trabalhar, como uma coligação e um conjunto de partidos deveriam trabalhar, e talvez estejam a aprender neste momento. Mas de facto, os argumentos que utilizam são risíveis.

Em primeiro lugar, o Senhor Secretário Regional diz que a proposta, e para rebater um ao outro, aqueles que efetivamente são mais óbvios, trata os trabalhadores dos hospitais de uma forma e os das Unidades de Saúde de outra.

Senhor Secretário, quem criou os hospitais EPE não foi o Bloco de Esquerda.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): A proposta é do Bloco de Esquerda!

O Orador: Quem criou os hospitais EPE não foi o Bloco de Esquerda. Como sabe, eles têm regimes diferentes.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não esteja a insinuar que foi a coligação!

O Orador: Eles só têm regimes diferentes.

Obviamente que têm que ter tratamentos diferentes, porque a lei assim o determina, como sabe.

Aliás, o mesmo se passou a nível nacional no Serviço Nacional de Saúde, com o Decreto-Lei do Governo da República, que fez exatamente o mesmo, com diferenças substanciais, não só porque a Região é diferente, tem características próprias, mas também por opção política do proponente do Bloco de Esquerda. Por exemplo, não limitamos o número, não criamos um número limite de contratações, como fez o Governo da República.

E porquê? E vamos às necessidades permanentes. E este curioso argumentário de que nós, o que temos que fazer, é mandar estes trabalhadores para o desemprego e abrir concursos para encontrar outros. É isso que vai acontecer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Todos estes trabalhadores, irão terminar o seu vínculo irão com o desemprego. É tão simples quanto isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas isso foi o que o senhor aprovou aqui!

O Orador: É tão simples quanto isso!

Porquê? Diz a coligação: “ah, mas estes trabalhadores foram contratados para uma função específica.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que disse isso!

O Orador: Bem, eu dei-me ao trabalho de ler, por exemplo, os relatórios e contas dos hospitais da região. Não li os relatórios das unidades de saúde de ilha, porque eles, ao contrário do que a lei determina, não são publicados. Viva a transparência!

Mas li dos hospitais. E há hospitais que tecem loas à sua grande gestão: temos mais trabalhadores neste momento, em 2021, temos mais médicos, mais assistentes operacionais, mais enfermeiros. E nós vamos ver e, afinal, por exemplo, no hospital de Ponta Delgada, do pequeno aumento de trabalhadores que há, 300 são trabalhadores ao abrigo dos tais contratos COVID.

Depois nós temos semanalmente a famosa *newsletter* do Hospital de Ponta Delgada a tecer loas ao trabalho que tem feito, ao seu próprio trabalho, que tem feito. Com quê? Com os trabalhadores precários, que, diz a coligação, não são necessários. Não são necessidades!

E o Senhor Secretário vem para as notícias, para o telejornal,...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ninguém disse isso! Não ponha na nossa boca palavras que não dissemos!

O Orador: ... para os jornais, dizer que está a reduzir as listas de espera, está a aumentar o número de consultas.

Com quem? Com os trabalhadores que os senhores querem mandar para o desemprego que dizem que não são necessários.

Mas afinal, esses trabalhadores servem para o Senhor Secretário fazer propaganda do trabalho que diz que anda a fazer, mas não servem para colmatar as necessidades daqui para a frente.

Serviram para fazer a vacinação,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não foi para isso que foram contratados?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Os concursos estão abertos!

O Orador: ... para vacinar todos os açorianos, mais do que uma vez, mas não servem para o futuro.

Os 133 enfermeiros!

Ainda há pouco tempo ouvi um administrador de um hospital, numa entrevista na rádio, dizer que mais enfermeiros houvesse, mais enfermeiros contratavam.

O que é que o Governo acha? Acha que não vale a pena converter esses 133 contratos dos enfermeiros em contratos permanentes. Vamos mandá-los embora e vamos fazer novo concurso, porque estes que serviram para fazer a vacinação para o reforço do trabalho, não servem para o futuro.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Não apoiado!

O Orador: É isso que o Governo nos diz.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Demagogia!

O Orador: Mas já agora, e aproveitando a latitude que o Senhor Presidente também dá, eu não posso deixar de achar curioso que, e pegando também um pouco no assunto das horas extraordinárias e da produção neste caso adicional, que grande parte, do aumento da produção que se está a haver, por exemplo, no Hospital de Ponta Delgada, não se deve à produção programada (aliás, esta tem reduzido relativamente a 2019, por exemplo), mas sim à produção adicional que, por exemplo, em cirurgias, passou de 409 cirurgias em produção adicional em 2019, para 1.610 em 2022, enquanto a produção regular, a produção normal, programada, diminuiu ligeiramente, mas diminuiu cerca de 200 e tal atos cirúrgicos.

Ou seja, esses trabalhadores estão a servir para a produção adicional, que é paga extraordinariamente, já agora, como sabe, mas não servem para o futuro e para fazer a atividade programada do Serviço Regional de Saúde.

E eu vi há pouco, o Senhor Deputado José Pacheco do Chega, que se foi embora, dizer que não sabe se esses trabalhadores são competentes ou não, para as funções que desempenham.

Bem, isto é um insulto aos trabalhadores em questão. Esses trabalhadores serviram para aguentar o Serviço Regional de Saúde na fase mais difícil da sua vida. Não servem para o futuro e não servem para assegurar as necessidades permanentes. Ora, isso é um insulto a todos aqueles, provavelmente mais de 700 trabalhadores contratados ao abrigo desses regimes e de outros, que são precários, e que aguentam o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que ele disse!

O Orador: Sobre o aumento de despesa que aqui se fala também, o Senhor Deputado Paulo Estêvão, avançou com o número 7.000.000 de euros. Gostaria que me explicasse como é que este diploma aumenta 7.000.000 de euros de despesa?

É que estes trabalhadores, todos eles, que se pretende integrar, têm vínculo ao hospital, à unidade de saúde de ilha, têm um programa ocupacional.

Como é que se aumenta a despesa, se essa despesa já está a ser assumida? Explique lá, Senhor Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A proposta é sua, é que tem que explicar!

O Orador: Por isso, eu termino antes que acabe o tempo, esta intervenção dizendo que os argumentos... Eu registo o esforço e a grande demagogia da coligação em tentar defender um voto contra nesta proposta, de algo que é indefensável, porque todos sabemos que os recursos são finitos e em muitas dessas carreiras, eles são poucos e todos os que existem nos Açores são poucos para as necessidades.

E uma última referência, a algo que já me esquecia.

Está a coligação muito ofendida e muito preocupada, com um processo de integração que não é um concurso público normal.

O PSD, o CDS e o PPM, todos aprovaram as normas dos vários orçamentos da Região que faziam isso mesmo, um processo altamente simplificado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era diferente! Eram necessidades permanentes!

O Orador: ... de integração de trabalhadores e estes são necessidades permanentes, porque se eles aguentam o Serviço Regional de Saúde, fizeram um trabalho extraordinário, e continuam a fazê-lo. E o que os senhores querem é mandá-los embora, é tão simples quanto isso, porque para os senhores, esses trabalhadores são, efetivamente, descartáveis e não valem o esforço de um voto a favor. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. Tem agora a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há pouco, a bancada do Partido Socialista indicou que essas pessoas são necessárias para suprimir necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde.

Em resposta, a bancada do PSD disse, que não, que não eram necessidades próprias e permanentes do Serviço Regional de Saúde, porque se fossem, já eram em 2020.

É preciso lembrar aqui uma coisa:

Entre o início da COVID e a situação atual, passaram-se quase três anos.

Durante esses três anos houve pessoas que foram para a aposentação, houve pessoas que deixaram de trabalhar no Serviço Regional de Saúde, ou seja, parte desse efetivo que foi contratado na altura, se calhar para fazer face a uma situação temporária, hoje são necessidades permanentes. É preciso atendermos a isso.

E nesse pressuposto é que eu aceito que a posição do Secretário é dizer que está a fazer-se um levantamento rigoroso das necessidades atuais, porque não são necessidades temporárias. Muitas delas já são necessidades permanentes e de que maneira.

Deputado Carlos Silva (PS): Se são permanentes regulariza-se!

O Orador: E em função disso é de todo o interesse que boa parte dessas pessoas continuem a prestar serviço no Serviço Regional de Saúde.

Tem dúvidas ainda dos 7.000.000 indicados pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão. Não sei de onde é que ele tirou as contas, mas mesmo que estivéssemos a falar de 7.000.000 (eu tenho dúvidas do número), é preciso também termos consciência de uma outra situação.

Esses 7.000.000, Senhor Deputado Paulo Estêvão, que eu saiba, são para pagar salários de pessoas que vivem nesta Região, que compram casa na Região, que dão movimento à atividade económica da Região e, por isso mesmo, não é vazar dinheiro fora. Sete milhões pagos em salários, em profissionais que desempenham as suas funções na Região, é bem mais produtivo e reprodutivo do que, por exemplo, 3.000.000 em equipamentos que se venham a adquirir ao estrangeiro, para equipar determinadas situações na Região.

Portanto, é preciso ter a consciência do valor retributivo que tem na nossa economia, o pagamento de salários a pessoas que vivem na Região.

Por último, e para terminar, sinceramente, e o senhor Deputado António Lima já abordou essa situação, que é a forma depreciativa, como foram aqui identificadas as pessoas que prestaram e ainda prestam serviço no Serviço Regional de Saúde, a dizer que alguns “entraram pela porta do cavalo”.

Isso é gravíssimo, porque essas pessoas que prestaram serviço estiveram sujeitas ao escrutínio de superiores hierárquicos que avaliaram as capacidades dessas pessoas, desempenhar as funções para as quais estavam em funções.

O Senhor Deputado que falou “nas portas do cavalo” se calhar deveria pensar, seriamente, precisamente na situação das “portas do cavaco”, ele que entrou aqui a bordo de um cavalo de Troia. Sim, porque ele não encabeçou nenhuma lista, por nenhuma ilha.

Ele entrou aqui com os votos de São Jorge, da Terceira, de São Miguel, do Pico, do Faial, de Santa Maria, da Graciosa e está aqui hoje a falar de “portas do cavalo”.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estava inscrito o Senhor Deputado Pedro Neves, mas não se encontra na sala. Dou a palavra, então ao Senhor Secretário Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nos tempos que correm, as palavras demagogia e populismo são muito utilizadas. São palavras fáceis de utilização no debate político.

Mas se me pedissem para identificar uma intervenção que concretiza exatamente demagogia e populismo, era a do Senhor Deputado António Lima.

O Senhor Deputado António Lima, acabou de dizer e repetir: “todos vão para o desemprego”.

Deputado António Lima (*BE*): Acaba o vínculo! Acaba o contrato!

O Orador: E repetiu: “todos vão para o desemprego; são descartáveis.”

Eu pergunto ao Senhor Deputado, então, quem é que vai concorrer às 531 vagas que estão abertas pelo Serviço Regional de Saúde.

Se todos vão para o desemprego, quem é que vai concorrer a essas vagas?

Isso é da maior demagogia que eu já vi num debate, de coisas que tem a ver com a vida das pessoas. Obviamente que o emprego é algo de determinante para uma pessoa.

E o senhor está a utilizar algo que é relevante para a vida das pessoas, para fazer essa política da demagogia e do populismo. É, obviamente, falso que essas pessoas vão para o desemprego. Muitos deles estão a concorrer...

Deputado António Lima (BE): Garante que vão todos ficar? Então os concursos vão se aldrabados!

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor sabe que eles estão todos a concorrer?

O Orador: Não! O senhor disse foi todos... Não!

O que o senhor disse foi: “vão todos para o desemprego.” O senhor não pode dizer isso. Muitos deles já estão a concorrer aos concursos que estão abertos. Por isso, o que o senhor disse, não é verdade. A grande diferença é exatamente esta: uma coisa é prometer com o facilitismo e da demagogia populista de dizer aquilo que se sabe que não é verdade. Foi aquilo que o senhor fez.

Outra coisa é cumprir os compromissos com atos concretos e, como já afirmei mais do que uma vez, este Governo já contratou mais médicos do que os governos anteriores em mais do que um ano anos, mais enfermeiros.

Há deputados que ficam muito incomodados com isso, mas é a verdade. Isto é verdade. Estamos a contratar mais médicos e mais enfermeiros do que os Governos anteriores. Há mais médicos e mais enfermeiros no Serviço Regional de Saúde do que existia a 20 de novembro de 2020. Isto é factual, não é opinativo. É factual! Tal como é factual que estão abertas e autorizadas contratações...

Deputado Mário Tomé (PS): Se saem 20 o senhor tem que contratar 30 obviamente. Acho que não fui ofensivo!

O Orador: Não percebi! Se o Senhor Deputado pudesse dizer mais alto.

Deputado Mário Tomé (PS): Se saem 20 o senhor tem que contratar 30 obviamente. Acho que não fui ofensivo!

O Orador: Vou tentar retomar aquilo que era a minha tentativa de esclarecer os Senhores Deputados, aqueles que querem ser esclarecidos. Se há coisa que aprendi na política, é que quem não quer ser esclarecido, não há nada a fazer. E é o caso que está aqui a ser demonstrado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os apartes são regimentais! Habitue-se!

O Orador: Mas só para dizer que, e ao repto do Senhor Deputado Nuno Barata e do Senhor Deputado Carlos Furtado, o compromisso deste Governo, o compromisso da tutela, é exatamente esse: de contratar para satisfazer necessidades permanentes, mas não é só um compromisso. É um compromisso que tenha força dos factos que demonstram que este compromisso é para valer.

Estes factos são exatamente as contratações que já estão realizadas. Este compromisso tem a ver com os factos dos concursos que já estão autorizados. Estamos a falar, só a título definitivo, de 330 mais 531. São 800 e tal profissionais para o setor da saúde, enquanto o Senhor Deputado António Lima diz que vão todos para o desemprego.

Eu gostava que o senhor me dissesse quem é que vai concorrer a estas vagas todas?

Estas vagas estão abertas, exatamente, para cumprir a lei e, obviamente, que estes trabalhadores (e isto é essencial que se que se diga) que têm colaborado com o Serviço Regional de Saúde, aos quais o Serviço Regional de Saúde deve essa consideração, obviamente que esta experiência é valorada em qualquer procedimento concursal. Isto acontece em qualquer procedimento, mas é de acordo com a lei.

Deputado António Lima (BE): Então estamos a fazer uma lei!

O Orador: Não é de acordo com o facilitismo de esquerda da coligação Bloco de Esquerda/PS em que diz que, enganando as pessoas, como foi aqui bem dito, podem ir todos para o quadro. Não!

Os hospitais vão diretamente; os do centro de saúde vão por concurso.

E, sobretudo, com esta falácia de se dizer que são descartáveis ou, como diz o Senhor Deputado Coelho, que estamos a dispensar médicos. Não! Estamos é a contratar médicos, a abrir concursos e a criar condições para que eles reforcem o Serviço Regional de Saúde, conforme temos demonstrado durante este ano e meio de funções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário, tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves. Sr. Deputado Pedro Neves, estava inscrito?

Eu percebi que se tinha inscrito.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu estou como o Senhor Deputado Nuno Barata: eu até me esqueci daquilo que eu ia dizer.

Mas muito rapidamente, o PAN apoia esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Não vai usar nem de demagogia, nem de populismo, seja de um dos dois espectros, seja a favor desta iniciativa, seja contra esta iniciativa. Mas há uma coisa extremamente simples que temos que nos recordar.

Eu também fui uma daquelas pessoas que abriu a janela à noite e bateu palmas a todos os profissionais de saúde durante o COVID.

Agora esquecemo-nos das palmas, do mérito, dos votos de congratulação e das palmadinhas nas costas, a todos os profissionais de saúde, uns que até

mudaram a sua vida para ajudar a sociedade açoriana e, quiçá, a humanidade, porque isto aconteceu a nível mundial, mas agora já não são necessários e não podemos sequer contratá-los de uma forma permanente.

O Senhor Deputado José Pacheco falou relativamente ao mérito.

Sabemos lá, nós, se são as pessoas que nós precisamos ou que têm o mérito, que têm obrigatoriamente que passar pelo concurso público.

Não podemos esquecer da quantidade de profissionais de saúde que são escolhidos por catálogo, a empresas (a empresas). Eu não estou a falar dos tarefeiros.

Estou a falar, às vezes de forma até permanente, de empresas que nós não olhamos sequer para o currículo e não sabemos que tipo de pessoa de profissional é que nós temos cá.

É porque não vamos esquecer: continuamos a usar isso, e não sou contra, obviamente, mas é pretexto e argumento também para dizer, têm mérito ou não têm mérito?

Então e as pessoas que foram contratadas de forma excecional, nos contratos COVID, foi excecional, sim, mas agora estão a fazer uma função permanente. Essa é que é a realidade e por isso é que nós apoiamos este diploma, e por isso é que nós não vamos usar de demagogia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje, mas eu pedi aos senhores líderes parlamentares que se abeirassem da Mesa, porque precisamos fazer uma mini reunião.

Eram 19 horas e 59 minutos

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

João Vasco Pereira da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Elisa Lima Sousa

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados na Sessão

Listagem da correspondência:

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 216/XV (PS) - Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto – Audição n.º 122/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 07 - 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 01;

Assunto: N.º 223/XV (PCP) - Consagra medidas de promoção do escoamento de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar e cria um regime público simplificado para aquisição dos respetivos produtos – Audição n.º 123/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 07 - 21

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 09;

Assunto: N.º 231/XV (PS) Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações – Audição n.º 124/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 07 - 22

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 11;

Assunto: N.º 247/XV (PAN) - Cria uma taxa sobre lucros excessivos do sector energético – Audição n.º 127/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 08 - 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 24;

Assunto: N.º 252/XV (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um registo de transparência e de um mecanismo de pegada legislativa, procedendo à primeira alteração à lei orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima sexta alteração à lei n.º 7/93, de 1 de março – Audição n.º 128/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 08 - 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 30;

Assunto: N.º 253/XV (CH) - Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido – Audição n.º 129/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 08 - 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 30.

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 23/XV (ALRAM) - Pela responsabilização financeira do Estado pela utilização dos meios aéreos na Região Autónoma da Madeira - Alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril – Audição n.º 125/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 16;

Assunto: N.º 25/XV (GOV) - Estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência – Audição n.º 126/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 07 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 17;

3- Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2016/1012 referente à produção, comércio e entrada na União de certos animais reprodutores - MAA - (Reg. DL 37/XXIII/2022) - Audição n.º 72/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 07 – 31;

Assunto: Que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2022 - MF – (Reg. 167/XXIII/2022) - Audição n.º 74/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 07 – 25

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 07 – 27;

Assunto: Que altera o Código dos Contratos Públicos e a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública - PCM - (Reg. DL 32/XXII/2022) - Audição n.º 75/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 07 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 16;

Assunto: Que transpõe Diretivas Delegadas da Comissão Europeia relativas à utilização de substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico - MAAC - (Reg. DL 164/XXIII/2022) - Audição n.º 76/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 08 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 22;

Assunto: Que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais - PCM - (Reg. DL 169/XXIII/2022) - Audição n.º 77/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 08 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 23;

Assunto: Que transpõe a Diretiva (UE) 2021/903, no que respeita a valores limite específicos para a anilina em determinados brinquedos - MEM - (Reg. DL 76/XXIII/2022) - Audição n.º 78/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 08 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 09 – 06;

Assunto: Que procede à alteração ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e ao Porta de Entrada – Programa de Apoio ao

Alojamento Urgente– MIH” - (Reg. DL 144/XXIII/2022) - Audição n.º 79/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 09 – 02

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 09 – 21;

Assunto: Que atribui à Infraestruturas de Portugal S.A, competências para promover, em regime de concessão, as atividades conexas com o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e s regiões autónomas - MIH (Reg. DL 20/XXIII/2022) - Audição n.º 80/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 09 – 02

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 09 – 06.

4- Projeto de Resolução:

Assunto: Que aprova o II Plano Nacional para a Juventude - PCM (MAAP) - Reg. R. 125/XXIII/2022 - Audição n.º 73/XII-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 07 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2022 – 08 – 09.

5- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 64/XII

Assunto: [Funcionamento de cantinas e bufetes escolares](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 07 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2022 – 08 – 12;

N.º 65/XII

Assunto: [Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 08 – 01

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2022 – 09 – 14;

N.º 66/XII

Assunto: [Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores \(SIADAPRA\)](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2022 – 10 – 20.

6- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 41/XII

Assunto: [Aprova o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2022 – 09 – 26;

N.º 42/XII

Assunto: [Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 09 – 02

Comissão: -----

SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

7- Projetos de Resolução:

N.º 131/XII

Assunto: [Prevenção e combate às dependências estão a ficar para trás](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2022 – 08 – 16;

N.º 132/XII

Assunto: [Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2022 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2022 – 08 – 17;

N.º 133/XII

Assunto: [Critérios para nomeação dos cargos de direção médica no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 07 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2022 – 08 – 17;

N.º 134/XII

Assunto: [Aproveitamento e Gestão dos Recursos Hídricos em Altitude - Lagoa do Paul](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 08 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data limite de parecer: 2022 – 09 – 26.

8- Antepropostas de Lei:

N.º 13/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 07 – 06

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 14/XII

Assunto: [Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 07 – 21

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2022 – 08 – 22.

9- Proposta de Resolução:

N.º 9/XII

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023](#)

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2022– 08 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data limite de parecer: 2022 – 09 – 02.

10- Petições:

N.º 36/XII

Assunto: Criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada

Proveniência: Luís Carlos de Melo Abrantes

Data de Entrada: 2022– 07 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: Em processo de admissão;

N.º 37/XII

Assunto: Pela preservação do Complexo da Lagoa do Fogo

Proveniência: Blanca Martin-Calero Medrano

Data de Entrada: 2022– 07 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data limite de parecer: Em processo de admissão;

N.º 38/XII

Assunto: Pela garantia de um regular início do próximo ano letivo nas escolas dos Açores

Proveniência: Cesaltina do Rosário Faria Vieira

Data de Entrada: 2022– 07 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: Em processo de admissão

N.º 39/XII

Assunto: Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico

Proveniência: António Carrilho Simas Santos

Data de Entrada: 2022– 07 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: Em processo de admissão.

11- Requerimentos:

Assunto: [Informações sobre despesas nas empresas do Grupo SATA](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 08

Referência: 54.10.00 – N.º 412/XII;

Assunto: [Caderno de encargos para a realização do estudo do transporte marítimo de mercadorias nos Açores](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Referência: 54.10.00 – N.º 413/XII;

Assunto: [Obra de ampliação da aerogare e quartel de bombeiros da ilha do Corvo sem qualquer avanço](#)

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Referência: 54.02.09 – N.º 414/XII;

Assunto: [Falhas no transporte marítimo regular de mercadorias para a ilha das Flores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Referência: 54.06.08 – N.º 415/XII;

Assunto: [Irregularidades nos serviços prestados pelo Serviço de Suporte Imediato de Vida \(SIV\) à comunidade](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 13

Referência: 54.08.00 – N.º 416/XII;

Assunto: [Operacionalidade no Porto da Calheta](#)

Autores: Jorge Paiva, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 13

Referência: 54.01.05 – N.º 417/XII;

Assunto: [Irregularidades em apoios concedidos no âmbito do programa VITIS](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 13

Referência: 54.06.00 – N.º 418/XII;

Assunto: [Informações adicionais relativas ao reposicionamento remuneratório na categoria de assistente graduado](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 15

Referência: 54.10.00 – N.º 419/XII;

Assunto: [Governo esconde projeto de requalificação da mata da Lagoa do Congro](#)

Autores: Patrícia Miranda, José Contente e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 15

Referência: 54.02.02 – N.º 420/XII;

Assunto: [Palavra "Açores", apoios aos clubes desportivos e atletas açorianos](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 15

Referência: 54.10.00 – N.º 421/XII;

Assunto: [Governo continua a não responder às questões sobre o enquadramento legal para aumento da dívida da Região](#)

Autores: Carlos Silva, Andreia Costa e Sandra Faria (PS)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 422/XII;

Assunto: [Fajã da Caldeira de Santo Cristo está "sem rei nem roque"](#)

Autora: Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 18

Referência: 54.02.05 – N.º 423/XII;

Assunto: [Intervenção do Comissariado dos Açores para a Infância no apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco nos Açores](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 18

Referência: 54.08.00 – N.º 424/XII;

Assunto: [Conclusão da Empreitada de Reparação dos Estragos do Porto de Pescas do Calhau](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 20

Referência: 54.06.06 – N.º 425/XII;

Assunto: [Falta de condições no porto de pescas de Porto Formoso](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 20

Referência: 54.09.02 – N.º 426/XII;

Assunto: [Informações adicionais relativos ao processo de requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 21

Referência: 54.10.02 – N.º 427/XII;

Assunto: [Apio à manutenção de postos de trabalho II](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 21

Referência: 54.09.00 – N.º 428/XII;

Assunto: [Mitigação dos efeitos da inflação na Região](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 429/XII;

Assunto: [Saúde oral no Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 430/XII;

Assunto: [Contribuições sociais e fiscais](#)

Autores: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Paulo Silveira (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 26

Referência: 54.03.05 – N.º 431/XII;

Assunto: [Dados relativos às políticas de habitação](#)

Autores: Carlos Silva, Rui Anjos, Sandra Faria e Vilson Ponte Gomes (PS)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 432/XII;

Assunto: [Serviços de limpeza na Aerogare Civil das Lajes](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.06.03 – N.º 433/XII;

Assunto: [Falta de condições no Porto de Pescas de Ponta Delgada – ilha das Flores](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.09.08 – N.º 434/XII;

Assunto: [Transferência de crianças pré-escolar para o ensino público na Graciosa](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 28

Referência: 54.10.04 – N.º 435/XII;

Assunto: [Florentinos aguardam pelo projeto do Porto Comercial das Lajes das Flores](#)

Autor: José Gabriel Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 28

Referência: 54.02.08 – N.º 436/XII;

Assunto: [Atlânticoline continua sem Presidente do Conselho de Administração](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 437/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre a nova unidade de saúde primária do Livramento](#)

Autores: Célia Pereira, Tiago Lopes e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2022 – 07 – 29

Referência: 54.02.02 – N.º 438/XII;

Assunto: [Empreitada de Requalificação da Ribeira da Vinha Brava, Angra do Heroísmo](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 01

Referência: 54.09.03 – N.º 439/XII;

Assunto: [Dados sobre Violência Obstétrica na Região](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 440/XII;

Assunto: [Transporte de doentes inter-ilhas assegurado pela SATA](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 441/XII;

Assunto: [Projetos de investimentos estruturantes para a ilha Graciosa](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 03

Referência: 54.06.04 – N.º 442/XII;

Assunto: [É importante saber o que \(não\) está a fazer o Governo relativamente à gestão das quotas](#)

Autores: Mário Tomé e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 05

Referência: 54.02.00 – N.º 443/XII;

Assunto: [Porto da Praia da Vitória](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 08

Referência: 54.06.03 – N.º 444/XII;

Assunto: [Incompetência do Governo na gestão da quota da Veja prejudica pescadores da ilha Graciosa](#)

Autores: José Ávila, Manuel Ramos e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 08

Referência: 54.02.04 – N.º 445/XII;

Assunto: [Atum Patudo](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 446/XII;

Assunto: [Distribuição de refeição escolar no atual período de férias letivas](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 447/XII;

Assunto: [Nomeações no Executivo Açoriano](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 17

Referência: 54.09.00 – N.º 448/XII;

Assunto: [Queijaria o Morro](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 24

Referência: 54.09.07 – N.º 449/XII;

Assunto: Apoios para doentes Machado-Joseph e seus cuidadores

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 24

Referência: 54.09.00 – N.º 450/XII;

Assunto: [Falta de ar condicionado no aeroporto da ilha do Pico](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 24

Referência: 54.09.06 – N.º 451/XII;

Assunto: [Manuais Escolares Digitais](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 26

Referência: 54.10.00 – N.º 452/XII;

Assunto: [Urgências do Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 29

Referência: 54.10.03 – N.º 453/XII;

Assunto: [Novo diretor de informática do HDES](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.06.02 – N.º 454/XII;

Assunto: [Regulamentação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 08 – 31

Referência: 54.10.00 – N.º 455/XII;

Assunto: [Contratações no Grupo SATA](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01

Referência: 54.09.00 – N.º 456/XII.

12-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Obras de requalificação do Bairro “Nascer do Sol” e do Bairro “Beira-Mar”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Referência: 54.06.03 – N.º 396/XII;

Assunto: [Trabalhos de manutenção da Lagoa da Fajã da Caldeira de Santo Cristo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Referência: 54.01.05 – N.º 397/XII;

Assunto: [Pagamento de contribuições às Associações de Proteção Animal](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 399/XII;

Assunto: [Desregulação dos horários dos funcionários dos Centros de Interpretação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 400/XII;

Assunto: [Requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 13

Referência: 54.10.02 – N.º 401/XII;

Assunto: [Projeto de requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 13

Referência: 54.08.02 – N.º 404/XII;

Assunto: [Dívida do Campo de Golfe da Ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 13

Referência: 54.06.03 – N.º 408/XII;

Assunto: [Património imóvel da Região Autónoma dos Açores na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 19

Referência: 54.02.09 – N.º 390/XII;

Assunto: [Abrangência e avaliação do tratamento por Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 403/XII;

Assunto: [Obra do Porto comercial de Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 19

Referência: 54.06.08 – N.º 405/XII;

Assunto: [Informação sobre o abastecimento de fuelóleo à EDA - Eletricidade dos Açores, S.A.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 406/XII;

Assunto: [Aplicação de fundos para a promoção turística dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 19

Referência: 54.01.00 – N.º 407/XII;

Assunto: [Baía e Gare Marítima do Porto da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.03.07 – N.º 409/XII;

Assunto: [Impacto ambiental na duna de Porto Pim integrada no projeto LIFE VIDALIA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.06.07 – N.º 411/XII;

Assunto: [Caderno de encargos para a realização do estudo do transporte marítimo de mercadorias nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.10.00 – N.º 413/XII;

Assunto: [Obra de ampliação da aerogare e quartel de bombeiros da ilha do Corvo sem qualquer avanço](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.02.09 – N.º 414/XII;

Assunto: [Falhas no transporte marítimo regular de mercadorias para a ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.06.08 – N.º 415/XII;

Assunto: [Irregularidades em apoios concedidos no âmbito do programa VITIS](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 418/XII;

Assunto: [Financiamento público do Hospital Internacional dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04

Referência: 54.01.02 – N.º 392/XII;

Assunto: [Para o Governo Regional a letra da lei não vincula](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 402/XII;

Assunto: [Irregularidades nos serviços prestados pelo Serviço de Suporte Imediato de Vida \(SIV\) à comunidade](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04

Referência: 54.08.00 – N.º 416/XII;

Assunto: [Operacionalidade do Porto da Calheta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04

Referência: 54.01.05 – N.º 417/XII;

Assunto: [Governo esconde projeto de requalificação da mata da Lagoa do Congro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04

Referência: 54.02.02 – N.º 420/XII;

Assunto: [Saúde oral no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 430/XII;

Assunto: [Governo promove incerteza para a abertura condigna do ano letivo de 2022/2023](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 05

Referência: 54.02.00 – N.º 410/XII;

Assunto: [Informações adicionais relativas ao reposicionamento remuneratório na categoria de assistente graduado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 05

Referência: 54.10.00 – N.º 419/XII;

Assunto: [Informações adicionais relativos ao processo de requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 05

Referência: 54.10.02 – N.º 427/XII;

Assunto: [Intervenção do Comissariado dos Açores para a Infância no apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 16

Referência: 54.08.00 – N.º 424/XII;

Assunto: [Palavra "Açores", apoios aos clubes desportivos e atletas açorianos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.10.00 – N.º 421/XII;

Assunto: [Conclusão da Empreitada de Reparação dos Estragos do Porto de Pescas do Calhau](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.06.06 – N.º 425/XII;

Assunto: [Falta de condições no porto de pescas de Porto Formoso](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.09.02 – N.º 426/XII;

Assunto: [Dados relativos às políticas de habitação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 432/XII;

Assunto: [Serviços de limpeza na Aerogare Civil das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.06.30 – N.º 433/XII;

Assunto: [Falta de condições no Porto de Pescas de Ponta Delgada – ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.09.08 – N.º 434/XII;

Assunto: [Florentinos aguardam pelo projeto do Porto Comercial das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.02.08 – N.º 436/XII;

Assunto: [Atlânticoline continua sem Presidente do Conselho de Administração](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 437/XII;

Assunto: [Empreitada de Requalificação da Ribeira da Vinha Brava, Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19

Referência: 54.09.03 – N.º 439/XII;

Assunto: [Informações sobre despesas nas empresas do Grupo SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.10.00 – N.º 412/XII;

Assunto: [Contribuições sociais e fiscais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.03.05 – N.º 431/XII;

Assunto: [Transferência de crianças pré-escolar para o ensino público na Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.10.04 – N.º 435/XII;

Assunto: [Projetos de investimentos estruturantes para a ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.06.04 – N.º 442/XII;

Assunto: [É importante saber o que \(não\) está a fazer o Governo relativamente à gestão das quotas"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 443/XII;

Assunto: [Porto da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.06.03 – N.º 444/XII;

Assunto: [Atum Patudo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 446/XII;

Assunto: [Incompetência do Governo na gestão da quota da Veja prejudica pescadores da ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 08 – 31

Referência: 54.02.04 – N.º 445/XII;

13- Informações:

Assunto: Carta a agradecer o envio do Voto de Saudação ao Padre Duarte Melo, e do Voto de Congratulação do 50.º Aniversário da Igreja do Imaculado Coração de Maria – Lugar das Terras

Proveniência: Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, Administrador Diocesano

Data de Entrada: 2022 – 07 – 07;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposto para Presidente do Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., o Dr. Frederico Paulo dos Reis Índio Matias Tavares e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição do indigitado

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 07 – 11;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o

Relatório de cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico 2021 e o Parecer do Conselho de Opinião sobre o referido relatório e ainda a solicitar que sejam enviados à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Presidente do Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2022 – 07 – 11;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII (PAN) – Incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 14;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a versão final do Parecer do CO da RTP, SA, sobre o Relatório de cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico 2021

Proveniência: José Lourenço, Presidente do Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2022 – 07 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o envio do Diploma respeitante à Insígnia Autónomica de Mérito Cívico

Proveniência: Marco Paulo Neves da Silva, Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta

Data de Entrada: 2022 – 07 – 18;

Assunto: Agradecimento remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores por correio eletrónico, sobre as palavras de apreço pelo trabalho desenvolvido pela RTP/Açores aquando do Dia da Região Autónoma dos Açores, que este ano teve lugar no concelho da Lagoa

Proveniência: Rui Fernando Oliveira Goulart, Diretor da RTP/Açores

Data de Entrada: 2022 – 07 – 20;

Assunto: Ofício ref.^a 68, remetendo um Voto de Protesto contra o fim da operação sazonal da linha amarela da Atlânticoline, aprovado pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, em sessão de 15 de junho de 2022

Proveniência: Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 20;

Assunto: Ofício ref.^a 69, a remeter um Voto de Protesto contra a aprovação do Regime Jurídico da Taxa Turística Regional, aprovado pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, em sessão de 15 de junho de 2022

Proveniência: Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2022 – 07 – 20;

Assunto: Agradecimento de mensagem de condolências pelo envio do Voto de Pesar pelo falecimento do Vice-Presidente da ERC, Mário Mesquita

Proveniência: Sebastião Póvoas, Presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Data de Entrada: 2022 – 07 – 20;

Assunto: Ofício ref.^a 020/2022, a remeter um Voto de Congratulação pela nomeação do Dr. Vasco Ilídio Alves Cordeiro na Presidência do Comité das Regiões Europeias, aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia, em sessão de 29 de junho de 2022

Proveniência: José Maria Pereira Rego, Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Ponta Delgada

Data de Entrada: 2022 – 07 – 21;

Assunto: Ofício ref.^a 870-ST a remeter o Relatório n.º 03/2022 - FS/SRATC – COVID 19 – Auditoria aos contratos isentos de fiscalização prévia nos termos da Lei n.º 1-A/2020, celebrados pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R., aprovado pelo Tribunal de Contas na sessão de 11 de julho de 2022

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 07 – 21

Assunto: Ofício ref.^a 871-ST a remeter o Relatório n.º 04/2022 - FS/SRATC – Auditoria à estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores, aprovado pelo Tribunal de Contas na sessão de 11 de julho de 2022

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 07 – 21

Assunto: Envio por correio eletrónico do Relatório semestral da atividade do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência

Proveniência: Francisco Roberto Cota Lima, Inspetor Regional, Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública – Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção

Data de Entrada: 2022 – 07 – 25;

Assunto: Remessa de informação relativa ao ponto 15 da Agenda Parlamentar do Plenário de julho de 2022 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII – Estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores, apresentada pelo Governo Regional dos Açores

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 07 – 25;

Assunto: Ofício PA-SAI/2022/1073, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os Estudos em modelo matemático da obra marítima do Porto da Horta

Proveniência: Rui Filipe da Silva Pereira da Terra, Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27;

Assunto: Ofício n.º 4887/2022, a acusar a receção do envio do Voto de Pesar pelo falecimento de Mário António da Mota Mesquita

Proveniência: Vítor Escária, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27;

Assunto: Ofício .º 4843/2022, a acusar a receção do Voto de Protesto pela ausência de compensação dos sobrecustos de insularidade para a Universidade dos Açores

Proveniência: Vítor Escária, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, no período legislativo de setembro de 2022, que versará sobre o Desenvolvimento Socioeconómico da ilha das Flores

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2022 – 07 – 28;

Assunto: Solicitação para levar a efeito uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de setembro de 2022

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 08 – 01;

Assunto: Envio, por correio eletrónico, do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2022 – 1.º Semestre, elaborado pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Proveniência: António Almeida, Chefe do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 08 – 01;

Assunto: Correio eletrónico a acusar a receção e a agradecer o diploma de Reconhecimento do Dia da Região 2022

Proveniência: Véra Lucia Maciel Barroso, Coordenadora do Arquivo Central CHC - Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Data de Entrada: 2022 – 08 – 01;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 121/XII (IL) - "Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop off", até 16 de setembro de 2022, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII (PAN) – “Incentivo à recolha, depósito e valorização do lixo marinho” e n.º 60/XII (PAN) – “Comparticipação de despesas na aquisição de produtos ou serviços médico-veterinários”, e dos Projetos de Resolução n.º 125/XII (BE) – Recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória à mineração marinha e n.º 127/XII (PAN) - Defesa do Oceano e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e proteção das fontes hidrotermais do "Mar dos Açores", até 30 de setembro de 2022

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 08 – 03;

Assunto: Ofício n.º 5351/2022, a acusar a receção do envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2022, - Flexibilização de regras nos contratos do Fundo de Apoio Municipal para os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste

Proveniência: Filipe Alfaro, em substituição do Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2022 – 08 – 03;

Assunto: Ofício SAI-SRFPAP a enviar os Documentos de prestação de contas das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2022 – 08 – 05;

Assunto: Ofício n.º 946-ST a remeter o Relatório n.º 04/2022 -VIC/SRATC (Ação n.º 19/429VIC3) – Fundo Escolar da Escola Secundária das Laranjeiras e o Relatório n.º 14/2022 – VIC-SRATC (Ação n.º 21/D146-23VIC) – Associação Regional de Turismo – Turismo dos Açores, objetos de recusa de homologação

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 08 – 08;

Assunto: Ofício n.º 945-ST a remeter os relatórios de verificação interna de contas aprovados pelo Tribunal de Contas em sessão de 30 de junho de 2022, a seguir indicados: Relatório n.º 05/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-15VIC3) – Atlânticoline, S.A.; Relatório n.º 06/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-17VIC3) – Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.; Relatório n.º 07/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-18VIC3) – Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R., Relatório n.º 08/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-19VIC3) – IROA - Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.; Relatório n.º 09/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-20VIC3) – Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda; Relatório n.º 10/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-21VIC3) – SDEA -

Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.; Relatório n.º 11/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-22VIC3) – Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.; Relatório n.º 12/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-16VIC3) – Hospital da Horta, E.P.E.R. e o Relatório n.º 13/2022 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-35VIC3) – AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira;

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 08 – 08;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Délia Melo, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 08 – 09;

Assunto: Carta a acusar a receção e a agradecer o envio da medalha dos 45 Anos da Autonomia dos Açores, bem como o Livro sobre o Dr. Álvaro Monjardino

Proveniência: Fernando Manuel de Faria Ribeiro

Data de Entrada: 2022 – 08 – 10;

Assunto: Carta a acusar a receção e a agradecer o envio da medalha dos 45 Anos da Autonomia dos Açores, bem como o Livro sobre o Dr. Álvaro Monjardino

Proveniência: Maria Regina Vieira Fortuna de Faria Ribeiro

Data de Entrada: 2022 – 08 – 10;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a informar que a Resolução n.º 26/2022 – “Flexibilização de Regras nos Contratos do Fundo de Apoio Municipal para os Municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste”, foi remetida às

Senhoras e aos Senhores Deputados da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, atendendo à matéria em apreço

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 08 – 12;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 124/XII (PS) – “Pela previsibilidade e adequação dos recursos humanos e financeiros das Juntas de Freguesia dos Açores “, e da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XII – “Cria o Centro de Qualificação dos Açores, IPRA, e procede à definição do seu modelo de organização e Funcionamento” e, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 123/XII (DI) – “Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias”

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 08 – 16;

Assunto: Exposição remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que se crie legislação que obrigue estabelecimentos hoteleiros e afins a reservarem espaços para casos positivos de Covid-19

Proveniência: Maria Antónia T. de Fraga

Data de Entrada: 2022 – 08 – 16;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, solicitadas para o período legislativo de setembro de 2022, que versará sobre o Desenvolvimento Socioeconómico da ilha das Flores, a saber:

Desenvolvimento socioeconómico; Transportes e acessibilidades e Investimentos públicos estruturantes

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2022 – 08 – 19;

Assunto: Ofício n.º 2847/2022 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a prestar alguns esclarecimentos sobre o envio da Resolução n.º 41/2021 – Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta

Proveniência: Maria Araújo, Chefe do Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Data de Entrada: 2022 – 08 – 24;

Assunto: Envio dos 3 objetos das perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, solicitadas para o período legislativo de setembro de 2022, a saber: 1.º objeto – Adequação dos meios humanos e físicos e respetivas dotações (3 perguntas); 2.º objeto – Evolução e reforço de competências e seus efeitos práticos (3 perguntas) e 3.º objeto – Proporcionalidade dos meios em função da cobertura territorial (3 perguntas)

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2022 – 08 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposto para Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R., o Dr. Pedro Manuel Dias de Figueiredo Pereira Marques e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição do indigitado

Proveniência: Artur Manuel Leal de Lima, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 08 – 29;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o agendamento potestativo para a Sessão Plenária de Setembro do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII – Estabelece um regime excepcional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição temporária por motivo relevante, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA, e do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, por um período de 10 dias, com efeitos a partir de 5 de setembro de 2022, inclusive

Proveniência: José Contente, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01;

Assunto: Ofício S/133/2022/XII a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação de suspensão do mandato do Deputado José António Vieira da Silva Contente, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA, e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa, a vaga será preenchida, a partir de 5 de setembro de 2022, inclusive, pelo candidato José Carlos San-Bento de Sousa

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01.

Assunto: Ofício 87/022/RL a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a retirada do Projeto de Resolução n.º 89/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Reforço das ligações aéreas internacionais para a ilha Terceira

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 09 – 02;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII (PSD/CDS-PP/PPM) - Funcionamento de cantinas e bufetes escolares, até 12 de setembro de 2022

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 02;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 2 de setembro de 2022, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou admitir a Petição n.º 38/XII – Pela garantia de um regular início do próximo ano letivo nas Escolas dos Açores

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 2 de setembro de 2022, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou admitir a

Petição n.º 39/XII – Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento para o período legislativo de setembro de 2022 da Petição n.º 24/XII – Estatuto do Antigo Combatente

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05.

14- Relatórios:

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 144/XV \(PSD\) - Altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - Audição n.º 111/XII-AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 08;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 155/XV \(PAN\) – Reforça a proteção dos animais durante o transporte e operações afins e estabelece o fim da exportação de animais vivos para países terceiros - Audição n.º 113/XII-AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 08;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 20/XV \(ALRAM\) – Regionalização dos Serviços de Registo e Notariado - Alteração do Decreto-Lei n.º 247/2003, de 8 de outubro e da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro - Audição n.º 121/XII-AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 216/XV \(PS\) – Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto - Audição n.º 122/XII-AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Transpõe Diretivas Delegadas da Comissão Europeia relativas à utilização de substâncias perigosas em](#)

[equipamento elétrico e eletrónico - MAAC - \(Reg. DL 164/XXIII/2022\) - Audição n.º 76/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 08 – 23;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais - PCM - \(Reg. DL 169/XXIII/2022\) - Audição n.º 77/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 08 – 24;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 247/XV \(PAN\) - Cria uma taxa sobre lucros excessivos do sector energético - Audição n.º 127/XII-AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 08 – 25;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 252/XV \(PAN\) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um registo de transparência e de um mecanismo de pegada legislativa, procedendo à primeira alteração à lei orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima sexta alteração à lei n.º 7/93, de 1 de março - Audição n.º 128/XII-AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 130/XII – Implementação urgente de medidas para combater o impacto da alga *Rugulopteryx okamurae* nos ecossistemas marinhos](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 9/XII – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 231/XV \(PS\) - Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações - Audição n.º 124/XII-AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 08 – 11;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 23/XV \(ALRAM\) - Pela responsabilização financeira do Estado pela utilização dos meios aéreos na Região Autónoma da Madeira - Alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril - Audição n.º 125/XII-AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 08 – 17;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o Código dos Contratos Públicos e a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública - PCM - \(Reg. DL 32/XXIII/2022\) - Audição n.º 75/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 08 – 17;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 25/XV \(GOV\) - Estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência - Audição n.º 126/XII-AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 08 – 18;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII – Política regional de qualificação e emprego](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 8/XII \(BE\) - Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 09 – 01.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 17/XV \(ALRAM\) - Assegura uma majoração de 2% nos apoios sociais da segurança social atribuídos aos residentes nas Regiões Autónomas, através da alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social - Audição n.º 114/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 07 – 13;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII - Proceda à organização do trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 08 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução do Conselho de Ministros que – Aprova o II Plano Nacional para a Juventude - PCM \(MAAP\) - \(Reg. R. 125/XXIII/2022\) - Audição n.º 73/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 08 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 253/XV \(CH\) - Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido - Audição n.º 129/XII-AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 08 – 30;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 107/XII \(BE\) – Distribuição Gratuita de Produtos de Saúde Menstrual](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 02;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 106/XII \(PS\) – Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise sísmo-vulcânica](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 24/XII – Estatuto Antigo Combatente](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 09 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 92/XII \(PS\) – Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 07 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2022 - MF - Reg. 167/XXIII/2022 - Audição n.º 74/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 07 – 27;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Que executa na ordem jurídica interna o Regulamento \(UE\) 2016/1012 referente à produção, comércio e entrada na União de certos animais reprodutores - MAA - \(Reg. DL 37/XXIII/2022\) - Audição n.º 72/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 08 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 223/XV \(PCP\) - Consagra medidas de promoção do escoamento de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar e cria um regime público simplificado para aquisição dos respetivos produtos - Audição n.º 123/XII-AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 08 – 10.

15- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74, bem como o Suplemento ao Diário n.º 62, e as Separatas n.ºs 27, 28 e 29.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco